

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO, SOCIEDADE E COMUNIDADE -
NUESTRA**

ARIELE MAZOTI CRUBELATI

**PERSPECTIVA E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES RURAIS DA
COOPERATIVA MISTA DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT**

**SÃO CARLOS – SP
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO, SOCIEDADE E COMUNIDADE-
NUESTRA**

ARIELE MAZOTI CRUBELATI

**PERSPECTIVA E EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES RURAIS DA
COOPERATIVA MISTA DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT**

Texto de banca de defesa apresentado como requisito para a obtenção do título de Doutor em Sociologia, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosemeire Aparecida Scopinho

SÃO CARLOS – SP

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Ariele Mazoti Crubelati, realizada em 10/12/2019:

Prof. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho
UFSCar

Prof. Dra. Ana Maria de Lima
UNEMAT

Prof. Dr. Jairo Luis Fleck Falcão
UNEMAT

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval
UFSCar

Prof. Dra. Maria Ines Rauter Mancuso
UFSCar

Prof. Dr. Andre Ricardo de Souza
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Ana Maria de Lima, Jairo Luis Fleck Falcão e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho

“Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (Boaventura de Souza Santos).

AGRADECIMENTOS

Às grandes conquistas da vida, que denominamos de sorte, pela estranha mania de não saber reconhecer nosso mérito. Sempre pensei que essa “sorte” é e sempre será construída por aquilo que fui me tornando, pelas pessoas que no caminho conheci que sem perceber ajudei e fui ajudada, e pelos princípios que sempre carregam comigo. Confio tudo isso a uma força maior, a um Ser superior, por isso, primeiramente agradeço a Deus.

À professora e orientadora Dr^a Rosemeire Ap. Scopinho, por aceitar o desafio em me orientar mesmo com menos encontros presenciais do que gostaríamos. Agradeço por tornar nossa distância geográfica apenas um detalhe. Obrigada por tornar tão significativa a aprendizagem e construção da pesquisa.

Aos professores doutores Maria Inês Rauter Mancuso e André Ricardo de Souza, que participaram da banca de qualificação e com quem tive o prazer de ser aluna em disciplinas do programa de pós-graduação. Vocês me inspiraram muitas vezes. Por fim, contando com a contribuição dos professores doutores Henrique Camona Durval, Jairo Luis Fleck Falcão e Ana Maria de Lima. Muito obrigada por aceitarem participar desse momento.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia (UFSCAR). Aos que conheci no campus e aos que se aventuraram em lecionar no Estado do Mato Grosso, fizeram-me questionar certezas e mudar olhares. Vocês estão mais nessa pesquisa do que imaginam.

Ao Núcleo de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Comunidade (NUESTRA); Grupo de Pesquisa Urbanidade, Meio Ambiente e Ruralidade (GRUMAR); Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos (IESA); Projeto Fronteira, Territorialidade e Cultura: O Vale do Arinos na memória de seus habitantes e Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES), que me apresentaram possibilidades teóricas e pessoas que alteraram positivamente meu trajeto e concepção de vida.

Um agradecimento especial aos entrevistados, sujeitos da pesquisa: Amilton Dias de Jesus, Armando Fray, Antonio Azevedo, Carlos Mesnerovicz, Durval Rezende da Silva (em nome de sua esposa Ana Cristina Alves Dos Santos), Ivan Isnard Alves de Toledo, João Pedro da Silva, José Maria Xavier, Leonel Brizola (em

nome de sua esposa Margarida Rosalina Ferreira), Márcio José Alves de Medeiros, Paulo Bergamin e Reinaldo Leandro, que juntamente com seus familiares compartilharam suas experiências, suas lembranças. Uma parte de vossas vidas foi relatada para que este trabalho pudesse ser realizado. Espero que as análises e as referências consigam expressar a riqueza de suas narrativas; admiro-vos e serei eternamente grata pela disposição com que me receberam.

Ao Sindicato Rural de Novo Horizonte do Norte, na pessoa do senhor Nelson Camargo Lopes. À EMPAER, em nome do senhor Jurelino Monteiro Caldas. Pessoas que tive o prazer de conhecer nessa caminhada e que admiro pelo senso de politização e contribuição ao coletivo. Ao acadêmico e orientando André Vinicius Dominhaki, que me acompanhou e auxiliou nas visitas e na pesquisa, seu companheirismo foi fundamental para a pesquisa campo.

Àqueles que estão lá em casa, torcendo por mim e que vibram com as minhas conquistas, meus familiares. Obrigada ao meu pai, Francisco, à mãe, Jô, aos irmãos, André, Alanna, Giovanna, à cunhada Liliane e minha sobrinha e afilhada Melina, por fazer com que nosso vínculo esteja sempre forte mesmo não estando juntos. Isso me dá muita força.

Aos amigos de lá, que acompanham quase que diariamente minha trajetória de pesquisa e labor diário. Colegas de profissão que a UNEMAT me presenteou: Albina, Jairo, Saulo, Howenda, Gildete, Ana Maria e tantos outros, que me fazem perceber que a pesquisa se faz a cada momento e a construção do conhecimento é uma eterna relação entre teoria e prática.

Agradeço aos amigos de Juara, que me acolheram e se tornaram minha família. João, Henrique, Jessica, Camila, Eduardo, Rodrigo, Leonardo, Vinicius, Murilo, Marx, Gabriel e Pedro, vocês são ânimo quando a saudade e a tristeza me apertam. Obrigada por tanto.

Aos amigos de São Jorge do Ivaí-PR e que a Universidade Estadual de Maringá (UEM) me presenteou, Natália, Gilmar, Marquinhos, Lizandra, Eliana, Elton, Helder e Leonardo, obrigada por permanecerem por perto mesmo que longe.

Aos amigos de cá, da luta diária que é o doutorado. Fiquei muito feliz de conhecê-los e de poder crescer sociologicamente juntos. Agradeço ao companheirismo de todos vocês, e de fortalecer uma amizade que sei que durará mais que quatro anos de caminhada - Agilson, Ivone, Paolo, Lucinéia, Zé, Adriana,

Silviane e Everton, que nossa cumplicidade se fortaleça ainda mais, e que as ligações e infinitas mensagens continuem mesmo com o fim das dúvidas, angústias e “desesperos”. À minha antiga e sempre companheira Camila, que me acolheu em sua casa e mudou sua rotina para que eu pudesse estar em São Carlos, não há palavras para dizer como sou grata.

À Universidade do Estado do Mato Grosso, pela disponibilidade e condições para tornar o doutoramento possível.

À Universidade de Malta e ao professor Dr. Godfrey Baldacchino, pela disponibilidade e disposição em contribuir com a pesquisa. Essa foi uma experiência ímpar.

Democracia na vida política, democracia na vida artística, cultural, democracia no trabalho, que é a economia solidária. Os valores da democracia são, a meu ver, a maior realização da humanidade desde os gregos antigos até hoje. [...] Em primeiro lugar a proclamação do fato de que todos nós, só por sermos seres humanos, somos iguais. Igual não quer dizer uniforme, tá claro? Nós não somos iguais em ideias, nem tamanho, nem gordura, nem doença, nem nada disso. **Nós somos iguais em direitos.** Isto é essencial, isto que exige o respeito mútuo entre homens e mulheres, entre brancos e negros, entre jovens e professores, entre jovens e velhos. Essa exigência, não vou dizer que é uma exigência religiosa, a meu ver importante, importantíssima, aliás, mas pelo menos que a gente se respeite; se queremos que os outros respeitem nossos direitos, nós também **temos que respeitar o direito dos outros, sobretudo aqueles com os quais nós discordamos.** (SINGER, 2017, p.18, grifo nosso).

CRUBELATI, Ariele Mazoti. **Perspectiva e experiências dos trabalhadores rurais da cooperativa mista de Novo Horizonte do Norte-MT**. 2019. 138f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2019.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo geral analisar os limites e as potencialidades do cooperativismo e compreender a construção histórica da produção da vida material dos associados da COOPERNONTE para se constituir como cooperativa. Dentre os objetivos específicos estabelecemos (i) reconstruir a história da cooperativa a partir da documentação existente e da memória dos cooperados; (ii) descrever demograficamente os associados e família; (iii) descrever a dinâmica da cooperativa; (iv) analisar os limites e as potencialidades da produção material dos associados na reprodução da sua existência social como assentados rurais; e (v) compreender os desafios intrínsecos nas relações do cooperativismo e do trabalho cooperado com agricultores familiares desses assentamentos. Nossas indagações permearam em compreender quais representações sobre cooperativismo dos trabalhadores estão presentes e disputam o processo organizativo da COOPERNONTE? A pesquisa usa como estratégia de busca informações à entrevista com os cooperados e suas famílias e observações do cotidiano, registradas em caderno de campo. Aproximando da concepção que elegem as narrativas orais, as imagens e as próprias memórias dos cooperados como fonte de pesquisa, utilizamos como ferramenta metodológica a História Oral. A pesquisa volta olhares para além da cooperativa, direcionando a atenção aos seus cooperados, isso porque a instituição cooperativa não representa, necessariamente, um trabalho de cooperação. Ao ouvi-los e traçar sua realidade histórica, tanto individual quanto coletiva, do homem do campo, migrante, assentado da reforma agrária, pequeno produtor e cooperado da microrregião mato-grossense nossa expectativa de pesquisa foi compreender suas motivações e como se sustentam na manutenção em sociedade, na tentativa de analisar o trabalho enquanto princípio educativo. Partir da hipótese de que a cooperativa é politizada é definir que ela está embasada nos preceitos solidários, de cooperação e demais pressupostos defendidos pela economia solidária. No entanto, a economia solidária engana-se com a ideia de que um curso, palestras ou o engajamento de pessoas que a defendem junto a essas pessoas, vai torná-los solidários. É preciso mais que isso. Percebemos que é necessário ouvir, interpretar, dialogar e compreender o que os sujeitos têm a dizer sobre a cooperativa e não dizer para eles como é que tem que ser uma cooperativa; pensar como funciona a cooperativa real e não a cooperativa idealizada. Os produtores têm muito a dizer sobre a cooperativa, eles a conhecem muito bem, porque é criação deles. A COOPERNONTE não é uma cooperativa que tem como a premissa máxima a autogestão, a solidariedade ou economia solidária. Isso pode ser um problema para nós enquanto pesquisadores, enquanto academia, mas não para esse grupo de cooperados. Não defender a bandeira da economia solidária, por exemplo, não significa que esses trabalhadores não estejam trabalhando em conjunto e pensando coletivamente. Percebemos nesses produtores, que mais do que pensar conceitos norteadores, seu sentimento de pertencimento a um grupo é que os motiva

enquanto cooperativa. O reconhecimento, principalmente através do trabalho, enquanto assentado, pequeno produtor de leite, cooperado e atuante em sociedade é o que fomenta suas lutas diárias e o que os motiva enquanto empreendimento de cooperativa.

Palavras-chave: Cooperativismo. Economia solidária. COOPERNONTE.

CRUBELATI, Ariele Mazoti. **Perspective and experiences of rural workers of the mixed cooperative of Novo Horizonte do Norte-State of Mato Grosso**. 138p. Doctoral thesis (Doctorate in Sociology) – Federal University of São Carlos, São Carlos-SP, 2019.

ABSTRACT

The general objective of the study was to analyze the limits and potentialities of cooperativism and to understand the historical construction of the production of material life of COOPERNONTE members to constitute themselves as a cooperative. The specific objectives were (i) to reconstruct the history of the cooperative from the existing documentation and memory of the members; (ii) demographically describe the members and family; (iii) describe the dynamics of the cooperative; (iv) analyze the limits and potentialities of the members' material production in the reproduction of their social existence as rural settlers; and (v) understand the intrinsic challenges in cooperative relationships and cooperative work with family farmers in these settlements. Our questions aimed to understand which representations about workers' cooperativism are present and dispute the organizational process of COOPERNONTE? The research uses as a strategy of searching information the interview with the members and their families and daily observations, recorded in a field notebook. Approaching the conception that elects the oral narratives, the images and the own memories of the members as a research source, we use the Oral History as a methodological tool. The research looks beyond the cooperative, paying attention to its members, because the cooperative institution does not necessarily represent a cooperative work. By listening to them and tracing their historical reality, both individual and collective, of the rural man, migrant, settler of agrarian reform, small producer and cooperative member of the Mato Grosso microregion, our research expectation was to understand their motivations and how they support themselves in maintaining in society, in an attempt to analyze work as an educational principle. Assuming that the cooperative is politicized is to define that it is based on the precepts of solidarity, cooperation and other assumptions defended by the solidarity economy. However, the solidarity economy is mistaken in the idea that a course, lectures or the engagement of people who defend it will make them solidary. It takes more than that. It is necessary to listen, interpret, dialogue and understand what the subjects have to say about the cooperative and not tell them how it has to be a cooperative; think about how the real cooperative works and not the idealized cooperative. The producers have a lot to say about the cooperative, they know it very well, because it is their creation. COOPERNONTE is not a cooperative whose main premise is self-management, solidarity or solidarity economy. This may be a problem for us as researchers, as academy, but not for this group of members. Not defending the banner of solidarity economy, for example, does not mean that these workers are not working together and thinking collectively. We realize in these producers that more than thinking about guiding concepts, their sense of belonging to a group motivates them as a cooperative. Recognition, especially through work, as a settler, a small dairy producer, cooperative member and active in society, is what encourages their daily struggles and motivates them as a cooperative.

Key words: Cooperativism. Solidarity economy. COOPERNONTE.

CRUBELATI, Ariele Mazoti. **Perspectiva y experiencias de los trabajadores rurales de la cooperativa mixta de Novo Horizonte do Norte-MT**. 2019. 138h. Tesis (Doctoral en Sociología) – Universidad Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2019.

RESUMEN

En la investigación se tuvo como objetivo general analizar los límites y las potencialidades del cooperativismo y comprender la construcción histórica de la producción de la vida material de los asociados de la COOPERNONTE para constituirse como cooperativa. Entre los objetivos específicos establecemos (i) reconstruir la historia de la cooperativa a partir de la documentación existente y de la memoria de los cooperados; (ii) describir demográficamente a los asociados y familia; (iii) describir la dinámica de la cooperativa; (iv) analizar los límites y las potencialidades de la producción material de los asociados en la reproducción de su existencia social como asentados rurales; y (v) comprender los desafíos intrínsecos en las relaciones del cooperativismo y de la labor cooperado con agricultores familiares de esos asentamientos. Nuestras indagaciones permearon en comprender ¿cuáles representaciones sobre cooperativismo de los trabajadores están presentes y disputan el proceso organizativo de la COOPERNONTE? La investigación usa como estrategia de búsqueda de informaciones a la entrevista con los cooperados y sus familias y observaciones del cotidiano, registradas en cuaderno de campo. Acercando de la concepción que escojan las narrativas orales, las imágenes y las propias memorias de los cooperados como fuente de investigación, utilizamos como herramienta metodológica la Historia Oral. La investigación encamina miradas para más allá de la cooperativa, direccionando la atención a sus cooperados, eso porque la institución cooperativa no representa, necesariamente, una labor de cooperación. Al oírlos y trazar su realidad histórica, tanto individual como colectiva, del hombre del campo, migrante, asentado de la reforma agraria, pequeño productor y cooperado de la microrregión mato-grossense nuestra expectativa de investigación fue comprender sus motivaciones y cómo se sustentan en la manutención en sociedad, en la tentativa de analizar el trabajo como principio educativo. Partir de la hipótesis de que la cooperativa es politizada es definir que ella está basada en los preceptos solidarios, de cooperación y demás presupuestos defendidos por la economía solidaria. Sin embargo, la economía solidaria se equivoca con la idea de que un curso, ponencias o el compromiso de personas que defienden junto a esas personas, va a volverlos solidarios. Es necesario más que eso. Percibimos que es necesario oír, interpretar, dialogar y comprender lo que los sujetos tienen para decir sobre la cooperativa y no decir para ellos como tiene ser una cooperativa; pensar cómo funciona la cooperativa real y no la cooperativa idealizada. Los productores tienen mucho para decir sobre la cooperativa, ellos la conocen muy bien, porque es creación de ellos. La COOPERNONTE no es una cooperativa que tiene como la premisa máxima la autogestión, la solidaridad o economía solidaria. Eso puede ser un problema para nosotros como investigadores, como academia, pero no para ese grupo de cooperados. No defender la bandera de la economía solidaria, por ejemplo, no significa que esos trabajadores no estén trabajando en conjunto y pensando colectivamente. Percibimos en esos productores, que más de que pensar conceptos orientadores, su sentimiento de pertenecer a un grupo es que los motiva como cooperativa. El reconocimiento, principalmente por intermedio del trabajo, como

asentado, pequeño productor de leche, cooperado y actuante en sociedad, es lo que fomenta sus luchas diarias y lo que los motiva como emprendimiento de cooperativa.

Palabras clave: Cooperativismo. Economía solidaria. COOPERNONTE.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
BASA	Banco da Amazônia
PIN	Programa de Integração Nacional
Proterra	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
Prodoeste	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
Polamazônia	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
SIBAL	Sociedade Imobiliária da Amazônia
Conomali	Colonizadora Noroeste Mato-grossense Ltda
EMPAER	Empresa Mato-grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural
COOPERNONTE	Cooperativa Mista Agropecuária de Novo Horizonte do Norte
IESA	Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
UNEMAT	Universidade do Estado do Mato Grosso
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
SIF	Serviço de Inspeção Federal
MST	Movimento Sem Terra
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** Mapa do Estado do Mato Grosso com a divisão das microrregiões
- Figura 2** Mapa com a identificação das cidades que compõem o Vale do Arinos
- Figura 3** Estrutura no interior do Laticínio- COOPERNONTE
- Figura 4** Encontro dos produtores no Laticínio - COOPERNONTE
- Figura 5** Edital de Convocação da Assembleia da COOPERNONTE publicado no jornal Folha do Vale.
- Figura 6** Entrevista com o cooperado senhor Amilton Dias de Jesus, em sua propriedade
- Figura 7** Senhor Amilton Dias de Jesus mostrando sua propriedade
- Figura 8** Entrevista com o cooperado/assentado, o senhor Toninho em sua propriedade
- Figura 9** Entrevista e conversa com o cooperado, senhor Amilton Dias de Jesus e senhor Carlos Mesnerovicz, na casa e propriedade do senhor Amilton
- Figura 10** Entrevista com dona Ana Cristina dos Santos, esposa do cooperado/assentado, o senhor Durval Rezende da Silva, em sua propriedade
- Figura 11** Entrevista com cooperado/assentado, o senhor José Pedro da Silva em sua propriedade
- Figura 12** Entrevista com o cooperado/assentado, o senhor José Maria Xavier, em sua propriedade. Ao lado, o senhor Obdias Cardoso da Silva
- Figura 13** Entrevista com o cooperado/assentado, o senhor José Maria Xavier, em sua propriedade
- Figura 14** Entrevista com a dona Margarida Rosalina Ferreira, esposa do cooperado/assentado, Leonel Brizola, em sua propriedade
- Figura 15** Entrevista com cooperado/assentado, Marcio José Alves de Medeiros em sua propriedade. Na foto sua mãe, dona Marciana Maria de Medeiros
- Figura 16** Entrevista com cooperado/assentado, o senhor Paulo Bergamin, em sua propriedade. Ao lado sua esposa, dona Maria Aparecida Medeiros Bergamin

Figura 17 Entrega de leite ao resfriador, senhor Reinaldo Leandro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MT: O PROCESSO HISTÓRICO OFICIAL E A PERCEPÇÃO DOS MIGRANTES	25
2.1	PROCESSO HISTÓRICO DA VALE DO ARINOS	32
2.1.1	COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DE NOVO HORIZONTE DO NORTE- COOPERNONTE	38
3	ITINERÁRIO METODOLÓGICO – CAMINHOS DA PESQUISA	43
3.1	O RIGOR DO MÉTODO COMO ANTÔNIMO DE ÚNICA POSSIBILIDADE DE ANÁLISE	43
3.2	FONTES DE ANÁLISE: A NOVA HISTÓRIA CULTURAL E A HIERARQUIZAÇÃO DAS FONTES.....	46
3.3	HISTÓRIA ORAL E SUA RIQUEZA NA ANÁLISE DE ENTREVISTAS	50
3.4	CAMPO EMPÍRICO E LÓGICAS DE AÇÃO	56
3.4.1	O PRODUTOR RURAL, MIGRANTE, ASSENTADO E COOPERADO	57
3.4.2	O PESQUISADO E A REALIDADE DO CAMPO EMPÍRICO	60
	3.4.2.1 AMILTON DIAS DE JESUS	62
	3.4.2.2 ARMANDO FRAY	66
	3.4.2.3 ANTONIO AZEVEDO	68
	3.4.2.4 CARLOS MESNERUVICZ	71
	3.4.2.5 DURVAL REZENDE DA SILVA	72
	3.4.2.6 IVAN ISNARD ALVES DE TOLEDO	75
	3.4.2.7 JOÃO PEDRO DA SILVA	77
	3.4.2.8 JOSÉ MARIA XAVIER	79
	3.4.2.9 LEONEL RIZOLA.....	83
	3.4.2.10 MÁRCIO JOSÉ ALVES DE MEDEIROS.....	85
	3.4.2.11 PAULO BERGAMIN.....	88
	3.4.2.12 REINALDO LEANDRO	90
4	COOPERATIVA COMO BUSCA DA ALTERAÇÃO DA VIDA MATERIAL	92
4.1	COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – COOPERNONTE.....	92
4.2	COOPERATIVISMO E SEU CAMINHO HISTÓRICO	102
4.3	COOPERATIVA E COOPERATIVISMO: UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	104
4.4	COOPERATIVISMO NO BRASIL	107
5	TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E DE POLITIZAÇÃO	115
5.1	DEMOCRACIA E POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO POLÍTICA:	

5.2	DO INDIVIDUAL AO COLETIVO.....	115
	SABERES DA EXPERIÊNCIA E O TRABALHO ENQUANTO	
	PRINCÍPIO EDUCATIVO	126
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
	REFERÊNCIAS	136
	APÊNDICE.....	140

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa surgiu a partir de ações desenvolvidas na Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos – IESA que engloba os cursos de pedagogia e administração do câmpus universitário de Juara-MT com professores, profissionais técnicos e acadêmicos, da qual faço parte como professora. Uma das atividades da IESA foi o trabalho realizado junto à COOPERNONTE – Cooperativa Mista Agropecuária de Novo Horizonte do Norte, localizada na cidade de Novo Horizonte do Norte-MT, pertencente ao Vale do Arinos, a 30 km do município e Juara, onde é situado o câmpus universitário da UNEMAT-Juara. Essa cooperativa desenvolve atividades com a coleta de leite e um laticínio para a produção de muçarela.

Após a aproximação com os cooperados, percebemos a necessidade de olhar o empreendimento para além da cooperativa, direcionando a atenção aos seus cooperados, isso porque a instituição cooperativa pode não representar, necessariamente, um trabalho de cooperação. A realidade destes associados é de pessoas, em sua maioria assentados da reforma agrária, que se utilizam do pequeno pedaço de terra que lhes foi atribuído, para extrair seu sustento e proporcionar a manutenção de vida em sociedade.

O agente de ação e o sujeito do campo prático da pesquisa é o próprio homem do campo que é um assentado da reforma agrária, pequeno produtor e cooperado da microrregião do norte mato-grossense.

Analizamos ao longo desse trabalho, que é necessário, antes de um trabalho no interior da cooperativa, um processo de formação para desenvolver um sentimento de pertencimento nesses sujeitos, para que compreendam quais são os princípios do cooperativismo, da economia solidária, do trabalho associado, da autogestão, enfim, para que a cooperativa não se limite às atividades comerciais, mas que se entendam atuantes e conscientes da importância que a economia solidária vem proporcionar alterando o seu modelo de produção e permanência no processo produtivo e das relações políticas entre os sujeitos. A tentativa assim é a de assegurar que as necessidades de todos sejam atendidas, e a partir da autoconsciência, uma economia solidária que promova a igualdade. Sabemos da pretensão ousada que se apresenta ao falar em sentimento de pertencimento, pois,

isso tem a ver com a história de vida desses sujeitos, sua identidade individual e coletiva, seus princípios, questões morais, sociais e também culturais. Mas, isso não impede que esses pontos sejam questionados e relevantes para análise geral da problemática de pesquisa.

O objeto desta pesquisa relaciona-se com a necessidade de analisar e compreender o cooperativismo, o trabalho enquanto princípio educativo e a participação politizada dos cooperados no contexto da sua história de vida e manutenção de vida em sociedade. Nesse sentido, tem-se como objetivo geral compreender os limites e as potencialidades do cooperativismo e compreender a construção histórica da produção da vida material dos associados da COOPERNONTE para se constituir como cooperativa. Dentre os objetivos específicos estabelecemos (i) reconstruir a história da cooperativa a partir da documentação existente e da memória dos cooperados; (ii) descrever demograficamente os associados e família; (iii) descrever a dinâmica da cooperativa: como convocam as reuniões, como tomam as decisões, como participam, como implantam as decisões tomadas; (iv) analisar os limites e potencialidades da reprodução da sua existência social como assentados rurais; (v) perceber os desafios intrínsecos nas relações do cooperativismo e do trabalho cooperado com agricultores familiares desses assentamentos.

As estatísticas oficiais divulgadas nos últimos anos sobre o Estado de Mato Grosso demonstram, por um lado, expressivo crescimento econômico, orquestrado, principalmente, pelas atividades do agronegócio. Por outro lado, comprovam que há excessiva concentração de renda, evidenciando que o planejamento e a execução das políticas para o desenvolvimento regional do Estado ou não foram bem elaborados ou foram insuficientes para gerar crescimento econômico e, simultaneamente, prosperidade e qualidade de vida para toda a população do Estado. Pensar o desenvolvimento sustentável, tendo como base o tripé: o social, o ecológico e o econômico são fundamentais no contexto atual, pois o Vale do Arinos – composto pelos municípios de Novo Horizonte do Norte, Tabaporã, Porto dos Gaúchos e Juara – passa por significativas mudanças de atividades econômicas substituindo, gradativamente, as atividades da pecuária e da indústria madeireira para o agronegócio.

Nesse sentido, a presente pesquisa propôs a análise, reflexão e o auxílio ao incremento de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários principalmente voltando olhares aos cooperados, às pessoas que de fato compõem essa comunidade. Ou seja, é foco aqui a análise das relações entre o individual e o coletivo, entre o ser cooperado enquanto participante da cooperativa, o ser produtor enquanto participante das relações de comércio da cidade e o ser assentado enquanto participante da cooperativa.

Compreendendo a cooperativa como um instrumento social de melhoria da qualidade de vida e construção de relações solidárias, as indagações que direcionam essa pesquisa pautam-se em investigar os sujeitos da região do Vale do Arinos, compreendendo as características que os unem e que os diferenciam, percebendo como se mantêm e quais os principais desafios. Entendendo que o foco é a análise das relações e dos sujeitos nesta cooperativa, quais representações sobre cooperativismo estão presentes entre os trabalhadores e disputam o processo organizativo da COOPERNONTE?

A partir dessas inquietações, quais as perspectivas de produção da vida material desses sujeitos no/do campo tendo a cooperativa como possibilidade de mudança? Quais os limites e potencialidades, intrínsecas nas relações do cooperativismo e do trabalho cooperado que se procura desenvolver em assentamentos com agricultores familiares? Que elementos de resistência se pode verificar na construção do associativismo solidário, considerando que, historicamente, é um formato de organização recente?

Investigamos as lógicas de ação que movem esses sujeitos, quais suas concepções acerca da produção da vida material vislumbrando a cooperativa e seus princípios norteadores como possibilidade de mudança na sua vida e de sua família. Ou seja, ao fim da pesquisa esperamos compreender como o sentimento de cooperação, solidariedade e preceitos da economia solidária estão presentes neste espaço, os elementos de resistência que impedem o trabalho cooperado e se há, efetivamente, possibilidade de mudança na vida desse grupo a partir de como se organizam e de como vivem o cooperativismo.

A observação das relações dos sujeitos da pesquisa ocorreu e ainda acontece durante os períodos de formação e ações de trabalho ligado aos associados à COOPERNONTE, cujo empreendimento desenvolvido por estes se dá

em um laticínio de atividades voltadas à industrialização do leite e seus derivados. Nesses momentos são e foram notados os aspectos referentes à formação inicial desses agricultores associados e se esta influência ou não nas tomadas de decisão dentro do processo de atividade coletiva e também se estão de acordo com os princípios do cooperativismo e associativismo, processo aos quais estes pertencem.

A escolha dos cooperados se deu pela disponibilidade dos mesmos. Realizamos as entrevistas em visitas até às propriedades rurais, onde residem. Como não há sinal de celular nesses locais, não tivemos como agendar as visitas, por isso, alguns deles não encontramos em casa. Optamos ainda por manter o nome dos cooperados na pesquisa, após a autorização destes.

Ao elegermos a fala dessas pessoas como fonte de pesquisa, estamos escolhendo como pressuposto teórico a Nova História Cultural, por considerar que a história não é linear, narrativa ou factual. Aproximando dessa concepção que elegem as narrativas orais, as imagens e as próprias memórias dos cooperados como fonte de pesquisa, que é o que a Nova História Cultural inaugura, aproximamo-nos desta rica ferramenta metodológica. A história oral é utilizada neste trabalho como uma ferramenta de análise que dá oportunidade às vozes silenciadas se manifestarem. Dada a importância do método nesta pesquisa, destinamos um capítulo para discutir autores e as particularidades do nosso campo empírico.

As entrevistas realizadas com os cooperados da COOPERNONTE e seus familiares, as transcrições, a produção de índice e disponibilização fazem parte do acervo do Laboratório de Memória, Imagem e Som da Câmara Setorial de História do Museu do Vale do Arinos. O museu é uma instituição da administração pública municipal de Juara/MT de gestão compartilhada com a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, campus de Juara/MT e Instituto de Educação, Cultura e Meio Ambiente do Vale do Arinos – ECUMAM, e apesar de estar situado na cidade de Juara, ele abrange toda a região do Vale do Arinos.¹

No capítulo um, a intenção é resgatar a história do Estado de Mato Grosso e contextualizar o período histórico da vinda dos migrantes para região Centro-oeste, que está ligada com políticas de incentivo do governo para colonizar e tornar economicamente ativa essa região. As histórias/narrativas desses cooperados

¹ Site para acesso online do Museu do Vale do Arinos:
<https://www.museudovaledoarinos.org.br/institucional/>

interligam-se com a bibliografia existente e documentos oficiais que contextualizam esse período.

No capítulo dois, que intitulamos como “Itinerário Metodológico – Caminhos da pesquisa” mostramos os caminhos percorridos para desenvolver a pesquisa, assim como demonstrar quais ferramentas foram eleitas para ouvir os cooperados e para analisar os dados. Ao nos aproximar da Nova História Cultural compreendemos que a história que elegemos como legítima, aquela que se utiliza de diversas fontes para compreender os fatos, não apenas a história dita oficial. Por esse viés, a história oral nos dá suporte, desmistificando a hierarquia das fontes e dando visibilidade para a voz dessas pessoas, elegendo-as como fontes de análise. Nesse momento, é pertinente ainda descrever o campo empírico: de onde vieram, onde moram, como sobrevivem, como se organizam, quais os desafios e expectativas, assim como demonstrar os desafios e as dificuldades enfrentados ao longo da pesquisa.

Posterior a este, no capítulo três “Cooperativa como busca da alteração da vida material” tem-se a intenção de enfatizar as propostas oriundas do cooperativismo, as formas que ele se apresenta em nossa sociedade e quais os potenciais de alteração da vida material. Correlacionado ao cooperativismo, não poderemos deixar de apresentar a economia solidária e sua íntima relação com o cooperativismo, fazendo uma leitura das idealizações que esse conceito apregoa, mas, compreendendo dentro do que realmente acontece. Após esse contexto macro, apresentaremos a COOPERNONTE, seu surgimento, impasses, organização, fragilidades etc.

Por fim, no capítulo quatro: “Trabalho como princípio educativo e de politização” procura-se articular a vida desses cooperados e sua politização com a atuação na sociedade e produção da sua vida material. Utilizamos autores como Fischer e Tiriba (2009), Dal Ri e Vieitez (2010) e Singer (2002) para discorrer sobre o trabalho associado e autores como Rancière (2014), Arendt (1989) e Agamben (2004) para abordar a própria democracia ao vislumbrar a questão dos sujeitos enquanto sujeitos de direitos e a dinâmica desse grupo, utilizando a democracia como discurso de participação e liberdade, premissa essa intrínseca ao processo cooperativo. Abordamos ainda o trabalho enquanto princípio educativo e essa ferramenta como potencial de politização e formação de consciência.

Ao percorrer esse caminho, é possível vislumbrar poucas compreensões acerca de conceitos fundantes dessa forma de organização, que é um movimento tão grandioso e que vem ao longo de décadas tentando modificar a realidade social e econômica de grupos marginalizados em forma de organização e com bandeiras de lutas que os fortaleçam. Mas, ao ouvir suas angústias e motivações, e mais ainda, ao observar a dinâmica de vida em sociedade, percebemos que esse pequeno grupo se identifica a partir do trabalho, e se reconhecem enquanto grupo cooperativo, assentados e de produção que os une e os fortalece. Não falar sobre economia solidária, autogestão, democracia, trabalho associado etc., não significa que eles não sejam solidários, tomem medidas a partir da decisão da maioria, não aprendam e ensinam a partir das suas atividades laborais e que não estão modificando sua realidade econômica e social.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MT: O PROCESSO HISTÓRICO OFICIAL E A PERCEPÇÃO DOS MIGRANTES

“Papai nunca conheceu o Mato Grosso. Eu sou o único da família que me desgarrei e vim. Eu vim solteiro. [...] Nessas outras vindas, tinha um problema de estrada, de malária, de gente, de tudo. Quando soltamos a camionete em Presidente Prudente pra vir pra Cuiabá, estrada de terra ainda, [...] Aí fiquei com eles dois anos, aqui dentro do mato. Nós chegamos a ter 500 homens derrubando tudo aqui no machado, abrindo fazenda. Tivemos ambulatório, e tudo. Tudo no mato, tudo coisa de doido.” (FALA DO SENHOR IVAN, DIÁRIO DE CAMPO, 06/02/2018).

“A transição paradigmática é um período histórico e uma mentalidade. É um período histórico que não se sabe bem quando começa e muito menos quando acaba” expõe Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 257), ao que diz respeito ao tempo histórico em que os fatos se delineiam, por isso, pensar o processo histórico é fundamental e, principalmente, perceber que não é estanque, linear ou neutro.

O processo histórico do Estado do Mato Grosso só pode ser entendido se compreendido o acesso às terras e institucionalização em propriedades privadas dentro de uma lógica macro de desenvolvimento capitalista do país. A legislação fundiária é demarcada nos níveis federais e estaduais e caracteriza as formas que o poder público tem administrado os interesses das classes, ou parte delas, submergidas na luta pela apropriação, posse e uso da terra.

A reconstrução histórica deve ser feita em conformidade “com as análises epistemológicas e históricas” (SANTOS, 2011, p.257) e como não poderia deixar de ser, o cenário internacional influenciou e influencia a política, economia e sociedade brasileira. No âmbito internacional, em 1929 com a queda da bolsa de Nova Iorque, a economia retrocedeu obrigando a maioria dos Estados nacionais adotarem a política Keynesiana² de estado máximo. Como em outros países do ocidente, o Brasil teve reflexos significativos.

² Pensada pelo inglês John Maynard Keynes, trata-se de uma teoria que propõe uma organização político-econômica, contrária às concepções liberais, que defende a intervenção do Estado como regulador social. “A escola keynesiana se fundamenta no princípio de que o ciclo econômico não é

A década de 1930 e fins de 1940, o Brasil, foi marcado por fortes reivindicações dos movimentos sociais no campo buscando uma reforma agrária que minimizasse os impactos da má distribuição de terras, havendo assim um contingente expressivo de lavradores almejando demandas de terras cultiváveis. Já na década de 1950, esses movimentos eram notáveis e responsáveis por desestabilizar as relações entre fazendeiros e trabalhadores rurais.

No novo cenário brasileiro, com a criação do Estatuto da Terra³, difundiram-se os alicerces da modernização do campo, verificados em políticas de expansão e ocupação da fronteira agrícola das regiões Norte e Centro-Oeste vislumbrados pela condição estruturante de configuração capitalista oriundos do surgimento do agronegócio, monocultura potencial e a centralização fundiária legitimada aos empresários nacionais e transnacionais (BARCELOS, 2012).

Ao fazer um recorte do período histórico de 1892 a 1992, ao que diz respeito ao contexto histórico das terras em Mato Grosso, mesmo ao relacionar dentro do contexto macro do nosso país, há questões específicas que são inerentes a esse Estado. Essas especificidades estão mergulhadas em uma política de favorecimento à monopolização da propriedade privada da terra, isso é verificado na legislação fundiária estadual e quando entendemos a sua aplicação, anunciando anseios das classes dominantes que conduziram este processo por anos consecutivos, seja como governantes, seja como beneficiários do poder econômico político.

De acordo com Eduardo Paulon Girardi⁴, na década de 1950, segundo o IBGE, a população brasileira era de 51.944.397 habitantes, e em 2000 169.590.693 habitantes. Isso simboliza aumento de 226,4% em 50 anos. As regiões que mais acentuam esse crescimento foi o Centro-Oeste (657,8%) e o Norte (529,3%),

autorregulado como defendem os neoclássicos, uma vez que é determinado por um suposto "espírito animal" (*animal spirit* no original em inglês) dos empresários. É por esse motivo que Keynes defende a intervenção do Estado na economia." O keynesianismo ficou conhecido também como "Estado de bem-estar social", ou "Estado Escandinavo". (Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_keynesiana).

³ De acordo com o art.1 da lei nº4.504 de novembro de 1964 "Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola"(BRASIL, 1964). Para Schmitz e Bittencourt (2014, p.578), o Estatuto da Terra garante alguns aspectos no que diz respeito à justiça social entendendo a função social da terra, defendendo que "a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem."

⁴ Disponível em : http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm Acesso em 02/05/2018

acarretada pela migração oriunda da fronteira agropecuária. Na década de 1960, com o processo de industrialização e modernização da agricultura no Brasil, a população brasileira deixou de ser sua maioria rural como era fortemente marcada nas décadas anteriores.

O Estado do Mato Grosso deve esse fluxo migratório, principalmente pós 1964, às políticas governamentais de ocupação dessa região caracterizadas pela expansão capitalista rural, na maioria das vezes, com processos violentos de ocupação e expropriação. A desestruturação do modelo de produção das famílias no campo foi ocasionada pela expansão das grandes empresas capitalistas, empresas de colonização que implementaram no campo tecnologias de ponta de exploração e cultivo da monocultura.

Mato Grosso é caracterizado pelo discurso de um lugar comum não civilizado, de fronteira que precisava ser colonizado e modernizado. Sobre essa lógica que a região Norte mato-grossense, principalmente, tornou-se realidade com diversos projetos de colonização e assentamentos de colonos vindos, sobretudo, da região Sul do país. Apenas nos anos 1970 foi que essa ocupação se consolidou e tornou-se uma região de fronteira agrícola, em decorrência de inúmeros incentivos do governo aos empresários.

Além dos incentivos governamentais, a estruturação das rodovias foi fundamental nesse momento. Segundo Joanoni Neto (2007), os colonos seguiam atrás de terras pelas rodovias, e seguiam a promessa de desenvolvimento e progresso que seria levado nas mais distantes regiões. As expansões desde a década de 1960 mudaram significativamente a paisagem tanto da flora e fauna quando do contingente de pessoas habitando essas regiões. No Mato Grosso "(...) que contava com 38 municípios até meados da década de 1970, passou a contar com 142 municípios em pouco mais de vinte anos" (BARCELOS, 2012, p. 8).

A monocultura, incentivada nas décadas seguintes, foi responsável pelo desmoronamento da agricultura familiar no Mato Grosso. Monoculturas como a soja e a cana-de-açúcar, cujas produções feitas em larga escala, valiam-se de tecnologias e mecanizações avançadas, tornando o cultivo fortemente ostensivo. Essas produções demandam a utilização de grandes áreas sendo propício então para os administradores do agronegócio concentrar suas terras nessas regiões. Além disso, contava com incentivos fiscais, baixo valor da terra, boas condições do

solo, alto nível nas técnicas agrícolas de produtores oriundos do sul do país, agroindústrias na região e, principalmente, pelo fato da soja ser, nesse período, o produto mais exportado pelo Brasil para os Estados Unidos.

Barcelos (2012), ao se referir aos dados oficiais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, relaciona os efeitos da soja nesse período a outras culturas, tais como a cana-de-açúcar e café em outros períodos históricos no nosso país.

[...]o fenômeno da produção em alta escala da soja é comparável com o extenso e áureo período do cultivo e comercialização da “cana de açúcar no Brasil Colônia e do café no Brasil Império, que, em épocas diferentes, comandaram o comércio exterior do país”. Conforme o discurso presente no referido texto, a advento da soja na economia brasileira abriu fronteiras e semeou cidades, implantando uma nova civilização no Centro Oeste, possibilitando o progresso e desenvolvimento para uma “região despovoada e desvalorizada, fazendo brotar cidades no vazio do Cerrado e transformando os pequenos conglomerados urbanos existentes, em metrópoles”. Como se pode perceber, sem o menor esforço, trata-se de uma ideologia poderosa que teve seu início, praticamente, na era Vargas (Marcha para o Oeste) e que foi potencializada com as políticas expansionistas do governo militar pós-1964, visando legitimar as ações de ocupação de vastas regiões amazônicas, em especial a região norte de Mato Grosso. (BARCELOS, 2012, p.8).

A ‘Marcha para o Oeste’ foi um dos principais acontecimentos que instaurou o novo momento da história da colonização oficial no Brasil, que para além da vinda dos imigrantes de outros países - que comumente se relaciona com o processo de colonização no país -, a migração passou a ser incentivada e estava ligada aos distintos discursos governamentais, vindo de encontro não só os objetivos de ocupação de território, mas também de objetivos sociais e econômicos.

A marcha para o Oeste foi proposta no governo de Getúlio Vargas ainda na década de 1940. A ideia do projeto era reorganizar demograficamente o país, incentivando ocupações no Centro-Oeste e Norte e foi basilar para, posteriormente, se efetivar em maior número nos governos militares.

Na fala dos cooperados percebemos que havia esse incentivo por parte do governo e a notícia espalhou-se entre os grandes e também pequenos produtores, principalmente, das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Na conversa com a dona Marciana, mãe do cooperado Márcio, ela explica que um genro ouviu dizer sobre as possibilidades de compra de terra no Mato Grosso e ela convenceu o marido a vir

com a família. Isso no ano de 1981, quando se ouvia a promessa do “El Dorado”, uma terra fértil onde tudo que se planta é colhido.

Porque o pai do Paulo queria vir. Olhar terra. Induziu ele. Eu falei “nós não vamos não” nos estávamos numa terra tão boa lá, você plantava de tudo, tudo, você plantava cebola, alho, de tudo lá, nós jogávamos embaixo dos pés de café, dava aquele monte, nós plantávamos, nós colhíamos. Mas ‘vamos’, então nós juntamos tudo e viemos. [...] nós tínhamos uma casa lá, vendemos para vim para cá. (DIÁRIO DE CAMPO, JUARA, 09/02/2018).

O senhor Paulo, genro da dona Margarida que também é cooperado, disse-nos que já havia vindo anos antes de Jesuíta, no Paraná, para ver as terras no Mato Grosso, mas as condições eram ainda mais precárias.

Ah, o pai queria vim, eu não queria não, porque tinha vindo em 75. Vim até na Baiana. Não tinha nem estrada, ai eu voltei pra trás. Até onde eu vim não prestava mesmo, era só campo. [...] Nós tínhamos duas chácaras, em 1977, o pai vendeu uma e veio. Ele ia comprar onde é a Colomar hoje do Ivan, 47 alqueires. [...] meu irmão mais velho não quis vir, ai eu falei “então não vou também, ué”. Vinha só eu e o mais novo. Eu tinha um irmão mais velho que falava assim pra mim, que vai vender lá. [...] Ele vendeu 4,5 lá e comprou 12 aqui. (DIÁRIO DE CAMPO, JUARA, 09/02/2018).

Alguns órgãos foram criados na esfera federal para viabilizar esse processo de colonização dirigida. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA foi criado em 1970 e era responsável por promover e organizar a reforma agrária, promover e controlar a colonização, que nesse momento ocorria em larga escala (MIRANDA, 1987).

Nesse período, o Estado, sob a supervisão do INCRA, montou um esquema de colonização dirigida, baseado no artigo 5º do decreto nº59.428 de 1966 que define:

Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstos. (BRASIL, 1964).

Sob essa perspectiva, o Estado ainda era responsável por todo processo de colonização, conhecido como colonização dirigida. No entanto, segundo Miranda (1987), na tentativa de expandir o capital e acumulação da fronteira, foi gradativamente criando condições para que esse procedimento fosse feito por empresas particulares de colonização, transferindo uma grande parcela dos processos sociais às propostas particulares e de cooperativas.

Nesse período uma mesma colonizadora comprava e vendia terras em diversos locais do Brasil e até nos países fronteiriços como o Paraguai. Segundo a fala do senhor Toninho, um produtor rural que já teve terras no Paraguai antes de vir para o Mato Grosso, a mesma colonizadora que ele comprou terras no Paraguai comercializava as terras no Vale do Arinos.

Fiquei seis anos no Paraguai. Lá só não era bom porque não era o Brasil, (risos), mas era bom. Vender, comercializar a produção de soja – lá eu mexia com soja. Vendia a soja tudo em cruzeiro dentro de casa. Paraguai o povo vai na casa, e não era nem em guarani era em cruzeiro. Mas só que era tudo enrolado, terra tudo enrolada, os próprios que vendiam pra nós era povo de Novo Horizonte. Por isso que eu não gosto de falar muito mal deles, porque eles não gostam de mim sabe, por causa dessas terras aqui. Mas os próprios que vendiam pra nós eram os colonizadores de Novo Horizonte. Eles tinham essa fazenda lá no Paraguai. (DIÁRIO DE CAMPO, JUARA, 09/02/2018).

Era um momento em que havia incentivos e algumas facilidades, inclusive em questões legais, para que essas colonizadoras se instaurassem e tomassem frente tanto do bônus quanto do ônus para a compra e venda dessas terras. De acordo com o senhor Toninho, nem sempre essas terras que foram adquiridas tinham a legalidade por parte de quem vendia e eles ficavam a mercê desses grandes proprietários. A condição da compra barata da terra não significava uma garantia.

[...] os paraguaios não queriam que nós ficássemos lá porque não tinha autorização do loteador - a colonizadora- não tinha a autorização do país. Ai eles vendiam a área, ou então eles iam tomar tudo, os brasileiros que estavam lá, que éramos nós. Nós pegamos e fizemos uma permuta, o fazendeiro concordou, fez um acordo, e nós fizemos uma permuta. (DIÁRIO DE CAMPO, JUARA, 09/02/2018).

Essas empresas privadas eram apoiadas e supervisionadas por entes federativos como a SUDAM, o INCRA e de bancos como Banco do Brasil e BASA,

mas nem sempre havia o acompanhamento de perto, pois era um número muito grande de terras vendidas em um espaço geográfico também muito expansivo, em condições que não eram de fácil acesso. O argumento era de que era preciso “integrar para não entregar” terras brasileiras a outros países criando condições para que essas áreas consideradas paradas e não produtivas fossem se adequar e se organizar para fazer parte de uma economia ativa.

O governo, enquanto incentivo a essas colonizadoras e a ida desses migrantes para essas terras, criou órgãos e programas que viabilizassem a ocupação da região da Amazônia Legal conhecida como “Operação Amazônia”. Dentre esses programas, havia projetos de construção de rodovias com a propaganda “[...] uma vereda aberta no Nordeste para a colonização de enorme vazio demográfico e o início da exploração de potenciais até então inacessíveis” (BRASIL, 1972, p.2).

A modernização de estradas e acessibilidade no geral demorou a se efetivar. Até a década de 1980, a viabilidade era difícil e perigosa. O cooperado e assentado Reinaldo enfatizou em sua fala essa dificuldade, em que as famílias demoravam mais de três dias para percorrer o caminho de Cuiabá até a região do Vale do Arinos, um trecho de aproximadamente 700 km. “*Meu pai veio em 1978, deu uma olhada. Voltou. Aí em 1980 nós viemos. Três dias de Cuiabá pra cá só (risos)*”. Isso não impedia as famílias de se deslocarem até a região, pois foi a oportunidade para muitos em conquistar e trabalhar na própria terra.

No Paraná nós trabalhávamos de arrendatário. Arrendava as terras dos outros. Indaguei com o que trabalhavam lá: Café e lavoura branca, feijão também, às vezes um pouco de amendoim. E ai meu pai sempre tinha sonho de comprar um pouquinho de terra. No Paraná nós não conseguíamos, a terra era cara e pagava renda pros outros, como que ia conseguir? E ai ele teve a ideia de vim pra cá.
Pesquisadora: Era uma época que muita gente estava vindo?
Estavam vindo e tinha mais oportunidades de comprar na época. A firma Fértil, vendia em bastante parcela por ano. Aí ele conseguiu comprar um sitinho de doze alqueires. Mas tinha que abrir ainda? Tudo mato, tudo mato. Estrada melhor que tinha era carreador de madeireira. Tirava madeira e deixava, aquele picadão, pro povo começar entrar. (DIÁRIO DE CAMPO, JUARA, 15/02/2018).

Esse foi um caminho necessário para viabilizar, posteriormente, a instauração de outros projetos após o PIN como o Proterra (1971-1978), o Prodoeste (1972-1974) e o Polamazônia (1974).

O ponto central desses projetos de governo foi de um Brasil que precisa se integrar para poder se desenvolver. Para que o Brasil atingisse maturidade econômica, as regiões amazônicas e nordeste precisavam unir forças e se fortalecer politicamente. Estas áreas, segundo o discurso oficial, "(...) esperavam ansiosas os esplendentes alvoreceres de um amanhã fecundo e diferente" (BRASIL, 1972, p.32).

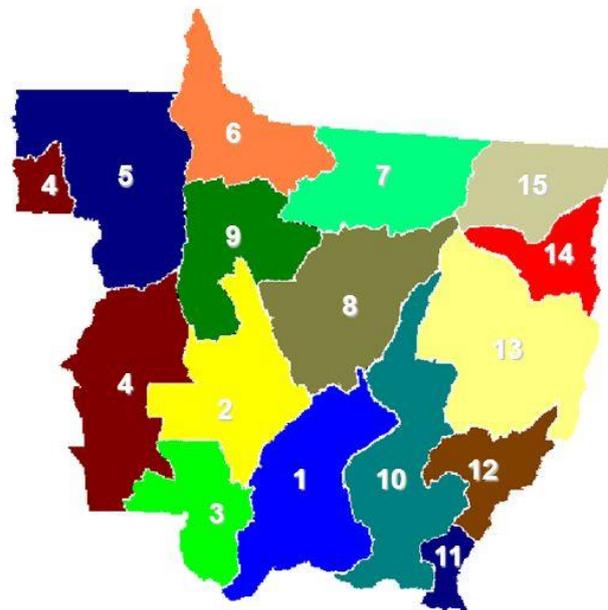
2.1 Processo histórico do Vale do Arinos

Seja pelo viés estatal, seja pela via privada, os investimentos na colonização dirigida continuaram na fronteira amazônica, região que abarca a Transamazônica (PA), Rondônia e Mato Grosso, e em outras regiões do Estado mato-grossense, como é o caso da microrregião do Vale do Arinos.

O Vale do Arinos é composto pelas cidades de Novo Horizonte do Norte, Tabaporã, Porto dos Gaúchos e Juara; tem um histórico de colonização parecido com as demais regiões Centro-oeste e Norte do país. O princípio da construção dessa microrregião ocorreu com a fundação da cidade de Porto dos Gaúchos. A ocupação ou reocupação (considerando que já havia a população nativa) deste território ocorreu em 1971 por meio de um projeto de colonização particular no contexto da ditadura militar brasileira, mais especificamente de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979). A empresa responsável foi a SIBAL, com a compra de 35.114 hectares de terras intituladas como Gleba Taquaral. As terras eram de propriedade de Valdemar Sprang, um paranaense da cidade de Londrina, cujas terras advinham de terras devolutas do Estado, do período de 1940 (SANT'ANA, 2009). Essa foi uma das muitas empresas de colonização que se instalaram no norte mato-grossense com incentivos do governo militar.

Figura 1- Mapa do Estado do Mato Grosso com a divisão das microrregiões

ESTADO DE MATO GROSSO



Total de Municípios: 141

Consórcios Intermunicipais

1	Vale do Rio Cuiabá
2	Alto do Rio Paraguai
3	Complexo Nascentes do Pantanal
4	Vale do Guaporé
5	Vale do Juruena
6	Vale do Teles Pires
7	Portal da Amazônia
8	Alto Teles Pires
9	Vale do Arinos
10	Região Sul
11	Nascentes do Araguaia
12	Portal do Araguaia
13	Médio Araguaia
14	Araguaia
15	Norte Araguaia

Fonte: Programa de Desenvolvimento Regional - Secretaria Extraordinária de Projetos Estratégicos MT Regional (<http://slideplayer.com.br/slide/1251469/>).

O projeto dos militares, então, foi tomando forma, principalmente no Estado do Mato Grosso. No Vale do Arinos, nos períodos entre 1970 e 1980, foi significativo o número de migrantes, alterando o cenário demográfico, “a população passa de 624 a 7.862 habitantes” oriundos principalmente pela promessa de “terras férteis e mais baratas, patrocinados pelo governo e pelas colonizadoras” muitas famílias “investiram nesses projetos” (SANT’ANA, 2009, p. 132).

Utilizava-se como discurso ainda o ideal do ‘novo bandeirante’, que seria o grupo de colonos e colonizadores que desbravariam essas terras inaproveitadas que contribuiu com o desenvolvimento do interior do país. Uma das colonizadoras responsáveis pela microrregião do Vale do Arinos foi a SIBAL, aprovado pela SUDAM e supervisionado pelo INCRA e Banco do Brasil. A proposta era a venda de lotes com carência de três anos a dez anos para pagar com juros a 8.0% ao ano. Como forma de incentivo, os agricultores tinham acesso aos financiamentos para construção da casa para a família e início da lavoura.

A divisão das terras, a princípio, foi denominada de glebas. A intenção era que as glebas se tornassem distritos e, posteriormente, em municípios

emancipados, para que a manutenção e investimento financeiros dessas áreas deixassem de ser de responsabilidade das colonizadoras.

No contexto das colonizadoras, há documentos oficiais que demonstram como seria vantajoso e como os itens de incentivo do governo para essas empresas privadas indicavam as grandes chances de lucratividade.

Hoje investir na Amazônia não é atitude arriscada ou de mero patriotismo, mas um empreendimento seguro e vantajoso, dado o elenco de facilidades extraordinárias propiciadas pela legislação desenvolvimentista vigente. [...] como estímulo à implantação, ampliação ou modernização de atividades produtivas na Região, a Legislação Federal oferece às empresas regionais isenções tributárias, com vistas a fornecer-lhes condições competitivas e assecuratórias ao ótimo funcionamento dos seus empreendimentos (BRASIL, 1969 *apud* SANT'ANA, 2009, p.135).

Claramente, percebe-se a intenção de atrair compradores e empresas de colonização para essas terras. Dessa forma, 'realizaria os sonhos dos colonos' e tornava rentável a oportunidade para as empresas privadas. O governo, com a intenção de tornar economicamente ativa essa região, favorecia as colonizadoras com a venda das terras e as tornava responsável em organizar as condições de uso e acesso às terras para os colonos. Mesmo com toda burocracia existente, os bancos financiadores e o próprio INCRA não faziam avaliações muito aprofundadas sobre as condições do uso da terra, facilitando, ainda mais, as condições de venda para as colonizadoras.

Para atender as exigências do INCRA, as condições mínimas a serem atendidas consistiam de construção de pontes, estradas, escolas, hospitais, armazéns para depósitos de produtos agrícolas etc. A SIBAL atendia todos esses aspectos, mas, de forma bem precária, focavam nos cortes de lotes de terras, pois, sabiam que os colonos não deixariam de investir em terras cujo potencial era de fartura e prosperidade (SANT'ANA, 2009).

Ao indagar a dona Margarida, esposa de cooperado Leonel, sobre o porquê da vinda para o Mato Grosso, ela diz "*Ah, loucura né. O povo falou que era bom, em Juara. Porque, lá em Eldorado (MS) nós morávamos na fazenda, daí o povo falava que era bom. Nós viemos só pra quebrar o nariz, por que nós sofremos.*" Ao indagar se não era realmente tudo que prometeram, ela diz "*Nada. Nós enfrentamos, que Deus me livre, uma vida dura*" (DIÁRIO DE CAMPO, JUARA, 15/02/2018).

De fato, para as colonizadoras foi um negócio rentável, que não se resumiu em apenas um empreendimento, pois elas compraram outras áreas e organizaram outros loteamentos.

Sob os mesmos incentivos outra colonizadora marcou a trajetória desta região caracterizada pelo norte do Estado do Mato Grosso, a colonizadora Conomali. Essa colonizadora era responsável pela Gleba Arinos, situada no que depois viria a ser a cidade do Porto dos Gaúchos-MT e depois transferida para a Gleba Taquaral, a futura cidade de Juara-MT. Da mesma forma, as condições mínimas que essa colonizadora oferecia aos colonos compradores eram de muita precariedade.

Figura 2 – Mapa com a identificação das cidades que compõem o Vale do Arinos



Fonte: COGIS/SUPS/SES-MT (file:///C:/Users/amcru/Documents/Doutorado/textos/2-distribuicao-espacial-dos-municipios-de-mato-gro-[513-140814-SES-MT].pdf)

Foram feitas algumas pesquisas e entrevistas sobre a colonização do Vale do Arinos. Em relatos dos colonos podemos verificar as dificuldades enfrentadas, tanto de infraestrutura quanto as relações sociais de pessoas com intenções distintas,

advindas de diferentes objetivos e de diversas regiões do país. Para povoar esse local, a maioria dos incentivos foi feita na região Sul do país, e para a mão de obra do trabalho braçal eram trazidos peões do nordeste, além da população nativa que aqui já residia.

[...] é marcado pelo que eles descrevem como a precariedade da vida em um lugar selvagem, lembrada pela falta de comida considerada decente, da presença dos índios que poderiam “atacar” a qualquer momento na margem do rio, e “peonada” que estava sempre “arrumando briga”. Nota-se que, neste início deu-se o encontro de indivíduos com modos de vida bastante distintos e, com eles, a segregação dos espaços na cidade. Segundo a crítica dos “colonizadores” e colonos, eles selecionavam seus próprios espaços, estabelecidos distantes dos peões e dos indígenas. Os peões, essa concepção do espaço, deviam ficar embrenhados no mato e não se misturar com os moradores da cidade, pois viviam em constante arruaça. Os índios simbolizavam os não-civilizados, os que deveriam ser mantidos sob controle, aqueles a quem era preciso “amansar”, reelaborando métodos de aproximação utilizados pelos colonizadores portugueses quando chegaram no Brasil. (SANT’ANA, 2009, p. 138-139).

A presença indígena foi marcada por resistências. Os grupos indígenas eram atacados em suas casas, assim como muitas embarcações de trabalhadores foram saqueadas por eles ao longo do rio, obrigando-os a se jogarem na água para não serem atingidos pelas flechas.

Coincidindo com o período histórico da colonização do Vale do Arinos, um nome de destaque é do conhecido como “Zé Paraná”. Foi em 1971 que José Pedro Dias, acompanhado de Antônio Pereira Braga Sobrinho, Vilmo Peagudo de Freitas, José Olavo Gonçalves e José Martins França, se organizaram e em sociedade compraram as terras devolutas de Waldemar Sprang, no município de Diamantino - MT (ver mapa). Essa associação se cadastrou como Projeto de Loteamento de Imóvel Rural na Divisão de Colonização Particular do INCRA. Ao saber das oportunidades que vinham se destacando na Gleba Arinos, foi trabalhar com café nessa região onde anos depois foi convidado por Guilherme Meyer, considerado o colonizador de Porto dos Gaúchos a se juntar a um grande grupo agrícola que estava se iniciando. Em 1959, após ganhar dinheiro com esse investimento ele busca sua família no Paraná para morar no Mato Grosso.

Zé Paraná aproveitou seu contato com o projeto de colonização e estreitou relações com a colonizadora ali presente, criou espaço e adquiriu terras. Em 1960,

começou a trabalhar na Conomali como empreiteiro e no incentivo para o plantio de seringas já que o café não encontrou condições ideais para se desenvolver.

A princípio acreditava-se que o café seria o “ouro verde”, ou seja, a cultura que foi investida para dar certo e gerar lucros. Com as primeiras experiências já se verificou que o café não era a cultura ideal para esse clima e tipo de solo. A colonizadora incentivava então a vinda de outros tipos de empreendimentos. Dentre essas novas ocupações, as madeiras ganharam espaço com a extração da farta matéria-prima, coincidindo com a ocupação das áreas. De acordo com Sant’ana (2009), nos anos de 1973 e 1974, a região expunha com uma área a perder de vistas de madeiras de lei, tornando-se, assim, a opção mais viável para as pessoas que vinham à busca de uma oportunidade.

SIBAL, a colonizadora que havia comprado os 35.114 hectares, vendeu rapidamente esses lotes ainda em 1971. Em 1974, Zé Paraná e seu sócio, José Olavo, compraram mais uma área de 80.000 hectares que foi também logo em seguida comercializada. O nome do “Zé Paraná” ficou conhecido no Vale do Arinos sendo respeitado e o nome reconhecido como pioneiro dessas terras assim como um líder político, enquanto prefeito do Porto dos Gaúchos, primeira cidade emancipada desta microrregião e, posteriormente, trabalhando para a emancipação das demais cidades.

Em um plano secundário, mas não menos importante, essas pessoas que vinham para essa região ‘desbravar’ desenharam outra configuração também política que é do reconhecimento sobre esse pioneirismo. A representação que alguns pequenos grupos ou personalidades construíram se tornaram por força política os ‘heróis’ que legitimam a história enquanto uma história oficial marcada por valentia e por pessoas destemidas.

O sonho da compra do pedaço de terra foi instigado nas famílias e pequenos produtores como forma de trazê-los e demarcou a colonização dessa região.

Ambições e sonhos se mesclam a políticas e metas em uma terra que, para muitos, será a terra da promessa, com práticas e relações sendo constantemente repaginadas e vivificadas, operadas de diferentes modos dentro do cotidiano dos seus moradores, uma terra de incessantes disputas, onde se constroem heróis, vilões, memórias e espaços. (SANT’ANA, 2009, p.131).

Podemos perceber que houve grandes esforços governamentais para incentivar a habitação e produção nesta região. A intenção era tornar viável o início do que, posteriormente, pudesse se tornar uma região economicamente ativa e próspera.

Foi neste contexto que os produtores da COOPERNONTE se constituíram como sujeitos cooperados. Essa pequena cooperativa carrega consigo essas raízes e particularidades inerentes ao homem do campo que utiliza a terra para se fortalecer enquanto trabalhador e de onde tira seu sustento e de sua família.

2.1.1 Cooperativa mista agropecuária de Novo Horizonte do Norte – COOPERNONTE

O estatuto social da Cooperativa Mista Agropecuária do Novo Horizonte do Norte – COOPERNONTE vigente foi alterado e aprovado na assembleia geral extraordinária realizada no dia 29 de agosto de 2007. Essa foi a segunda assembleia geral da cooperativa; a primeira ocorreu na data de sua constituição, em 16 de junho de 2006. Sua administração e sede localizam-se na cidade de Novo Horizonte do Norte-MT e a área de admissão de cooperados é a área referente ao conhecido Vale do Arinos, composto pelas cidades de Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Juara e Tabaporã.

A COOPERNONTE é uma cooperativa de pequenos produtores de leite que tem como atividade o recolhimento do leite e, posteriormente, a sua comercialização. A prática comum dessa cooperativa é o recolhimento da matéria-prima junto aos cooperados para a produção da muçarela. A muçarela é um queijo que precisa de pouco tempo de “apuração” para estar apto à comercialização e consumo. Por isso se produz esse e não outro tipo de queijo.

Figura 3 – Estrutura no interior do Laticínio- COOPERNONTE



Fonte: Acervo da Pesquisadora.

Apesar de constar no estatuto que seria objetivo da COOPERNONTE colocar à disposição dos cooperados o “transporte de suas produções”, “adquirir” à medida dos interesses “bens de produção e insumos como: sementes, mudas, fertilizantes, corretivos agrícolas, produtos veterinários, alimentos para animais, máquinas e equipamentos agrícolas” e, por vezes, “produtos e gêneros de usos alimentícios, domésticos e pessoais” por pouco tempo a cooperativa fez mais do que recolher e comercializar o leite. Sua função para outras questões sempre foi muito limitada e os cooperados pouco podiam contar com essa assistência (ESTATUTO COOPERNONTE, 2007, p.1-2).

A produção da muçarela é a única atividade que o laticínio realiza, sendo que algumas vezes o creme foi vendido, pois é um subproduto que tem que ser retirado do leite (para produzir a muçarela) e pode ser utilizado para produção de outros derivados, mas que não são aproveitados naquele estabelecimento. A

COOPERNONTE já trabalhou com mais de dez funcionários entre motorista, parte administrativa, limpeza e produção do queijo.

O empreendimento foi pensado, principalmente, por esses pequenos produtores do assentamento, que, por serem beneficiários de pequenos lotes de até dez alqueires, a criação de vacas leiteiras é o mais viável, não sendo economicamente factível, por exemplo, gado de corte ou a monocultura extensiva. Além disso, os custos são menores e a mão de obra pode ser compartilhada por todas as pessoas da casa. Há também produtores que não são oriundos da Reforma Agrária, no entanto, os números expressivos de pequenos produtores dessa cooperativa fazem parte dos assentamentos.

A COOPERNONTE já obteve auxílios e “consultorias” da Organização das Cooperativas do Brasil-OCB, mas, segundo a fala de alguns cooperados, ela não atendia as expectativas e aos anseios desse grupo, por isso não há efetiva parceria com essa organização. A COOPERNONTE tem sua sede no mesmo terreno do laticínio. É um terreno amplo doado pela prefeitura do município de Novo Horizonte do Norte como incentivo. Os equipamentos estão em boas condições de uso, o caminhão que recolhe o leite é da cooperativa e havia liberação do Serviço de Inspeção Federal - SIF para funcionamento, o que significa estar apto às condições sanitárias de produção, conservação e consumo. Além disso, possui os resfriadores para ficarem nas propriedades e refrigerar o leite até ser recolhido pelo caminhão. Fica em locais estratégicos para atender a mais de uma família.

Em seu estatuto consta como objetivo social a “colaboração recíproca”, “O estímulo, o desenvolvimento progressivo” e “atividades sociais e econômicas, de natureza comum”, “preparação de novas áreas para o desenvolvimento e ampliação de atividades” para os cooperados (ESTATUTO COOPERNONTE, 2007, p.1).

Nas reuniões, encontros e assembleias que comparecemos, notamos que o número de cooperados que participa é muito pequeno. E ao respeitar o estatuto, sempre iniciava na terceira chamada. “Art. 22º nas Assembleias Gerais, o *quórum* para instalação será o seguinte: a) 2/3(dois terços) do número de associados em condição de votar, em primeira convocação. b) Metade e mais um dos associados, em segunda convocação. c) Mínimo de dez associados, em terceira convocação” (ESTATUTO COOPERNONTE, 2007). Hoje o número de cooperados inscritos na Junta Comercial é de 154 cooperados.

Figura 4- Encontro dos produtores no Laticínio - COOPERNONTE.



Fonte: Acervo da pesquisadora.

A convocação é feita mediante edital fixado em alguns pontos da cidade como prefeitura, correios, casas agropecuárias etc. É também publicado no jornal impresso da região, denominado por “Folha do Vale” e por vezes anunciado na rádio “Tucunaré AM” que abrange essa região, inclusive as propriedades rurais mais afastadas.

Figura 5 – Edital de Convocação da Assembleia da COOPERNONTE, publicado no jornal Folha do Vale.

<p style="text-align: center;"> ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE JUÍNA - MT JUÍZO DA PRIMEIRA VARA</p> <p style="text-align: center;">EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 20 DIAS</p> <p>AUTOS N.º 2421-90.2009.811.0028 - 47932</p> <p>ESPÉCIE: Depósito -> Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa -> Procedimentos Especiais -> Procedimento de Conhecimento -> Processo de Conhecimento -> PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO</p> <p>PARTE REQUERENTE: SICREDI UNIVALEIS - COOP. DE CRÉD.VALE DO JURUENA LTDA.</p> <p>PARTE REQUERIDA: TRANSPORTADORA DUARTE LTDA. e ALCIONEI DUARTE</p> <p>CITANDOS: Requeridos: ALCIONEI DUARTE, Cpf: 986.164.509-49, Rg: 793.210.003 SSP SC, Endereço: Local Incerto e Não Sabido; TRANSPORTADORA DUARTE LTDA., CNPJ: 09.265.461/0001-60, Endereço: Local Incerto e Não Sabido</p>	<p style="text-align: center;"> ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA</p> <p style="text-align: right;">Cuiabá, 14 de abril de 2015.</p> <p>N.º 001/2015 - 1ª Secretária Civil</p> <p style="text-align: center;">EDITAL DE INTIMAÇÃO</p> <p>PRAZO 30 DIAS</p> <p>O Exceletíssimo Senhor Desembargador SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS - Retor nos autos a seguir mencionados e na forma da lei:</p> <p>Agravo de Instrumento n.º, 153932/2014 - Comarca de Juína/MT - Classe: CNS-202 COMARCA DE JUÍNA (INVENTARIO 3/2009 - CÓDIGO 45739), em que é AGRAVANTE(S) - ELEDONORA KLEIN, AGRAVADO(S) - NORIVAL HELWIG.</p> <p>INTIMADO: NORIVAL HELWIG.</p> <p>FINALIDADE: Intimar o Agravado NORIVAL HELWIG, para apresentar contrarrazões ao Agravo de Instrumento mencionado, no prazo legal (10 dias - art. 527, V, CPC), em cumprimento a r. decisão de fls. 50-73/MT.</p>
<p>FINALIDADE: CITAÇÃO das partes requeridas acima qualificadas, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da presente ação que lhe(s) é proposta, consoante resumo das alegações constantes da petição inicial e do despacho judicial adiante transcritos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da expiração do prazo deste edital: 1, entregue a(s) coisa(s) objeto do pedido, depositando-a(s) em juízo, ou consignando o equivalente em dinheiro, sob pena de prisão por até um (1) ano. 2. RESPONDA à ação, querendo.</p> <p>DESCRIÇÃO DA COISA OBJETO DO PEDIDO: 01 9UMI CABO REBOQUE CARROC. AB. COM VERMELHA MARCA MODELO REBIA GUERRA, ANO FAB. 1997, ANO MOD. 1998, CHASSÉ 9AAN71330V001747, RENAVAM 685985605, PLACA GOU 9171.</p> <p>DESPACHO: "Vistos etc. Cuida-se de ação de Busca e Apreensão, em que a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena Ltda - Sicredi Univaleis move em face de Transportadora Duarte Ltda e Alcionei Duarte. Defendida à liminar de Busca e Apreensão as fls. 63, esta não foi cumprida conforme noticiado as fls. 71. Diante da certidão de folhas 71, bem como do pedido de fls. 103/71, nos termos do artigo 4º do Decreto - lei nº 91189, determino a conversão do pedido de busca e apreensão em ação de depósito e determino a citação do réu por edital, uma vez que se encontra em lugar incerto e não sabido para que, em 05 (cinco) dias, entregue a coisa, deposite-a em juízo, ou consignar o equivalente em dinheiro no valor de R\$ 57.055,64 (cinquenta e sete mil e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), ou, por fim, conteste a ação. Conte-se no mandado às advertências de praxe, bem como as previstas do §1º, do artigo 902, do Código de Processo Civil. Determino, por derradeiro, a nova atuação para que conte no cartório distribuir a qualidade da ação. Cumpra-se expedido o necessário. As providências."</p> <p>E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Lívia Furquim Rodrigues, digitei.</p>	<p style="text-align: center;"> MICHELLE CAMPOS ASSUNÇÃO LUSTOSA Diretora de Primeira Secretária Civil</p> <p style="text-align: center;">588</p> <p style="text-align: center;">TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO - CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO ENV - CPA CAIXA POSTAL 1011 - CUIABÁ - MT - CEP: 78.000-910 - TELEFONE PADR: (66) 3617.3000 DEPARTAMENTO DA PRIMEIRA SECRETARIA CÍVEL - TELEFONE: 66 3617.3000 FAX: 66 3617.3004 E-MAIL: primeira.secretaria@tjmg.jus.br</p>
<p style="text-align: center;">Juína - MT, 16 de março de 2015.</p> <p style="text-align: center;"> ROSANE INÊS NOATTO Gestora Judiciária</p>	<p style="text-align: center;"> COOPERNONTE COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA NOVO HORIZONTE FUNDADA EM 16 DE JUNHO DE 2006 "COOPERATIVISMO A NOVA DO MILÊNIO"</p> <p style="text-align: center;">EDITAL DE CONVOCAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA (COOPERNORTE)</p> <p style="text-align: center;">CNPJ: 08.272.691/0001-94. NIRE 51.4.0000763 2</p> <p>O Conselho de Administração da cooperativa (Cooperativa mista agropecuária novo horizonte), no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto social, convoca os associados, que nesta data são em número de 158 (Cento e Cinquenta e Oito), em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se de acordo com os indicativos abaixo:</p> <p>DATA - 07/05/2015</p> <p>LOCAL - Câmara Municipal Dos Vereadores (Avenida Mestre Falcão N.º 329)</p> <p>HORÁRIO - Às 12:00 (Doze horas) em 1ª (primeira) convocação com a presença de 2/3 dos cooperados com direito a voto; ou às 13:00 (Treze horas) em 2ª (segunda) convocação com a presença de metade mais um dos cooperados com direito a voto, ou às 14:00 (Quatorze horas) em 3ª (terceira) e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados com direito a voto.</p>
<p style="text-align: center;">Expediente</p> <p>CNPJ: 19.077.626/0001-24 Endereço: Av. Rio Arinos, N.º 1120 S. Centro, F. Andar, Sala 01 CEP: 78575-000 Juína/MT E-mail: Folhadjuina@outlook.com Site: www.juinaadotelevisao.com.br Direção/Redação: Elizângela Trindade Editor/Coordenador: Maurílio Trindade Diagramação e Artes: JUARA PUBLICIDADE Contato: (66)3556-1774/4442 (66) 8430-5957/842-4870</p> <p style="text-align: center;">Redação</p> <p>As matérias são de responsabilidade de seus autores</p> <p>Matrizes de Juína, Novo Horizonte do Norte e Porto dos Galduês: Elizângela Trindade (66)8430-5957/8421-4870 (66)3556-1774</p> <p>Matrizes de Juína, Cantanhêira e Juara: Emerson Trindade (66) 8408-1110</p> <p>Responsável pela distribuição do jornal em Juína e Cantanhêira: Maurílio Trindade Junior</p> <p>Colaboradores: TV Juara e Rádio Difusora (3556-1158/1818) Eliete Trevisan Trindade</p> <p>Municípios de Circulação do Folha de Juara: Juara Juína Cantanhêira Novo Horizonte do Norte Porto dos Galduês Tabaporã Brasãoete</p>	<p>ORDEM DO DIA:</p> <p>I - Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício de 2015 compreendendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> Relatório de Gestão; Balanco Patrimonial; Demonstrativo das sobras ou perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para a Cobertura Fiscal; Parecer do Conselho Fiscal; Plano de Atividades da cooperativa para o exercício seguinte. <p>II - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas;</p> <p>III - Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração;</p> <p>IV - Eleição e posse dos componentes de Conselho Fiscal;</p> <p>IV - A fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.</p> <p style="text-align: right;">NOVO HORIZONTE DO NORTE MT 27/04/2015</p> <p style="text-align: right;"> DIRETOR PRESIDENTE: DÁRIO ALVES DE SOUZA</p>

Fonte: https://www.afolhadovale.com/jornaled040?fb_comment_id=954377011342725

[954710437976049](https://www.afolhadovale.com/jornaled040?fb_comment_id=954377011342725)

3 ITINERÁRIO METODOLÓGICO – CAMINHOS DA PESQUISA

“Eu estava no sindicato [...] falava muito em desapropriar terra e aí eu entrei com o processo pra desapropriação dessas áreas. O primeiro caminho é você tirar a certidão. [...] aí eu tirei e comecei cobrando, atacando, por isso que eles tem raiva de mim (risos) “que nós precisamos de assentar, nós temos hoje lá no sindicato média de 270, 300 famílias precisando de um pedaço de terra pra trabalhar e não tem como comprar”. Nós mandávamos ofício pra isso. Mandava pro Ministério da Reforma Agrária, e foi, foi, até que saiu. O dia que o ministro assinou o decreto aqui todo mundo escutou. Tinha pouca televisão, naquela época era só rádio, tinha aquela Voz do Brasil, sabe? Aí falou na Voz do Brasil que “o ministro acaba de assinar o decreto...” - eu chego me arrepio - “o ministro da Reforma Agrária acaba de assinar o decreto de desapropriação da fazenda Julieta, Caracol e Bosmagi lá no município de Novo Horizonte do Norte”, vixe, ficou aquele alvoroço. (FALA DO SENHOR TONINHO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018)

A presente proposta de pesquisa parte do pressuposto de que a história e o ser construído historicamente devem ser analisados pelos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, a partir do movimento em que os indivíduos, enquanto seres sociais, estão inseridos e se constituem ao longo do história. Sendo assim, para um primeiro momento nos debruçamos na análise acerca dos trabalhadores, cooperados e assentados dentro do seu contexto histórico.

3.1 Cooperativa e cooperados

O primeiro contato com o grupo de cooperados foca nessa pesquisa se deu por meio de um projeto de pesquisa e extensão da UNEMAT. As ações eram desenvolvidas pelo projeto intitulado Incubadora de Empreendimentos

Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos – IESA⁵ que engloba os cursos de pedagogia e administração do câmpus universitário de Juara-MT com professores, profissionais técnicos e acadêmicos. Um dos trabalhos da IESA foi o trabalho realizado junto à COOPERNONTE, localizada na cidade de Novo Horizonte do Norte-MT pertencente ao Vale do Arinos, a 30 km do município e Juara. Ao iniciar a pesquisa de doutorado, já fazia, aproximadamente, dois anos que eu estava envolvida com a cooperativa pelo processo de incubação. Esse contato foi fundamental para que eu tivesse portas abertas para a pesquisa em questão. Já havíamos criado uma proximidade, estabelecido relações mais pessoais e eu já conseguia articular uma conversa com os cooperados com empatia e confiança.

Elegemos, então, como perspectiva de análise, uma compreensão que versa sobre o interesse “[...] na maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros” (BAUER & GASKELL, 2005, p.20).

A pesquisa, por meio da qual podemos participar da realidade desse grupo, foi o diferencial nesse processo. Participar no sentido de estar presente nos encontros, visitar as propriedades, ir às assembleias, festas de comunidades, encontros formativos, eventos da cidade, conversas informais etc.; essa coletividade proporciona uma visão holística da estrutura e dinâmica deste grupo para além das questões formais e comerciais.

Nesses anos de parceria com a cooperativa e os cooperados, estudamos os estatutos e atas que tivemos acesso e, por vezes, ajudamos a construir. Outros momentos, considerados informais, foram decisivos para compreender como a cooperativa e a relação entre os cooperados ocorria. Em uma das experiências verificamos o quanto a conversa pós-reunião, por exemplo, poderia ser rica. Uma das atividades que desenvolvemos, consistia em ir até as comunidades e explicar

⁵ Como o próprio nome já supõe uma incubadora, propõe um auxílio a pequenas empresas, empreendimentos ou cooperativas que necessitam de algum tipo de assistência para se manter. Pelo mesmo motivo que um bebe precisa de uma incubadora até conseguir sobreviver sozinha, os empreendimentos incubados também ficam nesse processo até conseguirem gerir seu negócio. As universidades desenvolvem esse projeto englobando professores, profissionais técnicos e acadêmicos de diversas áreas, onde desenvolvem pesquisas e estudos, a fim de contemplar o máximo possível as necessidades exigidas em todo tipo de empreendimento. Esse tipo de assessoria tem como objetivo auxiliar as empresas em suas deficiências e ao mesmo tempo possibilitar estudos de caso e experiências profissionais aos acadêmicos e professores no processo de dialogicidade entre teoria e prática.

aos cooperados nosso papel e em que podíamos auxiliá-los. Nós não sabíamos chegar às comunidades rurais e por isso pedimos ajuda de um membro da diretoria da COOPERNONTE que residia na cidade, para nos guiar. Ao final da reunião, ele tinha outro compromisso e perguntou se saberíamos voltar sozinhos, pois ele precisava ir antes, ao que respondemos afirmativamente,

Quando ficamos sozinhos com os cooperados e suas esposas e filhos, eles puderam se abrir conosco. Mostraram não ter confiança na equipe gestora da COOPERNONTE e só voltariam a entregar leite se uma nova eleição fosse feita. Apresentaram diversos motivos para essa postura. Entendemos nesse momento, que essas conversas informais nos mostram muito dos anseios de cada um ou de um grupo específico. Não há uma concordância no grupo e a presença de algumas pessoas conosco impedia que nos fossem francos. (DIÁRIO DE CAMPO, JUARA, 14/08/2015).

Ainda sobre a importância de ouvir as narrativas dos sujeitos, compreendemos importante nesse processo ouvir as suas próprias histórias de vida por se entrelaçarem com as motivações que culminaram, posteriormente, na organização enquanto cooperativa. Para entender a história da cooperativa, é preciso ouvir e compreender a história de vida dos homens e mulheres, assentados e produtores rurais desta região. A narrativa foi compreendida como uma fonte desta pesquisa, produzida pela interação entre os entrevistados e entrevistadora, pelo registro da História Oral, que mesmo sendo entrevistas individuais ainda assim representa uma coletividade. Para Harres (2004, p.145), “é a experiência do indivíduo com o passado que precisa ser compreendida, o que implica termos em conta o trabalho de memória na formação das identidades pessoais e sociais”.

Se ele pretende que o recurso à história oral, às autobiografias, à história subjetiva amplie a base do trabalho científico, e venha a modificar a imagem do passado, dando a palavra aos esquecidos da história, tem inteiramente razão e sublinha um dos grandes progressos da produção histórica contemporânea. [...] A crítica das fontes tradicionais é insuficiente, mas o trabalho do historiador deve exercer-se em ambos os níveis. [...] É evidente que a história não atingiu o grau de tecnicismo das ciências da natureza ou da vida e não desejo que o atinja para que possa continuar a ser facilmente compreensível e até controlável pelo maior número de pessoas. A história já tem a sorte ou a infelicidade (única entre todas as ciências?) de poder ser feita convenientemente pelos amadores. (LE GOFF, 1924, p.50)

Le Goff (1924) acentua o fato de a história oral fazer parte do trabalho científico à medida que dar voz aos invisibilizados ou esquecidos e se torna sinônimo de progresso na produção histórica. Ainda assim, reconhece que o fazer historiográfico, ou a pesquisa, não pode desconsiderar todas as fontes existentes, o que ocorre é apenas uma alteração do que se entende como história.

Voltaire, nas suas *Nouvelles considérations sur l'histoire* (1744), pretendia uma "história econômica, demográfica, das técnicas e dos costumes e não só política, militar e diplomática. Uma história dos homens, de todos os homens e não só dos reis e dos grandes. Uma história das estruturas e não só dos acontecimentos. História em movimento, história das evoluções e das transformações e não história estática, história-quadro. História explicativa e não apenas história narrativa, descritiva – ou dogmática. Enfim, história oral..." (LE GOFF, 1924, p. 123).

A história oral permite que a fala dos sujeitos se tornem “documentos” da mesma importância que qualquer outro documento, dito como oficial ou verdadeiro. Tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, diz respeito a dar condições de mostrar em que medida o documento é instrumento de poder.

3.2 Fontes de análise: a nova história cultural e a hierarquização das fontes

Ao elegermos a fala dessas pessoas como fonte de pesquisa, estamos elegendo como pressuposto teórico a Nova História⁶, o que depois se desdobrou na

⁶ Peter Burke na sua obra ‘A Revolução Francesa da Historiografia: Escola dos *Annales*’, destaca que foram Lucien Febvre e Marc Bloch os líderes, em sua primeira geração, do que pode ser denominado Revolução Francesa da Historiografia, o movimento conhecido como *Annales*. “Desde os tempos de Heródoto e Tucídides, a história tem sido escrita sob uma variada forma de gêneros: crônica monástica, memória política, tratados de antiquários, e assim por diante. [...] A forma dominante, porém, tem sido a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis. Por volta de meados do século XVIII, um certo número de escritores e intelectuais, na Escócia, França, Itália, Alemanha e em outros países, começou a preocupar-se com o que denominava a “história da sociedade”. Uma história que não se limitava a guerras e à política, mas preocupava-se com as leis e o comércio, a moral e os “costumes”[...]” (BURKE, 1992, p. 16-17). Nova História é um movimento que é conhecido como a terceira geração dos *Annales*. Não se trata de um método, mas de uma nova forma de ver a história, uma nova concepção. Segundo Lombardi (2003, p. 4) “O grupo dos *Annales* não se constitui como uma escola que propugnava por um método ou uma teoria da história, mas como um movimento que encorajava várias inovações no âmbito da História, que comportava várias matrizes teórico-metodológicas em seu interior. Esse é o entendimento de Peter Burke, no Prefácio de seu *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales* (1929-1989)”.

Nova História Cultural, por considerar que a história não é linear, narrativa ou factual. Esse pensamento é distinto daquele concebido até o século XIX, com uma ciência inquestionável, que toma como critério a verdade dos fatos, onde a história só é história se contada pela análise de documentos tidos como verdadeiros e autênticos.

Esse movimento almejava interligar diversos campos da história, da vida do homem, abrindo novos objetos de investigação, que não eram pensados. Modificam-se as fontes que eram tradicionalmente usadas pelos pesquisadores, abordando outras reflexões metodológicas, criando assim, diferentes noções de temporalidade no fazer historiográfico.

Para Certeau (1982), a problematização é um dos princípios que impulsionam o fazer historiográfico; a todo o momento se perguntar, questionar. Essa é uma característica da Nova História Cultural, o questionamento. “Caso não houvesse, tudo já estaria pronto, escrito e visto, pois uma única forma “correta” já teria se esgotado e tida como verdadeira” (CRUBELATI & COSTA, 2012, p.5).

É o oposto de se encaixar em padrões ou verdades a ser seguido, afinal, o padrão é estabelecido por um grupo e que é intencional. Pelo contrário, o que esta fora do ‘padrão’ é que deve ser fonte de estudo e, a partir deste, criar novas oportunidades de interpretações, não necessariamente negando o outro, mas dialogando com tais divergências. Essa é uma forma de fazer pesquisa que entende o ‘não oficial’ como fonte de pesquisa também. Diários, jornais, anotações, fotos, roupas, expressões culturais, costumes e as próprias narrativas como fonte de pesquisa. Claro, que não desconsidera as demais, mas possibilita um confronto entre essas múltiplas fontes.

Certeau (1982) afirma que a riqueza da historiografia é essa fuga da padronização, que vai ao caminho da tensão, que possibilita novos olhares, novas pesquisas.

Mais genericamente um texto histórico (quer dizer, uma nova interpretação, o exercício de métodos novos, a elaboração de outras pertinências, um deslocamento da definição e do uso do documento, um modo de organização característico, etc.) enuncia uma operação que se situa num conjunto de práticas. Este aspecto é o primeiro. É o essencial numa pesquisa científica. Um estudo particular será definido pela relação que mantém com outros contemporâneos, com um “estado da questão”, com as problemáticas exploradas pelo grupo e pontos estratégicos que constituem, com os postos

avançados e os vazios determinados como tais ou tornados pertinentes com relação a uma pesquisa em andamento. Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado. Finalmente, o que é uma “obra de valor” em história? Aquela que é reconhecida como tal pelos pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório. Aquela que representa um progresso com relação ao estatuto atual dos “objetos” e dos métodos históricos, e, que, ligada ao meio no qual se elabora, torna possíveis, por sua vez, novas pesquisas. [...] É o produto de um lugar. (CERTEAU, 1982, p.72 a 73).

Mais do que saber o que a história oficial diz de uma sociedade, foi feito (e talvez ainda seja) nos livros didáticos, por exemplo, estabelecendo heróis e desconsiderando todos os movimentos envolvidos no processo histórico, é preciso conhecer como funciona o seu interior, o que permite e o que proíbe este lugar.

Chartier (1991) aborda elementos de representação, apresentando a noção da limitação da produção de sentido, à medida que, de onde você fala advém de onde você delimita suas leituras. Todo documento carrega consigo representações (individuais e coletivas), mas que é uma composição social. Neste instante diferenciamos história de memória, história atribui sentido e a memória a intenção de preservar.

[...] as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento importante ou obscuro, um relato de vida uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles. (CHARTIER, 1991, p.177).

As representações acontecem pelas contradições a serem buscadas pela história. Dessa forma, é no diálogo com as fontes que “tensões” são criadas e conseqüentemente as relações de sentido são produzidas. “Através desse modo de pesquisa novas perguntas foram feitas para construirmos novas respostas, modificando a visão sobre paradigmas existentes, acabando com as generalizações, com a polarização”. (CRUBELATI & COSTA, 2012, p. 2)

Para Chartier (1994), não se deve pensar no uso de verdade ou mentira, mas de representação, tomando como critério a criticidade. Isso por vislumbrar que cada meio, produz um sentido atribuído por nós, construindo uma trajetória do ato de ler.

Por essa concepção, é necessário perguntar à fonte, de onde o autor fala, para quem ele fala, qual sua intenção. A resposta não está objetivamente no que se lê, mas criamos uma representação dependendo desse olhar subjetivo, criado por meio de uma apropriação que é constituída na base de uma identidade social.

As fontes e textos não são neutros e imparciais, eles produzem um sentido e falam de algum lugar. O sentido produzido e representação estabelecida é o que dará a ressignificação do texto. Esse entendimento de representação faz-se necessário para compreender o passado histórico. Quando apropriada essa noção, podemos perceber que o passado é uma reconstrução constante, pois depende do sentido de cada pesquisador, o olhar que ele volta para determinado período, e as fontes que ele elege para sua pesquisa, as formas da escrita, a materialidade da obra (CHARTIER, 2002).

Se a produção de sentido é subjetiva, uma mesma obra pode ser lida e interpretada de diversas formas, pois a cada análise de leitura, mesmo ao reproduzir, já produz algo novo, diferente; sendo um processo novo, criativo, inventivo, afinal, considera tudo que você vivenciou, conheceu, leu, e se modificou. Ler uma obra hoje não significa ter a mesma interpretação e entendimento se ler daqui uns anos. O mesmo vale para quando lermos sobre conceitos antes e depois da pesquisa campo. O que se entende por cooperativismo e Economia Solidária, por exemplo, antes de ir a campo é uma, a análise desses dados, a mesma leitura pode se modificar. A leitura é subjetiva e cada indivíduo, levando em consideração suas características, se apropria diferentemente, “[...] como é que um texto que é o mesmo para todos aqueles que o lêem pode tornar-se um “<< instrumento de lid o contenda a sus lectores para ponerlos em diferencias, dando cada una sentencia sobre ella a sabore de su voluntad>>?” (CHARTIER, 1990, p.122).

Na pesquisa, para Certeau (1982), é na possibilidade de erro, na transformação dos limites em problemas solucionáveis que deve se embasar. Vai ao contrário dos modelos seguidos no passado, onde tinha como princípio os vestígios, como manuscritos (que eram limitados) e usava-se para explicar toda a sua diversidade, tentando unificar em uma única explicação dita coerente. O valor dessa totalização dependia então, da quantidade de informações acumuladas. Em decorrência disso,

[...] o estudo se estabelece hoje de imediato sobre unidades definidas por ele mesmo, na medida em que se toma e deve tomar-se capaz de fixar a priori objetos, níveis e taxonomias de análise. A coerência é inicial. A quantidade de informação tratável em função destas normas tomou-se, como o computador, indefinida. A pesquisa muda de front. Apoiando-se nas totalidades formais, propostas decisoramente, ela se volta para os desvios que as combinações lógicas das séries revelam. Joga com os limites. Para retomar um vocabulário antigo, que não mais corresponde à sua nova trajetória, poder-se-ia dizer que ela não mais parte de “raridades” (restos do passado) para chegar a uma síntese (compreensão presente), mas que parte de uma formalização (um sistema presente) para dar lugar aos “restos” (indícios de limites e, portanto, de um passado que é o produto do trabalho). (CERTEAU, 1982, p.86).

É uma grande responsabilidade para o pesquisador, pois nas suas representações escritas, é que ficará como meios de apropriação de sentido pelos indivíduos, “é a memória da qual vai ser constituir história, olhares nunca iguais, mas escritos sempre únicos, que possibilitem variadas interpretações das particularidades, desmistificando noções de verdades, causas ou consequências, nada tido como acabado e pronto” (CRUBELATI & COSTA, 2012, p.8).

Ouvir os sujeitos de pesquisa é mergulhar em seu mundo e compreender de dentro para fora aqueles que são produtores da história. Benjamin (1987, p.122), argumenta que a prática do materialismo histórico, ao analisar uma obra, “costumava perguntar: como ela se vinculava às relações sociais de produção da época”. É uma pergunta pertinente, por considerar um contexto geral de uma classe. Mas, Benjamin (1987, p.122) enfatiza que uma abordagem mais “modesta” e que apresenta mais “perspectivas” é, em vez de perguntar como se vincula as relações de produção da época, ou, antes dela, indagar: “como ela se situa *dentro* dessas relações?”.

Ao mergulhar dentro dessas relações e ao compreendermos as narrativas orais, as imagens e as memórias como fonte de pesquisa, que é o que a Nova História Cultural inaugura, nos aproximamos de uma ferramenta metodológica muito rica, que é a História Oral.

3.3 História Oral e a riqueza na análise de entrevistas

Para Harres (2008), a história oral diferencia-se em diversos aspectos de outros métodos de pesquisa. É reconhecida e defendida, primeiramente, por autores

pelo fato de permitir que a história de grupos marginalizados e grupos oprimidos sejam edificadas e conhecida. Essa foi a tentativa primeira e a maior justificativa dada ao uso da história oral e pode ser traduzido, segundo Philippe Joutard (2000, p.33) por três atitudes: “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades "indescritíveis", quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono”.

No Brasil, a história oral foi e é utilizada, principalmente, para dar visibilidade e voz aos nossos problemas sociais mais evidentes como a questão agrária e a luta pela terra; os problemas urbanos relacionados à moradia, à saúde e à educação; os meninos de rua; a precarização e desestruturação do mundo do trabalho, entre outros. Torna-se ferramenta para problemas sociais existentes e que não há uma luta própria ou reconhecimento pela sua precariedade social, ou, não pela voz desses indivíduos. Verificamos essa situação de inferioridade que esses produtores se encontram, seja pela condição econômica/ financeira, seja pela pouca ou nenhuma escolaridade ou ainda pela questão social, pessoas muito respeitadas, mas esmagadas pelas grandes propriedades em uma região totalmente agrária e de grandes latifúndios. Na fala do senhor Amilton, um dos cooperados, no início da entrevista, quando explicamos a pesquisa e pedimos para que fique à vontade para contar sobre sua vinda para o Mato Grosso até entender a cooperativa como está hoje, ele diz:

Eu não tenho uma leitura adequada como eu já falei para ela ali, minha leitura é lá embaixo, eu sou um 'oreia seca'⁷, dizendo logo o português claro. Mas eu entendo essas partes eu sei que o trem vai lá pegar. Você sabe. Agora pessoas que tem estudo dez vezes mais do que nós e não está entendendo isso aí. (DIÁRIO DE CAMPO, JUARA, 07/02/2018).

Essa condição de subalternidade em que muitos grupos se encontram e se veem pode ser notada nas falas dos produtores pesquisados. Ouvi-los é uma forma de mostrar o valor da sua história e ponto de vista é fundante para uma transformação social.

⁷ “Oreia seca” é um termo utilizado para caracterizar pessoas, que ganham pouco e desenvolvem trabalho braçal. Nesse caso, denota alguém que trabalha muito mas, não é reconhecido por um trabalho que tenha uma formação acadêmica para ser desenvolvida, ou seja, uma pessoa com poucos conhecimentos e/ou estudos.

Moraes (1994) corrobora ao enfatizar que a história oral vem se opor ao modo de se fazer pesquisa tradicional, tanto ao que diz respeito ao ponto de vista dos objetos quanto aos métodos aplicados. Fala de uma “História vista de baixo, história do local e do comunitário, história dos humildes e dos sem-história, tira do esquecimento aquilo que a história oficial sepultou [...]” (MORAES, 1994, p.23).

De modo privilegiado, as fontes orais oferecem um conjunto de evidências subjetivas sobre os processos históricos e, dessa forma, abrem a possibilidade de uma melhor compreensão a respeito das relações entre ação, consciência e constrangimentos sociais. Podemos trabalhar no âmbito mais profundo das percepções dos protagonistas e das representações por eles construídas. Avanços na reflexão teórica, em especial em relação à subjetividade, memória e narrativa pessoal, acompanham a prática da história oral, que se desenvolve cada vez mais assumindo seu caráter interdisciplinar. (HARRES, 2008, p.106).

A história oral, além do seu uso por aspectos extremamente relevantes que reforça seu poder de democratização e pluralidade como mencionados acima, carrega consigo um grande potencial de pesquisa e de formulações de novas perguntas mesmo que ainda não totalmente exploradas. Nesse sentido,

O trabalho com fontes orais permite uma nova ênfase na experiência individual, possibilitando atentarmos para a forma como vem sendo realizado o ideal de autonomia, tão caro à civilização moderna, mas, ao mesmo tempo, tão difícil de vivenciar, já que estamos marcados por dependências e múltiplos constrangimentos, que muitas vezes são reconhecidos e explicitados no exercício da rememoração, quando são repensadas e revistas decisões e ações. (HARRES, 2008, p.100).

Em concordância, Joutard (2000, p.33) diz que o potencial da história oral é proporcionar que cada indivíduo seja ator da sua história, com suas fragilidades, conquistas, indignações e exposição das suas fraquezas. Dessa maneira, faz àqueles que normalmente não tem voz, “os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os “derrotados””, e ainda completa “tudo que é humano é nosso, e é preciso fazer recuar as fronteiras”.

Para a utilização da história oral, devemos estar atentos também para a adequação entre o tema e as questões orientadoras da pesquisa, em função do tipo de fonte que será empregada. Trata-se de um testemunho subjetivo, falado, expressa as impressões,

avaliações, sonhos e opiniões do depoente. As questões devem, de alguma forma, levar em consideração e expressar a preocupação com as versões dos entrevistados sobre os acontecimentos e temas investigados. (HARRES, 2008, p.107).

Ainda assim, reconhece que a fonte oral proporciona uma análise que legitima e leva em conta as emoções, aquilo que não encontramos em documentos ou fontes que não traduzam a fala e narrativa dos sujeitos.

Se o cálculo e a racionalização face aos interesses, tanto econômicos, como de prestígio, podem ser inferidos, a carga emocional que cerca muitas decisões do cotidiano é muito mais difícil de ser percebida e apreendida. Sempre estamos preocupados com razões de ordem prática, sem dúvida, uma linguagem mais fácil de entender, muito diferente do universo emocional que normalmente acompanha as recordações. (HARRES, 2008, p.101).

Alguns desafios são encontrados ao utilizar essa ferramenta. O trabalho de análise do pesquisador estará sujeito a ser tendencioso, visto que a proximidade que se cria com o ambiente e grupo pesquisado, na maioria das vezes leva-o a ter dificuldade de se afastar dos sentimentos que as falas trazem consigo.

Em algumas pesquisas, em especial na abordagem dos temas anteriormente indicados, a dificuldade maior diz respeito ao trabalho propriamente analítico. A simpatia pela causa em estudo e por seus participantes, “fontes vivas” com as quais os pesquisadores interagem, pode colocar dificuldades em relação ao trabalho de análise e interpretação. Dar voz aos excluídos pode ainda aparecer como algo sedutor. (HARRES, 2008.p.102)

O envolvimento com a pesquisa é real, quando nos propomos a conviver, ouvir, dialogar, propor ideias, pensar em soluções, vivências, angústias etc. O trabalho em conjunto com mais professores e profissionais em geral, ajudou. Em um caso particular, houve uma problemática da COOPERNONTE e nos empenhamos em escrever projetos e angariar financiamentos para ajudá-los com questões financeiras. Uma professora com mais experiência, alertou-nos que mesmo conseguindo o recurso não seria possível simplesmente pagar as dívidas acumuladas, pois isso resolveria o problema momentaneamente; mostrou a importância de pensar em investimentos e principalmente em auxiliá-los a pensar em uma autogestão e um processo mais democrático que envolvesse todos e que

os possibilitasse “andar com as próprias pernas. Ela disse também: “*Eles não nos terão aqui pro resto da vida para fazer e pensar por eles*””. (DIÁRIO DE CAMPO, JUARA, 16/07/2015).

Além disso, cabe ao pesquisador o cuidado de se tornar um memorialismo ou simples narração da história contada. Sua abrangência de definição é que possibilita o alcance da história oral a diversas áreas e da mesma forma ser respeitada quando utilizada na produção do conhecimento.

Quando falamos em história oral, estamos falando de pesquisa histórica que utiliza uma fonte de caráter memorial, produzida, normalmente, pelo pesquisador em diálogo e interação com os entrevistados; uma fonte que, como outras selecionadas na pesquisa, deve ser submetida a um tratamento analítico. No desenvolvimento da história oral brasileira, as iniciativas vinculadas à pesquisa nas universidades predominaram, surgindo desde o início com forte preocupação metodológica. Aos poucos, os núcleos de pesquisas com fontes orais foram ganhando novos espaços, alguns como um setor associado a núcleos já instituídos, outros se constituindo de forma autônoma. (HARRES, 2008, p.103).

A memória é considerada um elemento constitutivo da identidade. A história oral, ao dar visibilidade a essas memórias, é uma porta para que a história seja ouvida, conhecida e problematizada. Porém, não significa simplesmente narrar os fatos, mas tornar como análise científica a voz de um indivíduo marginalizado é reconhecer as várias identidades que compõem esse campo.

Também precisamos ter clareza sobre alguns pontos: uma coisa é um projeto de história que utiliza fontes orais e cria no processo da pesquisa um acervo próprio de entrevistas que deverá ser analisado; outra é a prática memorialista que parece ter sido revigorada na atualidade. A memória, mais que a história, parece estar exercendo um fascínio e ocupando um espaço político importante. Cabe interrogar e refletir sobre o papel legitimador que novamente a história está sendo chamada a cumprir, agora em relação à composição dos acervos de memória. (HARRES, 2008, p.105)

A memória antes mesmo de ser uma capacidade de conservar informações, ela também é crucial no campo científico, pois é a forma que o homem “pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1924, p.424). Os aspectos da memória, tanto biologicamente quanto psicologicamente falando, são derivados de “sistemas dinâmicos de organização e apenas existem "na medida em que a organização os mantém ou os

reconstitui” (LE GOFF, 1924, p.425). Essa compreensão fez com que alguns cientistas aproximassem a memória de fenômenos atrelados à esfera das ciências humanas e sociais.

Dessa forma, é pela memória individual ou coletiva que esses sujeitos se enxergam, se constituem e estão ligados aos comportamentos, às mentalidades, enfim na construção da identidade. A memória coletiva é uma conversão do olhar histórico, pois, busca cada vez menos nos textos e mais nas falas, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas.

Halbwachs (2003, p.71) apresenta que se hipoteticamente pudéssemos selecionar nossas lembranças em dois grupos, um seria as do seu ponto de vista, subjetivo e outra seria dentro de uma sociedade, grande ou pequena. Se assim fosse, por um lado “suas lembranças teriam um lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal” por outro lado, “ele seria capaz de se comportar ou simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, à medida que estas interessam ao grupo”. Se essas duas memórias se interligam, principalmente se a memória individual pode se apoiar na memória coletiva para confirmar alguma lembrança ou preencher algumas lacunas, elas podem ser alteradas e confundir alguns momentos, mas, isso não significa que ela não “seguirá seu próprio caminho”. A memória individual não é menos verdade que a coletiva, elas se complementam. Por isso que considerar uma memória individual é reconhecer parte de um processo histórico. Ao analisar dentro de seu grupo, as lembranças se complementam e forjam um cenário vivido e percebido de diversas formas.

Haveria portanto motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. Mais exatamente ainda (e do ponto de vista que terminamos de indicar), diríamos memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história da nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresentaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso. (HALBWACHS, 2003, p.73).

Nesse sentido, o autor acredita que “Nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida” (HALBWACHS, 2003, p.78-79) ao definir história não como uma sucessão de acontecimentos e datas, mas tudo que permite que um período seja diferente do outro.

3.4 Campo empírico e lógicas de ação

É importante nos despirmos do utilitarismo de pesquisador e pensar que o que unicamente importa é colher os dados para a pesquisa. Há que se reconhecer que essas pessoas que nos deixam ouvir estão impregnadas de intenções, anseios, angústias, saudosismo e até interesses. O interesse não é apenas do entrevistador, mas também do entrevistado. Por isso compreender seu cotidiano, suas lógicas de ação, sua maneira de encarar a vida e o trabalho é fundamental.

Compreendemos a importância do exercício de descrever empiricamente os agentes de pesquisa para que possamos relacionar os enquadramentos e quadros de referência que se constituem. Nesse exercício de descrição e de pensar sobre os agentes compreendemos suas lógicas de ação, sua concepção sobre a vida material, os valores que estão embutidos, os pressupostos que os movem e por qual ótica veem o mundo.

É importante pensar na não separação da vida intelectual da vida cotidiana, em que o mundo empírico é que permite as várias abstrações e interpretações que estão condicionando a sua visão teórica. Obras como *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito* de Georg Simmel (2009) e *Sociedade de Esquina* de William Foote Whyte (2005) apresentam o relato de uma estrutura social a partir da história do cotidiano. Ou seja, permitem uma perspectiva de análise sociológica que parte do micro, das suas lógicas e pressupostos locais e subjetivos para posteriormente compreender como isso está inscrito no sistema macro como as lógicas estatais, econômicas, sociais, por exemplo, que ditam indiretamente a forma de agir e se organizar desses indivíduos. Deixo de pensar pela lógica dominante e começo perceber um pequeno grupo ou indivíduo.

Quando nos debruçamos nesse exercício e mudamos nossa referência, percebemos que há distintos pontos de vista dependendo do lugar de onde eu falo e de quais categorias importam naquele espaço. A partir disso, definir as categorias de

análise que fazem sentido a partir das diferentes perspectivas que estão na minha situação analisada.

A obra *Acalmando o Otário* de Erving Goffman (1952) nos remete especificamente ao sujeito. É essencial pensar nos processos educativos e sociais pela perspectiva do sujeito, suas performances, ações e agências remetendo ao social, mas, o social a partir das interações. As experiências cotidianas tornam-se o foco de análise, ou seja, passam a ser vislumbradas a partir das normas que se rotinizam e não as normas gerais (ditas dominantes).

3.4.1 O produtor rural, migrante, assentado e cooperado

Sobre o perfil de grande parte desses cooperados, podemos *a priori* e, de forma generalizada, situar de onde falamos. Esses sujeitos fazem parte de um movimento de migração em nosso país que propagava a notícia de oferta de terras a baixo custo e facilidade em prosperidade. Essa foi a política dos anos 1970 com a promessa do aproveitamento total - “da madeira ao que for plantado”. Falava-se sobre uma terra ‘fértil’, mágica, conceitos que atingiram o imaginário do pequeno lavrador ao investidor da agroindústria. A promessa era pelo ‘El Dorado’, ou seja, o que se oferece é mais que a mercadoria é o sonho da mudança. Tais imagens vendidas por todo o país, mas principalmente nos Estados do sul, criaram um imaginário sobre a região Centro-oeste como sendo a terra da promessa. Muitos venderam o que tinham e vieram para o Mato Grosso com suas famílias e mudanças na esperança da melhoria de vida. Sem dúvida que nesse movimento, muitas famílias prosperaram, inclusive são nomes que são reconhecidos e que alguns ainda estão vivos. Aqueles que prosperaram, mesmo que minoritários, são importantes para manter o sonho vivo.

A emancipação das cidades do Vale do Arinos, microrregião onde se localiza a cooperativa, é, historicamente, muito nova. Esse cooperado segue a lógica da típica família do sul do país, que é majoritariamente agrária e baseia-se em preceitos da tradição rural, patriarcal, católica e que entendem o mercado pelo viés capitalista de mercado. Afinal, isso que os motiva para buscar novas oportunidades de crescimento. São pessoas humildes, simples, com pouca escolaridade. São impregnados das características e valores do homem do campo. Do pequeno

produtor com calças jeans surradas, camisas gastas, mas, muito bem passadas, chapéu e botina que lhes asseguram mais conforto na lida diária do homem que planta, colhe, tira leite e anda a cavalo. Ele se mudou para o Mato Grosso, mas não encontrou aqui as condições propícias para sua prosperidade. É uma terra fértil, mas que ainda não está apta à produção. Aos pequenos, sem muito crédito e sem recurso financeiro, restou voltar à sua cidade de origem ou se submeter ao trabalho de “peão” com um salário muito baixo em um local onde todos os bens de consumo são muito caros. No caso desse cooperado, assim se manteve até conseguir uma propriedade de 10 hectares advindos da Reforma Agrária do Estado. Nessa propriedade começou a plantar, criar algumas cabeças de gado e sobreviver principalmente da venda do leite.

A cooperativa surgiu como uma possibilidade de manutenção dessa atividade em que faria uma ponte entre sua produção e a comercialização. Enquanto produtor que se localiza a aproximadamente 20 km da cidade, suas idas à cidade são apenas para fazer compra ou resolver problemas de banco, contas no comércio ou problemas de saúde. A assembleia é também um desses momentos em que vê a necessidade de se deslocar ao meio urbano, pois, as assembleias sempre ocorrem na câmara dos vereadores. A comunicação é escassa, não há internet e nem sinal de telefone, em algumas propriedades o sistema de energia é por gerador. Os comunicados são passados via rádio, pois é o meio de comunicação que é possível ter acesso.

Partem dos pressupostos do homem do campo que sempre se mantiveram com sua produção, que usufruem de medidas do governo (principalmente dos governos 2003-2016) para se manter, como financiamentos e crédito para comprar e vender. São pessoas humildes e que fazem o que aprenderam com seus pais. Dificilmente se manteriam em outro tipo de trabalho. Sabem da sua condição de subalternidade frente a uma realidade tão excludente do Mato Grosso, onde os pequenos produtores normalmente são “esmagados” pelos latifundiários que ficam esperando que eles queiram vender sua propriedade e deixar o caminho livre para a expansão agropecuária. Não se conformam com o mínimo para sobreviver; eles vislumbram crescer e aumentar suas propriedades, seguindo a lógica do mercado capitalista, que é exatamente o sistema que o exclui.

O nome que carregam é um bem muito precioso. Por isso, o prestígio se baseia na honra que esses senhores e senhoras firmam frente à sociedade. Nas assembleias todos os cooperados são tratados como iguais. Todos têm direito à fala, mas em manifestações indiretas, as opiniões são apresentadas e o clima sempre é tenso. A realidade dessas pessoas enquanto assentados é diferente de outros grupos, como o MST, por exemplo. Isso porque há um histórico de luta distinto.

Nesse caso específico muitos não sabem escrever e por isso a relevância de ouvi-los. E, mesmo que soubessem, há questões, que, ao deixá-los falar é mais rico do que se tivessem que escrever, é ali que deixam escapar uma série de realidades que raramente aparecem em documentos escritos, seja porque são considerados insignificantes, seja por não poder muitas vezes ser captados pela escrita.

É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto às estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional. (JOUTARD, 2000, p. 34).

Além dos anseios individuais, há a construção coletiva. Memórias, interesses e lutas de um grupo, que, por mais que não seja organizado como comumente conhecemos, eles ainda têm um cotidiano de luta diária e interesses; nesse caso de produtores de leite, assentados da reforma agrária, cooperados, religiosos, pais e mães de família etc. Se não o entendermos por esse viés, não será possível compreender o que os motiva.

É igualmente necessário que o historiador oral esteja atento às nuances culturais quando realiza entrevistas dentro de sua própria sociedade, que dificilmente será culturalmente homogênea. Os entrevistadores precisam ter sensibilidade para com os padrões de relacionamento e comunicação de subculturas definidas por gênero, classe, raça e etnia, região, sexualidade, deficiências e idade. (THOMSON, 2000, p.50).

Aquilo que se fala representa também uma questão política, assim como aquilo que é omitido. O que por vezes podemos considerar como um aspecto limitador da história oral, por outra ótica pode ser entendido como uma riqueza. A contradição das falas, as omissões, os heroísmos e saudosismos, são escolhas dos

sujeitos para exaltar ou deixar serem esquecidos, fatos que não quer perpetuar na história.

Sem contradição nem provocação, estou, de fato, convencido de que tais omissões, voluntárias ou não, suas deformações, suas lendas e os mitos que elas veiculam, são tão úteis para o historiador quanto às informações que se verificaram exatas. Elas nos introduzem no cerne das representações da realidade que cada um de nós se faz e são evidência de que agimos muito mais em função dessas representações do real que do próprio real (mesmo em um nível intelectual bem elevado). (JOUTARD, 2000, p.34-35).

Nesse sentido, a análise tem por objetivo investigar os fenômenos observados, primando pelo diálogo entre pesquisador e os pesquisados, para compreender o papel do trabalho enquanto princípio educativo e economia solidária na formação e consolidação por meio da experiência do trabalhador associado de maneira a perceber se esta provoca ou não uma ressignificação da sua trajetória.

Ainda neste capítulo pretendemos enfatizar a importância de dar visibilidade a essas pessoas, quais os sentimentos verificados nas falas dos cooperados que enfatizam essa postura de subalternidade que eles se enxergam e como é importante uma análise pela ótica desses sujeitos.

A seguir apresentaremos os cooperados entrevistados até aqui, ora pela percepção do pesquisador ora pela fala do próprio entrevistado.

3.4.2 O pesquisado e a realidade do campo empírico

Neste subtópico pretendemos apresentar os cooperados entrevistados até aqui, sua vida a partir do seu relato e as impressões e realidades enfrentadas pela pesquisadora nesses dias de trabalho empírico.

Não conseguimos agendar com antecedências esses encontros. Apenas com os senhores Amilton e Armando foi possível um agendamento prévio para a entrevista, pois, pelo local de suas residências, o contato via telefone foi possível. Com os demais, por estarem localizados nos assentamentos rurais mais afastados não há sinal de telefone ou internet. Por isso, não houve aviso para visitar as propriedades e para a entrevista.

Encontramos algumas propriedades vazias, outras apenas com a esposa e filhos, por isso, nosso critério de escolha para essas entrevistas foi, algumas vezes,

a indicação desses próprios cooperados, que nos recomendavam o próximo que acreditavam poder contribuir com a pesquisa; outras vezes por encontrar um cooperado na estrada ou entrarmos porteira adentro em suas terras. Levei comigo o meu orientando de TCC, André Dominhaki, para me ajudar com a localização dessas propriedades, tendo em vista que o André é residente no município desde que nasceu e conhece a maioria dos cooperados e suas propriedades.

Fevereiro, o mês destinado a essas entrevistas é um mês chuvoso na região. Isso por vezes foi um empecilho, pois trafegávamos em estradas não asfaltadas, muitas vezes sem cascalho apropriado. Passamos por pequenas pontes de madeiras que as pessoas da região denominam de “pinguela” em condições também não ideais para o tráfego. Algumas vezes tivemos que voltar outro dia. Chegávamos sempre a partir das 07h, um horário que normalmente já estava finalizando a lida diária de retirada do leite que se inicia perto das 04h30min.

Todas as comunidades rurais têm uma espécie de sede. É um local onde tem um salão de festa e uma capela e onde normalmente acontecem os encontros, missas, cultos e festas para arrecadar dinheiro. O assentamento está dividido em: Santo Agostinho, Santa Izabel, Santo Antônio, Santa Lucia, São José, Bosmagi e Fértil. Os resfriadores para a coleta do leite ficam divididos entre locais estratégicos para facilitar a entrega, perto de alguma propriedade, pois, exige cuidado diário.

A pesquisa de campo foi desafiadora por contar com realidades nunca antes enfrentadas por mim, a questão de acessibilidade a essas pessoas. Refiro-me à acessibilidade geográfica e não da disposição dos entrevistados. Todos eles foram receptivos e concordaram não só em participar como gostariam que seus nomes fossem publicados na pesquisa. Por isso optamos em manter os nomes reais desses sujeitos. Talvez essa aceitação foi tranquila pelo fato de já me conhecerem há algum tempo. Há aproximadamente dois anos eu participo das reuniões, eventos e assembleias da COOPERNONTE e tento manter esse espaço aberto para diálogo, troca de opiniões e desabafos.

A parte que com certeza compensava o cansaço ao fim de cada dia, eram as belas paisagens rurais que essa localidade apresenta e a sensação de satisfação em ser bem recebida por indivíduos, que, mesmo não entendendo integralmente uma pesquisa de doutorado, se pôs à disposição destinando seu tempo a isso.

Na transcrição das entrevistas, em alguns momentos, optamos por manter o termo utilizado na linguagem popular “seo” correspondente ao pronome de tratamento “senhor” para preservar a forma como nos referíamos a esses produtores cotidianamente.

3.4.2.1 Amilton Dias de Jesus

Marcamos a entrevista antecipadamente, via telefone, às 09h aproximadamente, informando que seria logo após a entrevista com o senhor Armando Fray. Fui até a casa do senhor Amilton na cidade e ele não estava. Pedi ajuda ao meu orientando André Dominhaki, para que me levasse até a propriedade rural do senhor Amilton. A propriedade localiza-se a, aproximadamente, 10 km da cidade. É onde o senhor Amilton trabalha e onde seus pais residem. Senhor Amilton nasceu no ano de 1952, é um homem de cor negra, bem magro e estatura mediana para baixa. Sinais da idade acentuados de quem trabalha no sol. É uma pessoa muito receptiva, otimista e simpática.

Figura 6– Entrevista com o cooperado o seo Amilton Dias de Jesus em sua propriedade



Fonte: acervo da pesquisadora

Ao chegar na propriedade do seo Amilton, percebemos que o seo Cafemil estava também. De início constatamos que era coincidência, depois o seo Amilton falou que ele o convidou. O seo Cafemil hoje está na chapa da presidência da cooperativa. Ele tem um histórico de participação política na cidade. Nos dois anos aproximadamente que participamos da cooperativa como membro da Incubadora nunca o vi. Conhecemô-lo já na oportunidade que se candidatou à presidência da COOPERNONTE.

O seo Amilton é uma pessoa muito simples e é possível que o tenha convidado por entender que não “daria conta” de dar uma entrevista sozinho sobre a cooperativa. Chegamos e cumprimentamos a todos. Estavam presentes os senhores Amilton, Cafemil, Izaulino (nascimento: 15/05/1936) pai de Amilton, a mãe, a senhora Neomezia (nascimento: 22/07/1940) e a jovem filha Leidiane. Os pais moram lá e a filha estava visitando os avós. Pessoas muito receptivas. Fizeram um café da manhã típico da roça, com café, pão caseiro, queijo caseiro, mortadela. Explicamos a pesquisa. Dissemos que para entender a cooperativa e queria também conhecer um pouco da história dos cooperados, sua origem, anseios, família, e deixamos livre para que falassem. Todas as conversas foram gravadas com o consentimento de todos.

Na oportunidade, com a presença dos pais do cooperado Amilton, a riqueza das informações sobre a vinda deles para o Mato Grosso foi ainda maior. Seo Amilton iniciou a fala, mas a todo o momento o pai e poucas vezes a mãe interrompiam contanto o que sabiam.

A última cidade que residiam antes de vir para o Mato Grosso foi Naviraí-MS. Vieram no ano de 1982 direto para a região do Vale do Arinos, onde hoje é a cidade de Novo Horizonte do Norte. Seo Izaulino mostra na sua fala a satisfação de ter vindo para essa cidade mesmo apesar dos desafios encontrados no início, “*Mas Novo Horizonte [...] tem uma vantagem, eu acho, não sei os outros, o carro que eu possuo é uma bicicleta, eu chego a Novo Horizonte naquele ponto de taxi, largo minha bicicleta encostada ali ó, vou a Juara, chego de tarde, tá no mesmo lugar. Ninguém mexe*” (FALA SENHOR IZAULINO, DIÁRIO DE CAMPO, 07/02/2018).

Na oportunidade da vinda veio toda a família junto, o casal com os filhos (seo Amilton tinha 09 anos de idade), alguns irmãos do seo Izaulino também com os filhos e a avó, matriarca da família. Ao perguntar sobre o que os motivaram a vir

para Novo Horizonte do Norte, em sua fala fica clara a intenção de melhoria de condição de vida e o sonho de trabalhar no que é seu, “*nessa idade que eu falei pra senhora que eu tenho, nasci criei, criei meus filhos tudo, que nenhum foi nascido aqui, criei meus filho tudo no ganho, nunca possui nenhuma data*” (FALA SENHOR IZAULINO, DIÁRIO DE CAMPO, 07/02/2018). Foi seu patrão no MS, senhor Sidinei, que viabilizou a vinda e a compra de terras aqui, “*lá no Mato grosso do Sul, um dia eu morava com um patrão, o Sidinei, eu morava na fazenda dele lá na Santa Lucia. Aí ele falou Seo Izau, não é que eu quero que o senhor saia da minha fazenda, mas cabo os mato, o senhor gosta de roça, compra um sítio*” (FALA SENHOR IZAULINO, DIÁRIO DE CAMPO, 07/02/2018). Ele relata que não tinha dinheiro para comprar, mas, ao longo dos anos trabalhando conseguiu juntar umas cabeças de gado na propriedade que trabalhava.

Aí sai olhando as terras, achei. [...] Não conhecia o Gabriel, [...] aí me olhou de cima em baixo, o Gabriel né (da colonizadora), aí falou pro Sidinei [...] “Sidinei, mas aqui tem gente que comprou as terras e não pôde pagar, esse homem vai pagar essa terra?” “o senhor está muuuuito enganado com esse homem, esse homem não deve ninguém, se ele dever ele não dorme” (FALA SENHOR IZAULINO, DIÁRIO DE CAMPO, 07/02/2018).

A fala mostra como ele tem orgulho de mostrar sua honestidade e compromisso com o que cumpre. Essa é uma característica encontrada na maioria das pessoas simples do campo que entrevistei. “*Dona eu fiquei sossegado. Durmo que nem. Igual ontem eu estava falando aqui, se entrar dez carros aqui no correr do dia, [...]Jeu neeeem.. estou sossegado. Eu tenho uma natureza que não gosta de ficar devendo.*” (FALA SENHOR IZAULINO, DIÁRIO DE CAMPO, 07/02/2018). Mostra como pode ficar tranquilo com a chegada de carros, pois, sabe que nenhum deles será um cobrador de uma conta não paga.

A propriedade que conquistaram, hoje reside o senhor Izaulino e a dona Neomezia, mas, quem trabalha diariamente é seu filho e cooperado Amilton, que vai todos os dias. A distância é curta, mas, o senhor Amilton mora na cidade, pois sua esposa trabalha lá. Faz aproximadamente 20 anos que têm a propriedade, e dona Neomezia diz que foi conquistada com muito sacrifício, essas terras que hoje somam 25 alqueires.

Senhor Izaulino contou com a ajuda dos filhos que sempre trabalhavam juntos e já traziam consigo o saber da lida, aprendido na propriedade anterior no MS e no dia a dia com os mais velhos. No início, a produção nesta propriedade era de arroz, milho, mandioca e algodão, o leite era apenas para o consumo. Só anos mais tarde que a família viabilizou a lida com a vaca leiteira, que o senhor Amilton diz ter aprendido desde criança no MS.

Desde o Mato Grosso do Sul, meu pai trabalhava na lavoura, braçal né, todos nós, toda vida, desde menino, no intuito de mexer com gado, e lá tinha o pessoal que tinha dois mil alqueires de terra e mexia com muito gado, gado branco, gado nelore. E nós final de semana que nós não estávamos trabalhando, às vezes nos íamos ajudar o povo. Levantávamos 4 horas da manhã pra aprender tirar leite. Tinha uma mula da fazenda e nós montávamos em três irmãos. Montava numa mula só. Dois ia trabalhar e um voltava com a mula. (FALA SENHOR AMILTON, DIÁRIO DE CAMPO, 07/02/2018).

Na troca de ideias com colegas, vizinhos de propriedade, na própria cooperativa, entre outros, o senhor Amilton diz que ajuda também nessa questão. Mas, que ao longo dos anos, na prática diária, já se julga capaz de lidar e “se virar” com tudo que precisa.

Após essa conversa tomamos um café. O senhor Amilton nos mostrou a propriedade, no caminho explicou que não consegue investir porque o pai se recusa a usar recursos do banco, nem os próprios financiamentos e investimentos disponíveis para pequenos produtores, porque diz não querer dever para ninguém.

Figura 7- Senhor Amilton Dias de Jesus mostrando sua propriedade



Fonte: Acervo da pesquisadora

Como as terras estão no nome dele, precisaria da assinatura. É um pensamento antigo que não compreende as melhorias que isso traria. Potencializaria a produção, qualidade do leite e do solo, comprar trator, melhorar cocho etc. O senhor Amilton tem noção disso, mas fica amarrado. A propriedade conta com o cultivo de outras culturas, mas apenas para o consumo. Tem horta, pomar, galinhas, porcos, carneiro etc. São pessoas muito acolhedoras, fizeram questão que levássemos o que quiséssemos, como pimenta, limão, pequi, pimenta do reino. Colocaram-se à disposição para o que precisássemos. Fui embora e o senhor Cafemil ainda ficou.

3.4.2.2 Armando Fray

O senhor Armando nasceu em 24 de março de 1952. Ele é descendente de alemão, um senhor já de idade, bem magro, alto, com sinais de idade acentuados, olhos e pele clara; tem sotaque acentuado de pessoas do sul do país; tem seis filhos, dois já falecidos, um mora em Nova Bandeirantes-MT, dois moram no Porto

dos Gaúchos e o caçula mudou para Tapurah-MT há uns dois anos. Nenhum deles ficou para trabalhar com o pai, pois a pouca terra que possuía não seria o suficiente.

Traz consigo uma forma simples de falar, se vestir, se portar. Responde mais o que lhe é perguntado, não fala muito.

Marcamos a entrevista antecipadamente, via telefone, às 08h. Fomos até a casa do senhor Armando, que é em um hotel na cidade de Novo Horizonte do Norte do qual ele é dono. É o único hotel da cidade. Bem simples no centro da cidade.

Ficamos sentados nas cadeiras de corda na varanda e na ocasião estava presente a atual esposa do senhor Armando, que estão “juntados” há pouco mais de um ano. A esposa ficou do lado, mas não disse nenhuma palavra, não nos encarava, só ficava ouvindo virada para frente.

O senhor Armando veio de Santa Rosa - RS para Porto dos Gaúchos em 1956 com seus pais e suas três irmãs. A entrada em Porto dos Gaúchos foi por água, pois não tinham estradas formadas. Seu pai era produtor rural e veio para essa região na época para plantar café, milho, feijão, mas segundo o seo Armando as terras ainda estavam impróprias para esse cultivo e “*aí o pessoal apelou para a seringa, plantar seringa, só que leva um século para produzir (risos). O pessoal na época se mantinha assim, cortava e pegava o leite da seringa no mato e vendia.*” (FALA DO SENHOR ARMANDO, DIÁRIO DE CAMPO, 07/02/2018).

O senhor Armando diz que a apesar da tenra idade percebia as dificuldades, ainda mais após a morte da sua mãe, quando ele tinha apenas 11 anos de idade, as irmãs mais velhas que cuidaram dele. Muitas pessoas que vieram nessa época não tiveram sucesso na abertura das terras, desistiram e voltaram para suas origens. Ao perguntar se o pai preferiu investir nessa região a voltar, mesmo encontrando tantas dificuldades ele diz

Quando o pessoal começou ir embora ele comprou dois lotes. Em vez dele também ter ido embora (risos), ainda comprou mais terra. Aí depois não tinha como ir embora. Quando quis vender não conseguiu vender. E fazer o que? Ir embora a pé não tinha como né! (risos) Aí ficamos. (FALA DO SENHOR ARMANDO, DIÁRIO DE CAMPO, 07/02/2018).

Seu pai viveu até 2008. Seo Armando trabalhou junto com seu pai até se casar e encontrar outra lida, pois o que tinham não daria para sustentar mais uma família. Conseguiu um lote de 10 alqueires de terra para trabalhar e criar umas

vacas leiteiras. Sem a ajuda dos filhos e a idade chegando, ele teve que desfazer das vacas e vender a propriedade, pois não conseguia mais trabalhar com essa lida que é trabalhosa e exige um esforço físico diário. Vendeu o sítio e se mudou para cidade no final de 2016, com o dinheiro investiu em um hotel que administra com sua atual esposa. Ele ainda é cooperado, pois apesar de não entregar mais leite, tem sua contribuição na cota parte. Vincula-se à COOPERNONTE, mas não participa do rateio das sobras anuais igual aos demais cooperados, pois não participa ativamente mais da cooperativa entregando matéria-prima.

3.4.2.3 Antonio Azevedo

O produtor, cooperado e assentado senhor Antonio Azevedo nasceu no ano de 1950 e mora com a sua esposa dona Socorro, no assentamento Santa Izabel em Novo Horizonte do Norte-MT.

A propriedade do seo Toninho, como todos o chamam, foi a primeira que fomos no dia 09 de fevereiro de 2018. Chegamos próximo das 07h30min e estava apenas sua esposa e neto. Sua esposa disse que ele já voltava. Ela é uma mulher de estatura baixa, mais robusta, pele clara e muito comunicativa. Sentamos na área e conversamos por uns 40 minutos. A casa é bem simples, mas tem horta, criações como porco, galinha, carneiro. Na entrada da propriedade tem um caminho de árvores plantadas ao longo dos 300 metros aproximadamente de carreador, da porteira até a casa. Quintal todo varrido, caprichoso. A esposa gosta muito de conversar, mostrou-se bastante receptiva. Dada a demora combinamos que visitaríamos outras propriedades e depois voltávamos, o que fizemos próximo das 10h.

Figura 8– Entrevista com o cooperado/assentado, o senhor Toninho, em sua propriedade



Fonte: acervo da pesquisadora

O seo Toninho é um homem de estatura baixa, magro, olhos escuros, pele clara, mas, queimada de sol, muito simpático, falador, receptivo. Teve oito filhos, mas, hoje, vivo só tem seis. Um faleceu com 19 anos de idade em um acidente em uma estrada perto da sua propriedade, na estrada da Tabajara. O outro nasceu e morreu no hospital do Porto dos Gaúchos, sem que soubessem a causa.

Sua mãe era descendente de italiana e natural de São Paulo e o pai natural de Minas Gerais. O senhor Toninho chegou ao Mato Grosso vindo do Paraguai. Nasceu em São Paulo, mas mudou-se para São João do Caiuá, no Paraná, em 1952, com dois anos de idade, onde se criou. De São João do Caiuá foi para Tapejara - PR e em 1974 os seus pais foram para Novo Horizonte do Norte-MT e ele seguiu para o Paraguai com a esposa. Em 1974, seu pai demorou 18 dias para chegar do Paraná em Novo Horizonte com a família e a mudança.

Perguntamos por que os pais decidiram vir para o Mato Grosso, ao que respondeu vir à procura de melhores condições de vida. *“Meu pai em 1968 veio comprar terra aqui. [...] Nós não tínhamos terra lá. Nós compramos. As primeiras*

terras que meus pais compraram foi em Novo Horizonte, foi 25 alqueires.” (FALA DO SEO TONINHO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

Seo Toninho veio do Paraguai para o Mato Grosso, a pedido de sua mãe, após seu pai adoecer em 1981. Lamenta-se ao recordar de seu pai que pouco aproveitou do que demorou tanto a conquistar.

[...] meu pai tinha vontade de ter uma terra própria, e ele aproveitou essa terra acho que, o que? sete anos. E ele tinha um sonho de plantar café. O sonho dele era plantar café. No Paraná ele só mexia com café, e era só de fazenda. Ai ele veio pra cá mexe com café, ele em vez de plantar cinco mil, seis mil pé de café, dos vinte e cinco alqueires eles derrubaram logo dez alqueires de uma vez. Encheu de arroz e café. Foi trinta mil pés de café. E aquilo, (fazendo sinal de negativo com a cabeça olhando para baixo) primeiro o arroz a chuvarada não deixava colher. (FALA DO SEO TONINHO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

Eles ficaram morando na propriedade da família com a mãe, que faleceu depois de 12 anos que o pai. Seo Toninho plantava arroz, milho e cuidava de vaca leiteira, mas sempre envolvido com o sindicato. Trabalhou 26 anos no sindicato rural.

É uma pessoa muito envolvida com as questões políticas e sociais apesar de não ter formação escolar nem pretensão em cargos políticos. Esteve envolvido na luta para a divisão de terra do INCRA na qual ele e mais 200 famílias, aproximadamente, se beneficiaram com 10 alqueires de terra. Ele conta isso com muito orgulho e chega se emocionar, relatando o dia que o decreto foi assinado e todos ouviram na rádio a confirmação da divisão das terras.⁸

Ao que percebemos nas demais conversas, as pessoas reconhecem esse espírito de luta coletiva do seo Toninho, e como seu papel foi fundamental nesse processo da Reforma Agrária. As pessoas confiam nele e dão credibilidade para sua fala. Na oportunidade da entrevista, o seo Toninho nos contou com detalhes seu envolvimento com o sindicato, as ações que tomara, o seu entendimento com os programas de governo para os pequenos agricultores e como está sempre incentivando seus colegas assentados a investir em suas propriedades.

⁸ Ver a fala do Senhor Toninho que inicia o capítulo 3.

Após essa conversa, nós fomos almoçar. A casa simples, com fogão a lenha, mas, muito aconchegante. Só a dona Socorro sentou-se à mesa conosco. O neto pegou o prato e foi para fora e o senhor Toninho não estava se sentindo bem disse que ia descansar um pouco. Almoçamos peixe que ela mesma pescou (diz que gosta de pescar, mas, não gosta de comer, faz para os outros), linguiça de porco que eles mesmo fazem, feijão, arroz com pequi e suco. Depois de almoçar e agradecer, ao sair da casa o seo Toninho disse que não estava se sentindo bem, com tontura e mal-estar. Ele e o neto aplicaram um formicida em um formigueiro perto do seringal sem proteção. Prontificamo-nos para levá-lo até a cidade no hospital, pois ele não estaria em condição de dirigir sendo o único motorista da casa. Ele não queria incomodar. Nessa conversa ele começou passar mal com muito vômito. Dona Socorro insistiu para que ele fosse conosco, pois o celular pegava e o que eles fariam depois? Depois de muita insistência ele aceitou, se arrumou e fomos. O neto ficou na propriedade sozinho. Chegamos ao Pronto Atendimento, demos entrada e insistimos que ele fosse logo atendido. Eles entraram para ser atendidos e fomos até a casa de um irmão do senhor Toninho comunicar e pedir que os acompanhasse. Ficamos à disposição para o que precisassem. Fomos embora e ao ligar mais tarde soube que foi uma intoxicação leve e ele já estava bem.

3.4.2.4 Carlos Mesneruvicz

O senhor Carlos Cafemil (nascimento: 16/12/1958) é um homem de estatura média para baixo, traços de pessoas do sul do Brasil, pele e olhos claros, muito comunicativo e com desenvoltura para se expressar. Ele já foi envolvido com a política. André disse que ele já morou em Novo Horizonte do Norte, depois vendeu tudo e se mudou para outra cidade, só agora voltou. Tem esse perfil sem muitas raízes em um único lugar.

Conhecemos o senhor Cafemil, a pouco tempo, somente nas últimas assembleias, onde começou a ser cogitado uma nova diretoria para a Cooperativa. A entrevista realizada com ele foi em conjunto com o senhor Amilton, que na oportunidade foi convidado por ele para presenciar nosso encontro em sua propriedade.

Figura 9- Entrevista e conversa com o cooperado senhor Amilton Dias de Jesus e senhor Carlos Mesnerovicz, na casa e propriedade do senhor Amilton.



Fonte: acervo da pesquisadora

Ele é envolvido com as questões políticas da cidade e da COOPERNONTE e compreende as potencialidades que a COOPERNONTE apresenta. Realizou visitas em outras cooperativas parecidas com a COOPERNONTE em cidades próximas a essa. Parece preocupado em convencer os cooperados como é importante continuarem a produzir leite e comercializar via cooperativa.

Nossa conversa foi a respeito da cooperativa e sua situação atual do que sua vinda e motivações familiares para estarem nesta região.

3.4.2.5 Durval Rezende da Silva

O senhor Durval Rezende da Silva nasceu no ano de 1976, é natural do Paraná, mas, criado no estado do Mato Grosso do Sul. Sua esposa Ana Cristina dos Santos foi quem nos deu a entrevista, pois no dia seu esposo não estava. Encontramos na propriedade ela e o filho adolescente. Seu marido tem outro trabalho e fica fora para contribuir na renda da família, ela que cuida das vacas e tira

leite, no entanto, Durval que é cadastrado como cooperado. Ana é natural do Mato Grosso do Sul, mas morou com seus avós em São José dos Quatro Marcos-MT. Após a morte do seu avô paterno, em Novo Horizonte do Norte – MT, seu pai veio com a família para cuidar de sua avó e do sítio da família.

Figura 10– Entrevista com dona Ana Cristina dos Santos, esposa do cooperado/assentado, o senhor Durval Rezende da Silva, em sua propriedade



Fonte: acervo da pesquisadora

Ana é uma pessoa muito comunicativa. Recebeu-nos na área da sua casa, em uma mesa de madeira de 3 metros de comprimento. Seu filho, muito tímido ficou no outro canto da mesa, bem distante, só ouvindo, nem nos encarava.

Ana conheceu Durval, em Novo Horizonte do Norte - MT, e, em 2001, resolveram morar juntos ainda muito jovens, por mais que não é essa a opinião de Ana *“Não casamos jovens, eu já ia fazer 20”*. Ano que coincide com a divisão de terras da Reforma Agrária e ao adquirir as terras se mudaram para o assentamento Santo Agostinho. Eles não ganharam a terra no sorteio, elas foram compradas pelo Durval, que segundo a Ana teria ele sido o terceiro dono desses 10 alqueires no período de um ano. Ela relata que ficaram receosos com essa situação e tinham

medo de perder as terras por alguma fiscalização, por exemplo. *“Na semana que ele entrou aqui, diz que não tinha água. Aí ele foi furar um poço e chegou a camionete do INCRA, ai ele falou “perdi tudo!”. Mas, eles falaram “não, a nossa prioridade é gente jovem, que tem força pra trabalhar, se você tem interesse de ficar você tem todo apoio”*” (FALA DA ANA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Na fala de Ana percebemos como ela incentivou o marido e fez a diferença no início da vida a dois e para tornar esse pedaço de terra que compraram produtivo e rentável. Eles perceberam que para criar gado de corte as terras não eram suficientes e, mesmo ela não gostando de tirar leite, por experiências anteriores com o pai, se propôs, mesmo ainda grávida, a auxiliar o marido.

Aí saiu o PRONAF. Comprou uma vaca branca, mas ai ele falou “ah não vira” porque é pouca terra né. Ai eu falei, “eu sei tirar leite. Se é pra sofrer vamos encarar junto né”. Ai ele falou “Ah, mas as vacas vão começar parir...” eu falei “não, é só comprar vaca mansa, o que eu der conta eu faço”. Ai foi, comecei tirar leite. (FALA DA ANA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Ana tomou frente ao trabalho, no que diz respeito a ordenha, pois, a renda era insuficiente para que os dois continuassem ali, e Durval arrumou outro trabalho fora. Ele chegava a ficar 30 dias fora, *“ tocando boiada no estradão”* e Ana se mantinha com a lida na propriedade e dois filhos pequenos.

[...] eu morava em um barraquinho bem pequenininho. Levantava três horas da manhã pra tirar leite sozinha, eu e Deus. Ali, nesses outros sítios tinha [...] a peãozada né. Eu escutava de madrugada aqueles peões bebendo, aquela coisera, mas eu falava “não, mas eu tô no meu cantinho, impossível que eles vão vir mexer né”. Mas nunca, graças a deus nunca passei medo. Assim, passava preocupação, com dois bebe, porque os meninos são um ano de diferença. Ele é meu filho (apontando pro menino que estava no outro canto da mesa, um pouco longe de nós), e tem a mocinha. Ele é o mais novo. Dai eu levantava três horas da manhã. Começava tirar leite. Passava uma hora, uma hora e pouco eu imaginava que era hora de dar mamá, eu vinha dava mamá e voltava de novo. (FALA DA ANA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Ana nos relatou diversos momentos de preocupação e apreensão que vivenciou nesse período inicial que era ainda incerto para ela, mas que conseguiram superar, se manter e criar os filhos. Percebemos em sua fala, a experiência que adquiriu ao longo dos anos com o trato com as vacas, necessidade da inseminação,

melhorar as raças, manter a qualidade do leite, organizar e aperfeiçoar essa atividade que exige cuidado diário.

Mesmo com todos os cuidados necessários, o retorno do leite, para pequenos produtores não é tão grande e isso impossibilitou a maioria deles de aumentar suas terras e, conseqüentemente, sua renda. Isso impede, por exemplo, que os filhos continuem nas propriedades com os pais, por não ser o suficiente.

Na conversa com Ana percebemos sua clareza sobre a importância da cooperativa e os princípios que a regem. Entende a necessidade do coletivo, mas, também tem como anseio que ela seja dirigida por pessoas que os representem, que sejam pequenos produtores e estejam conscientes do que eles precisam, dentro de suas realidades.

Os filhos de Ana e Durval ainda são jovens em idade escolar e moram com os pais, mas já têm como pretensão estudar e se mudar para a cidade, a fim de angariar um trabalho e que não dependam da renda da propriedade.

3.4.2.6 Ivan Isnard Alves de Toledo

O senhor Ivan Isnard Alves de Toledo nasceu no dia 28 de fevereiro de 1952, na cidade de Franca, em São Paulo. Sua origem é uma mistura de descendência de italianos (família materna) e espanhóis (paternos). O senhor Ivan é um homem branco, que aparenta ser mais jovem do que sua real idade, veste-se bem, com roupas típicas do homem do campo, camisa, calça jeans e botina. Usa um canivete preso à cinta. É muito comunicativo, e desde que conhecemos a COOPERNONTE ele é um dos maiores defensores da cooperativa, por saber do seu potencial e da importância para a vida econômica dos cooperados.

Seo Ivan deslocou-se do Estado de São Paulo para o Mato Grosso no ano de 1973 com incentivo da época do projeto que ele denomina de “Faz Carne”, projeto que estimulava a produção e cultivo de gado de corte. Sua primeira vinda foi sozinho e apenas em 1986 é que veio com a esposa Maria Rita Coelho de Toledo (22/11/1954) e as duas filhas, ainda crianças, Letícia Coelho de Toledo (22/01/1981) e Aline Coelho de Toledo (27/02/1983).

Sua propriedade não é fruto da Reforma Agrária, como os demais produtores, os 52 alqueires que hoje possui é fruto de um projeto fundiário, com facilidades para a compra de terras, parcelando em dez anos ou mais.

Marcamos com antecedência por telefone o encontro para a conversa/entrevista. Na ligação dissemos que queria fazer a entrevista e que poderia ir até sua propriedade se fosse mais fácil para ele, ao que respondeu que sua propriedade estava muito bagunçada e sem os cuidados ideais devido suas viagens. Sugerimos a EMPAER de Novo Horizonte do Norte, por ser um lugar que os produtores frequentam e o Jurelino Monteiro Caldas, que é o responsável por lá, é uma pessoa envolvida à cooperativa, sabe do trabalho da universidade enquanto incubadora e sobre a pesquisa. Antes mesmo de falar com ele sabíamos que não iria se opor de usar aquele espaço. Marcamos às 8h da manhã na EMPAER. Ligamos para o Jurelino e comunicamos. Ele disse que não haveria problema, assim como prevíamos. Chegamos às 07h45min no dia 06 de fevereiro e iniciamos às 09h devido alguns imprevistos pelo senhor Ivan.

Na oportunidade, apresentamos a proposta da pesquisa e direcionamos alguns tópicos para serem abordados, ao que o Ivan preferiu. Tópicos como história da sua vinda para o MT; da COOPERNONTE: como ingressou? Como é sua participação? Qual o papel da cooperativa na sua vida? Para que serve uma cooperativa? Como é sua relação com os outros cooperados? Já ouviu falar em economia solidária? e em trabalho associado? O trabalho é isolado ou coletivo? Há relações de trocas de experiências?

O cooperado demonstrou não conhecer conceitos inerentes à economia solidária ou trabalho associado e questionou sobre eles. Enquanto falava das características e definia conceitos da cooperativa, mesmo que rapidamente, o senhor Ivan afirmou ter pouca leitura, mas que tinha conhecimento, mesmo não sendo por esses nomes específicos.

Ao falar sobre o trabalho associado, ele afirma que a troca de experiências com outros produtores é fundamental e que tudo que ele sabe e continua a aprender é pelo trabalho, seja ele o passado de pai para filho, já que é filho de produtores, quanto na relação com seus vizinhos e demais colegas produtores.

Sim, pelos meus pais e pela experiência de trabalho, na comunidade, a gente mexia com horta. Precisava de bastante gente. Plantava

batata, tomate... Nos já plantamos quarenta mil covas de tomate; duzentos sacos de batata no chão dentro de cinco ou seis alqueires. Com irrigação por...por, como é que fala? Com o fluxo d'água . Então a nossa experiência foi sempre com roça. Sempre tiramos leite, búfalo, cabrito, carneiro, essas coisas todas. (DIÁRIO DE CAMPO, 06/02/2018).

Hoje em dia, o cooperado mora sozinho em sua propriedade, pois suas filhas se casaram e se mudaram e sua esposa mora em Franca-SP para cuidar da mãe que necessita de cuidados diários. Mas, enfatiza que aqui é seu lugar e sente-se orgulhoso pelo que já passou e construiu apesar das adversidades. Sua história se entrelaça com o surgimento da região do Vale do Arinos, e é marcada por idas e vindas para terras mato-grossenses. Em nossa extensa conversa, o senhor Ivan relata suas experiências, amizades e desafios que enfrentou ao longo da vida. Sua memória é muito boa. Relembra o nome de empresas, projetos e pessoas que foram marcantes na história do Vale do Arinos.

Aponta diversos pontos do surgimento da COOPERNONTE, mas tem convicção da sua necessidade para os produtores. Ao nos despedir, o senhor Ivan se colocou à disposição para outras conversas e é o único cooperado que converso, via *Whats App*, sempre que necessário, para complementar informações.

3.4.2.7 João Pedro da Silva

O senhor João Pedro (nascimento: 28/06/1973) é um homem com a cor de pele escura, deve ter descendência negra, mas parece bastante queimado do sol. É uma pessoa tímida e fala pouco, respondia apenas o que eu perguntava o que tornou nosso diálogo um pouco limitado. Sua esposa, Joana da Silva (nascimento: 23/06/1977), é mais comunicativa, ambos parecem mais jovens do que a idade que tem.

Na ocasião da entrevista tinham mais pessoas na propriedade, um irmão e mais dois homens que não se identificaram, mas pareciam estar visitando. João Pedro estava trabalhando e fez uma pausa para nos atender. Para ser rápido e não tomar muito tempo deles, nossa conversa foi em pé mesmo na sombra de uma árvore.

Figura 11– Entrevista com cooperado/assentado o senhor José Pedro da Silva em sua propriedade



Fonte: acervo da pesquisadora

João Pedro diz já se considerar mato-grossense, pois, se mudou muito criança, ano de 1982 para 1983, para a região de Juara-MT. Seu pai e seus tios trabalhavam e tinham experiência com o café. Veio o pai e mais nove irmãos e tinham 17 alqueires para toda essa família, ao todo, diz João Pedro *“acho que era quase uns trinta em cima de um caminhão, (risos) era muita gente mesmo. [...] veio cachorro, cavalo, égua, tudo em cima (risos)*. Perguntei quantos dias demoraram para vim? *Ele disse: Ah, uns quatro, cinco dias eu acho. Era tudo estrada de chão.*” (DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

João Pedro e Joana têm dois filhos. Um se mudou para cidade para estudar o curso superior e o outro ainda mora com eles na propriedade de aproximadamente 10 alqueires. Essas terras fazem parte do assentamento Santa Isabel, mas que não adquiriram do sorteio do INCRA e sim compraram. Ele diz que apesar de o pai e os tios terem experiência com o café, sempre tiveram vacas leiteiras e com isso ele aprendeu lidar com essa cultura. É uma das possibilidades mais viáveis para áreas

pequenas como de João Pedro. “*Sítio pequeno não tem como o cara viver se não for tirar o leite.*” (FALA DE JOÃO PEDRO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

Joana ficou por perto ouvindo a conversa e às vezes dava sua opinião. Falamos um pouco sobre suas origens e, posteriormente, sobre a cooperativa. A conversa foi curta, pois, o senhor João Pedro, como já mencionamos, é uma pessoa reservada.

3.4.2.8 José Maria Xavier

Figura 12- Entrevista com o cooperado/assentado, senhor José Maria Xavier, em sua propriedade. Ao lado o senhor Obdias Cardoso da Silva.



Fonte: acervo da pesquisadora

O senhor José Maria Xavier nasceu em 16 de dezembro de 1950 em Pirapozinho no Estado de São Paulo, mas se criou na cidade de Lobato, no Paraná, posteriormente morou em Terra Rocha-PR. Sua esposa, a senhora Margarida Rosalina Ferreira, nasceu em 12 de setembro de 1958 em Jandaia do Sul, no Paraná. De Jandaia do Sul mudou-se para Altamira-PR e depois para Terra Rocha-PR onde conheceu o senhor Zé Maria.

Quando estávamos chegando à propriedade, o senhor Zé Maria estava subindo o carreador de moto, a caminho da cidade. Ele voltou para nos atender. Sua esposa estava em casa também, junto com o seu pai, com idade avançada e que está acamado. Conosco, chegou um amigo deles, o senhor Obdias Cardoso da Silva (nascimento 22/11/1940) e acompanhou a história contada por eles e nossa entrevista.

Figura 13- Entrevista com o cooperado/assentado, senhor José Maria Xavier, em sua propriedade.



Fonte: acervo da pesquisadora

O senhor Zé Maria assim como sua esposa, são pessoas muito simples, mas, muito receptivas, fizeram questão de nos deixar a vontade. A propriedade é muito arrumada, a casa de alvenaria com um bom acabamento. É tudo limpinho, organizado, com flores, árvores frutíferas, animais como galinhas, pato, porcos etc. sua esposa nos ofereceu café e sentamos na cadeira de área na varanda com uma sombra fresca de árvores. Seo Zé Maria é alto, pele clara, mas queimada de sol, magro e olhos azuis. Eles têm sete filhos. Dois em Juara-MT, dois em Vera-MT e três no Paraná.

Vieram para o Mato Grosso em 1985, já casados, para o município de Vera. A ideia de vir para o MT surgiu do sogro, que ao juntar um pouco de dinheiro conseguiu comprar 10 alqueires em Vera-MT. Na chácara que o senhor Zé Maria trabalhava, o patrão iria vender e investir no MT e sugeriu que eles fossem juntos, *“eu falei “bom, meu sogro já vai embora pra lá, já vinha uns par de conhecidos nossos pra cá pro MT” e eu me interessei, ganhei uma carona, o velho me trouxe, trouxe minha mudança, não cobrou nada.”* (FALA DO SENHOR JOSÉ MARIA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Seo Zé Maria acentua que, apesar do apoio do ex-patrão e da família, as condições no MT não eram tão favoráveis. A terra tinha que ser preparada ainda, nem tudo que se plantava era possível colher e sem um capital inicial era quase impossível. O forte na região era apenas a madeira, e para grandes proprietários. Como alternativa, pegou aulas no ensino fundamental em uma escola perto de sua casa, mas, que a sede era a 200 km e tinha que bimestralmente estar lá para encontro e reuniões, *“encarei uma escola. Dar aula. Uma coisa que eu nunca imaginei fazer. Eu era acostumado mexer com adulto, dar aula de mobral pra passar o tempo a noite. Aí fui dar aula de 1ª a 4ª série numa escolinha lá no meio do mato, um povo xucro, [...] três anos e pouquinho nessa vida.”* (FALA DO SENHOR JOSÉ MARIA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Neste tempo, não era necessário ensino superior nem mesmo o magistério para lecionar. Senhor Zé Maria tem até a terceira série do primário. Em 1991 foi para o município de Novo Horizonte do Norte – MT ajudar na mudança do sogro e resolveu se instalar ali. Ficou admirado com a produtividade das terras, apesar da cidade não ter muita estrutura *“Novo Horizonte, naquele tempo tinha só um botequinho. Não tinha nada”*.

Ele diz que foi para Novo Horizonte *“na escura”*. De início morou de favor com o sogro, mas meses depois, conseguiu um trabalho em um sítio que cultivava seringa e se mudou com a esposa e filhos. A casa era muito simples, segundo a dona Margarida o mato invadia a casa por baixo do chão da casa que era suspenso de madeira, *“era colonhão! Tinha até dentro de casa!”* (DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018). Em meio a risos e certo saudosismo, eles se lembravam desses momentos iniciais da vida no MT, *“Colonhão saia pelos tacos da casa, tábuas brutas. Colonhão nascia embaixo da casa assim, na beirada e entrava nas greta e saia*

assim. (risos)”. (FALA DO SENHOR JOSÉ MARIA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018)

Ficou nessa propriedade trabalhando com a lida do campo e para ajudar na renda da família se inscrevia em cargos como agente de saúde, fiscal sanitário etc. Aproximadamente no ano de 2001, que foi quando saiu as terras do assentamento, que ele reside até hoje. Os 10 alqueires pertencentes ao assentamento, denominado Santo Antônio, senhor Zé Maria recebeu diretamente do INCRA pelo sorteio oriundo da Reforma Agrária. Apesar de hoje, ele e a família trabalharem nas suas terras e com a sua criação, eles têm muito orgulho de sempre basear suas atitudes na honra, primando sempre pela honestidade.

Essa vinda pra Novo Horizonte eu acertei. Porque a gente toda vida, trabalhou desde criança morando no que é dos outros, morando no que é dos outros. Só que graças a Deus minha família foi criada em um sítio. Criou todo mundo. Casou. O derradeiro que ficou, o homem morreu, os filho vendeu o sítio, deu um pedaço de terra. Deu um alqueire que ele mora lá. Até hoje. Porque toda vida nós andamos direito, nunca tivemos enguiço com patrão nem nada. Inclusive quando nós mudamos pra cá, lá da Tabajara o Osmar falou “ó, se der alguma coisa lá com vocês, vocês pode voltar, a casa tá lá” (risos). (FALA DO SENHOR JOSÉ MARIA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Apesar da felicidade de estarem em terras que finalmente são suas, as dificuldades não findaram aí. Os 10 alqueires que o INCRA sorteou não são terras já prontas para a produção, mas mata fechada que tem que ser aberta. *“Eu paguei pra derrubar dois alqueires de mato aqui nesse trecho aqui. Aí nós fizemos um barraquinho de lona na beira do córrego, e no tempo da chuva a água subiu. Aí fez aqui mais perto daqui e até fazer a casa pra nós morarmos. Foi sofrido.”* (FALA DO SENHOR JOSÉ MARIA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

De início só tinham uma vaca leiteira ganhada por um programa do governo do Estado, de incentivo às famílias mais carentes. Sua noção de empreendimento e a experiência com a vida rural ajudou a construir seus primeiros pertences.

O rapaz da EMPAER, muito amigo nosso, todo mês ele ia lá fazer reunião, aí ele falou “ó, você faz a inscrição que o governador do Mato Grosso vai dar uma vaca leiteira pra cada família carente”. Eu ainda falei “mas vocês não tá vendo, que nós nesse fim de mundo aqui vai ganhar uma vaca?!”. Mas até meu concunhado que fez a inscrição lá pra nós, que nós não podíamos sair. Era difícil sair. Ele

fez a inscrição e passou. Nós não estávamos nem esperando, quando é um dia um vizinho “ô Zé Maria, é pra você ir lá buscar a sua vaca, que está lá não sei aonde lá...” uns quinze km longe da minha casa. Ah, fui buscar! Aí a primeira cria tinha que dar pra uma pessoa que aí pagava a vaca. Ela criou uma bezerra e eu dei pra um vizinho lá. Ele acabou deixando morrer, uma bezerra bonita que só vendo. Mas a minha parte eu fiz. E essa vaca eu trouxe pra cá, quando eu me mudei. (risos) Eu larguei um sofá que eu tinha de estimação, que nós ganhamos de presente de casamento, larguei o sofá pra trazer a vaca. (risos) Eu falei “o sofá não cria, ele vai me dar é despesa, mais tarde tem que reformar né, e a vaca vai criar” (risos). Quando eu entrei aqui, tinha um projeto né, cada parceleiro era pra comprar cinco vacas leiteiras, então eu falei “não! Vou fazer o seguinte: eu tinha uma vaca e mais umas novilhinhas, eu vou comprar quatro vacas e um touro” por que eu falei “não adianta comprar cinco vacas e não ter o touro”, e assim fiz.

Esse e outros programas de governo proporcionaram a possibilidade de consumo para esses pequenos produtores, dando chance para que investissem em suas propriedades. Além de produzir grande parte do que consomem, a produção do leite ajuda nas despesas e o casal conta com uma aposentadoria de cada.

Senhor Zé Maria é uma pessoa politizada e engajada com as problemáticas do município, da cooperativa e da região como um todo. Já fez parte do Conselho Municipal de Segurança Pública e do Conselho Fiscal da COOPERNONTE.

Depois da entrevista, a dona Margarida nos disse que é irmã do falecido Valdeci, o cooperado que fez parte da fundação e diretoria da COOPERNONTE e que o pessoal todo sempre fala muito bem. Mostrou-nos foto e falou como realmente ele era uma pessoa ímpar. Esse cooperado morreu em um acidente.

3.4.2.9 Leonel Brizola

Leonel Brizola tem 65 anos. Na ocasião da entrevista estava apenas uma filha em casa. Avisou que a mãe fora entregar o leite, mas, logo retornava. Aguardamos um pouco. A senhora Margarida Rosalina Ferreira de 45 anos chegou de moto com o filho. Eles levam o leite de moto todos os dias - um tambor de 50 litros. São apenas alguns quilômetros.

Figura 14– Entrevista com a dona Margarida Rosalina Ferreira, esposa do cooperado/assentado Leonel Brizola, em sua propriedade.



Fonte: acervo da pesquisadora

Dona Margarida não soube nos dar muitas informações sobre suas origens e vinda deles para o Mato Grosso e para o assentamento, isso limitou a entrevista, mas, mesmo assim nos concedeu um tempo para conversar. Ficamos em pé na sombra da árvore ao lado da casa. A filha ficou dentro da área de casa nos ouvindo e o menino ficou um pouco afastado, mas, também acompanhando. Percebíamos sua timidez.

Dona Margarida é natural de Eldorado no Mato Grosso do Sul e seu esposo do Rio Grande do Sul. Eles se conheceram em Juara, sendo este o segundo casamento do senhor Leonel. Ela veio para Juara com os pais e mais oito irmãos em um momento em que ela diz que todos estavam vindo. Eles moravam em uma fazenda no MS onde o pai trabalhava com lavoura de soja e feijão.

Mesmo criança, dona Margarida se lembra das dificuldades iniciais dessas terras, *“enfrentaram uma vida dura”*, moravam em uma casa velha na propriedade que o pai pegou para colher café. *“Nós morávamos em uma casinha velha de tabuinha que fazia até mina dentro da casa (risos). Ixe, mas foi difícil, difícil [...]”* (FALA DA DONA MARGARIDA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Ela e seu Leonel se mudaram para as terras do assentamento Santo Agostinho depois de negociar e comprar essas terras, acreditando que tais terras seriam os segundos donos depois do sorteio. Eles têm cinco filhos, e apenas uma não mora com eles por já estar casada; mora na cidade. Dona Margarida e os três filhos cuidam da propriedade diariamente e tiram aproximadamente 50 litros de leite por dia com a ajuda da ordenhadeira. Senhor Leonel trabalha fora acompanhado de um filho para ajudar na renda da família.

Ao perguntar se os filhos continuariam com eles na propriedade ela olhou para eles como quem pede a resposta, a menina ficou indecisa e não respondeu, o menino disse em tom baixo e com a cabeça voltada para outra direção que quer ir embora assim que terminar a escola. Diz querer outra profissão, pois, essa é muito difícil.

A conversa foi rápida pela limitação das informações que a dona Margarida soube nos passar. Agradecemos e deixamos as portas abertas para outras vindas.

3.4.2.10 Márcio José Alves de Medeiros

Na propriedade do senhor Márcio José Alves de Medeiros (nascimento: 22/11/1979), mora a esposa Silvana de Santos Costa (nascimento: 20/03/1989), sua mãe dona Marciana Maria de Medeiros (nascimento: 25/05/1938) e as filhas de cinco a sete anos. Na ocasião da entrevista estava presente também sua irmã, Maria Lucia de Medeiros (nascimento:13/11/1961).

Figura 15– Entrevista com cooperado/assentado Marcio José Alves de Medeiros, em sua propriedade. Na foto sua mãe, dona Marciana Maria de Medeiros.



Fonte: acervo da pesquisadora

Cheguei à propriedade do Márcio e encontrei a mãe e a irmã na varanda conversando. Elas nos informaram que o Márcio estava tirando leite ainda, acompanhado da esposa e da filha. A mãe nos levou até eles. Márcio nos recebeu muito bem. Solicitou que aguardasse um pouco. Fui até o curral e fiquei observando eles tirarem o leite. Estava ele, a esposa e a filha de aproximadamente cinco anos de idade.

Márcio é uma pessoa jovem, de pele branca, mas queimada do sol. A esposa também jovem. Ambos aparentam pessoas simples, mas trabalhadoras. Nessa época do ano chove muito, e estava bastante barro, no caminho que percorremos até chegar ao curral onde eles estavam trabalhando. A filha dizia ajudar os pais e ficou com a gente até eles terminarem. Uma menina linda, magrinha de cabelos cacheados, ruiva, com muitas sardas. Estava vestindo uma botina estilo galocha, típico da lida com o leite e da roça. A mãe do Marcio ficou conosco até eles terminarem, mostrando as criações. Tinha galinha, frango, peru, carneiro, porco etc.

Havia uma horta e diversos pés de frutas, como jaca, manga, acerola, limão etc. Na medida do possível a propriedade era bem cuidada com bastante diversificação.

Ao terminar de tirar o leite retornamos à casa e sentamos na varanda para conversar. Todos juntos. A esposa serviu um café, mas não sentou conosco, ficou em pé perto da porta da casa, mais afastada. As crianças ficaram brincando ali perto, ora o pai chamava atenção quanto ao barulho ao que obedeciam prontamente.

Explicamos a pesquisa e perguntamos se poderia gravar. Marcio ficou um pouco receoso com a ideia de gravar, mas disse que era só o áudio, não a imagem (filmagem), ele brincou um pouco mostrando resistência, mas, aceitou. O lugar era bem aberto e isso dificultou a nitidez do áudio, ainda assim, a dicção da senhora Marciana não era de fácil compreensão e a fala do Marcio também, por ser uma voz baixa que ao que nos pareceu timidez.

Ao perguntar sobre suas origens e vinda para o Mato Grosso, dona Marciana teve muito a contribuir, tendo em vista que o cooperado veio ainda bebê para este Estado, aproximadamente dois anos de idade. Eles vieram em 1981 de Jesuíta, no Paraná, onde trabalhavam de empregados em lavoura de café. Tinham apenas uma casa, que venderam para tentar a vida no Centro-Oeste brasileiro. A ideia primeira foi do genro Paulo Bergamin que também é hoje cooperado.

As poucas condições que a cidade apresentava soaram como um grande desafio para eles. Todos da casa ajudavam a plantar, cultivar, colher.

Márcio se recorda que em 19 de novembro de 1999 ocorreu o sorteio do INCRA para as terras da Reforma Agrária, mas não foram contemplados. Em 2001 compraram o lote de 10 alqueires de terra de algum proprietário que havia sido contemplado, por 6 mil reais, oriundos de um gado alongado que possuíam. Ele diz que muito lote foi vendido sem nem ter tentado cultivar.

Eles já trabalhavam com leite, mas pouco, para a produção de requeijão que as mulheres ficavam responsáveis em fazer e os sobrinhos de ir à cidade vender, tanto na feira quanto de casa em casa. Por isso todos da casa sabem lidar com as vacas, bezerros, apartar, tirar leite, e produzir alguns derivados. Hoje em dia os derivados são apenas para o consumo, pois, os sobrinhos que vendiam na cidade cresceram e arrumaram outros trabalhos. A comercialização é apenas do leite *in natura*.

Dona Marciana lembra que de início os vizinhos se ajudavam. Quem não tinha experiência pedia ajuda aos que sabiam lidar e assim iam trocando informações e conhecimento, “*A maioria trabalhava com outras coisas, não sabiam mexer com leite não*” diz Márcio. Mas, após quase 20 anos nessa localidade, eles têm uma relação harmoniosa na comunidade, mas, ajuda quanto à lida não é mais tão necessária.

A irmã Maria diz que todos sempre se ajudaram, mas não há mais espaço para os filhos continuarem juntos, os filhos dela já estão na cidade com trabalhos diversos, “*meu filho já foi solteiro pro Porto. Lá já casou. Aí não volta mais. Vem de fim de semana*” (FALA DA MARIA, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018). Márcio diz o mesmo da filha que, mesmo ainda muito pequena, “*se quiser ir embora, o que eu posso fazer?*” (FALA DO MÁRCIO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

3.4.2.11 Paulo Bergamin

Figura 16- Entrevista com cooperado/assentado, o senhor Paulo Bergamin, em sua propriedade. Ao lado sua esposa dona Maria Aparecida Medeiros Bergamin.



Fonte: acervo da pesquisadora

Chegamos à propriedade onde estava apenas a esposa, dona Maria Aparecida Medeiros Bergamin (nascimento: 05/06/1959), seu filho que não saiu de dentro de casa e uma menina de aproximadamente quatro anos de idade que, na ocasião a dona Maria nos explicou que tinha pego a menina para criar a pouco tempo, pois a mãe estava se tratando de alguns problemas psicológicos. A menina brincava com uma boneca para lá e pra cá. Dona Maria foi chamar o senhor Paulo que estava lidando com as vacas. Sentamos na área até que ele chegasse. Ela é irmã do Márcio Medeiros que também é produtor e entrevistamos.

Seo Paulo Bergamin (nascimento: 13/05/1954) é um homem alto, cabelos pretos da pele clara, mas queimada do sol. Tem uma aparência robusta, foi muito educado e solícito apesar de ser reservado. Sua esposa, cabelos pretos e pele mais clara, é mais comunicativa e esteve presente no momento da entrevista. Possui um casal de filhos, a menina já casou e se mudou e o rapaz ainda mora com eles, mas assim que terminar os estudos pretende se casar e ir para a cidade também.

De Jesuíta, no Paraná, seo Paulo veio com o pai, o irmão e a esposa para o Mato Grosso, em 1981. Posteriormente, vieram os sogros e a família. Poucos meses da chegada ao MT houve um acidente com a queda de uma árvore enquanto abriam o mato e seu irmão faleceu.

Eles venderam 4,5 alqueires no Paraná para comprar 12 alqueires no Vale do Arinos, onde moraram por quase 20 anos até se mudarem para o assentamento Santa Isabel. O senhor Paulor foi sorteado pelo INCRA, no final de 1999, quando recebeu a propriedade de 10 alqueires. Ele viu nesse início, vários lotes sorteados serem vendidos.

Paulo e seu pai tinham experiência com roça, mas também mantinham algumas vacas leiteiras. No assentamento, o seo Paulo conseguiu um financiamento e comprou vacas de leite as quais comercializa até hoje.

Seo Paulo foi um dos cooperados que ajudou a fundar a COOPERNONTE. Já participou da equipe diretiva e acredita em sua potencialidade. Conversamos sobre a cooperativa e suas impressões sobre ela. No fim da conversa nós sempre perguntávamos quem mais eles indicavam para contribuir com a pesquisa, e eles citaram os nomes e indicaram geograficamente as propriedades.

3.4.2.12 Reinaldo Leandro

Quase que não encontramos o senhor Reinaldo Leandro em casa. Ao chegar à propriedade ele estava de saída com o galão de leite na moto para entregar no refrigerador. Ele voltou para nos atender, pediu que entrássemos na área da casa, a esposa serviu um café, mas não acompanhou a entrevista, aparecia em alguns momentos apenas.

Reinaldo é nascido dia 06 de janeiro de 1973, em Iporã, no Paraná. Sua esposa Rosilene da Silva Leandro nasceu em 05 de junho de 1972. Ele tem a estatura baixa, estrutura também franzina. Sua pele de cor clara apresenta a cor de quem trabalha no sol. É um homem muito simpático e receptivo.

O pai de Reinaldo conheceu o MT em 1978 e em 1980 buscou a família, a esposa e os filhos. Reinaldo conta que foram três dias só o trecho de Cuiabá a Juara, estavam em um caminhão com a pouca mudança e um ônibus com mais cinco famílias.

A motivação da vinda é semelhante às demais famílias, a busca por melhoria de condições econômicas de vida.

Meu pai sempre teve sonho de comprar um pouquinho de terra né. Ah, no Paraná nós trabalhávamos de arrendatário. Arrendava as terras dos outros e [...] no Paraná nós não conseguíamos, a terra era cara e pagava renda pros outros, como que ia conseguir? E aí ele teve a ideia de vim pra cá. (FALA DO REINALDO, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Segundo ele, propagava-se o discurso de terra fértil e muitas famílias estavam apostando nessa região. Com as propostas da Colonizadora Fértil era mais fácil adquirir terras, “vendia em bastante parcela por ano. Aí ele conseguiu comprar um sitinho de doze alqueires” (FALA DO REINALDO, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

No entanto, as propriedades tinham que ser abertas ainda. Tudo era mato. “Estrada melhor que tinha era carreador de madeira. Tirava madeira e deixava né, aquele picadão, pro povo começar entrar.” (FALA DO REINALDO, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Na propriedade do pai de Reinaldo, a família plantou 04 alqueires de café, mas era propícia para essa região. Posteriormente plantou a lavoura branca, que é

de arroz, milho e feijão. Mas também na propriedade não tinha silo e nem para quem vender, pois as estradas não facilitavam o transporte. O pouco que vendia era para quem tinha as máquinas, mas a preço muito baixo. Essas eram as culturas que a família trazia como experiência consigo.

Reinaldo diz que começou trabalhar com leite apenas depois que comprou seus 10 alqueires no assentamento Santo Agostinho no ano de 2008, onde moram só ele e a esposa. Há aproximadamente dez anos que está nessas terras, antes disso trabalhava de empregado “*cuidando de fazenda, mexia com gado, trator, essas coisas. Aí foi onde que eu consegui comprar aqui, na época estava um preço até bom, barato um pouco né o direito aqui.*” FALA DO REINALDO, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Da data da entrevista, fazia oito meses que seo Reinaldo havia adquirido uma ordenhadeira para auxiliar a tirar o leite. Sua esposa também ajuda nessa lida diária, mas para comercializar produzem apenas o leite.

Logo saímos, pois a esposa tinha compromisso na cidade e dependia do Reinaldo terminar de entregar o leite e levá-la. Ao sair e chegar à próxima propriedade, deparamo-nos com o Reinaldo novamente, pois, era o local onde entregou o leite, ou seja, onde estava o resfriador. Vimos o procedimento.

O resfriador fica em uma propriedade de um assentado, e há um registro de energia só para o resfriador. No fim do mês os produtores que entregam o leite nesse resfriador dividem a conta de energia e pagam pela limpeza. A limpeza fica responsável pela esposa do proprietário do sítio. Cada produtor coloca o leite no resfriador e anota em uma prancheta a quantidade de leite (litros). Ninguém confere ou acompanha. A cada três dias o caminhão busca o leite e confere a quantidade de leite com a quantidade que está marcada na planilha feita pelos produtores. Se houver diferença todos são responsabilizados. Mas, o senhor Reinaldo diz que nunca dá diferença, ou uma diferença considerável.

4 COOPERATIVA COMO BUSCA DA ALTERAÇÃO DA VIDA MATERIAL

“Nós fizemos uma briga com a mulher (se refere à dona do laticínio que comprava o leite deles). Nós paramos aqui, paramos o assentamento inteiro. Tem gente que ia entregar nós derramamos leite. Uma época que ela queria pagar - acho que estava pagando 23 centavos, ela virou pra 17. Aí nos fizemos uma passeata em frente. Nós fizemos uma passeata lá. Nós fechamos um dia ela lá, tal, ela segurou o 17, ela queria ir pra 15. Nessa época teve uma época que teve uma revoluçãozinha aí.” (FALA DO SENHOR MÁRCIO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

Neste capítulo pretendemos situar historicamente o cooperativismo, o cooperativismo no Brasil, e retomar a própria COOPERNONTE dentro desse viés macro, na tentativa de compreender o processo histórico que define a cooperação como possibilidade de alteração da vida material. Dentre as suas definições abordaremos conceitos que se interligam com o cooperativismo em seus aspectos constituintes como a solidariedade, trabalho conjunto, autogestão, trabalho associado e a própria economia solidária enquanto processos de lutas que foram se constituindo ao longo das décadas.

4.1 Cooperação e cooperativismo

Entendemos a economia solidária como um projeto econômico diferente do capitalista, onde os meios de produção são dos trabalhadores e as relações de trabalho são permeadas pela solidariedade. Singer (2002) conceitua a economia solidária como a organização de produtores, consumidores e poupadores, que se distinguem por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase nos mais desfavorecidos. A cooperativa é uma das formas clássicas desta espécie de empreendimento.

De acordo com Singer e Souza (2000), no Brasil, o movimento da economia solidária surgiu a partir da mobilização de entidades sindicais, eclesiais e universitárias, com uma proposta de cooperativas de trabalho e organizações

coletivistas e democráticas. Sob essa perspectiva, houve discussões sobre as diversas formas de solidariedade, desde o viés socialista e suas variações, até o conhecido solidarismo cristão.

Lima e Souza (2014) retomam os conceitos da solidariedade social e sua relação com o trabalho e direitos sociais. Para isso utilizam-se dos conceitos abordados por Marx e Durkheim. O primeiro autor compreende a solidariedade de classe na formação de identidades coletivas, ação e mudança social. O segundo trata da construção da solidariedade orgânica, tendo como ponto de partida a divisão social do trabalho, onde a moral e a interdependência são cruciais no desempenho das funções dos indivíduos.

De acordo com Giddens (1998, p. 119), Durkheim defendia a intervenção do Estado na economia na tentativa de estabelecer uma legislação social voltada aos trabalhadores, sendo a base das doutrinas corporativistas do século XX. Nesse sentido, as propostas de associações profissionais reguladas pelo Estado, atenderia tanto com socialistas radicais, característicos do individualismo radical do liberalismo da época, quanto o solidarismo corporativista, oriundos de teorias coletivistas das lutas de classes de origem marxista.

Nem sempre a família e a sociedade encararam pela mesma ótica os “outsiders, vagabundos e andarilhos certa “proteção social”” (LIMA e SOUZA, 2014, p.3). Em uma realidade anterior ao capitalismo industrial, a Igreja Católica regulou esse tipo de pobreza, a partir da caridade, mas a partir de seus critérios. De acordo com Marx (1975 apud LIMA e SOUZA, 2014), o capitalismo tentava “solucionar” esse aspecto social estabelecendo condições do assalariamento como relação social dominante, não deixando alternativa aos trabalhadores que não a venda da força de trabalho a um mercado que se constituía.

Singer (1998), na sua obra “Uma utopia militante: Repensando o socialismo”, procura apresentar o papel da revolução social no processo de passagem de uma concepção e/ou formação de consciência e sociedade para outra e o papel da revolução política com a alteração institucional das relações de poder. Ao retomar as raízes e às primeiras lutas, intuítos e intenções, faz a distinção entre Revolução Social Capitalista e Revolução Social Socialista exemplificando seus potenciais, e como foram determinantes em seu tempo.

A obra é apresentada a partir da justificativa do fracasso do socialismo no fim deste século e em possibilidades dele se adequar aos meios de produção de cunho capitalista, ou seja, de subordinação, hegemonia e formação capitalista. Esse fracasso indicou que o socialismo terá que ser construído pelos próprios trabalhadores em competição e contraposição a esse modelo de produção imposto e inserido nessa mesma lógica de formação. O modelo ideal de produção socialista preconiza uma organização democrática de consumo e produção, onde tanto os consumidores quanto os produtores, livremente, compartilhem igualmente os ganhos do trabalho e também dos direitos e deveres que isso acarreta.

O socialismo prevê a alteração do controle dos meios de produção do Estado para os trabalhadores, mas, para além de um movimento jurídico-político, necessita ser um ato que parta dos trabalhadores e onde eles exerceriam efetivamente o controle com excelência.

Os termos revolução social só é verdadeiro no sentido da palavra se ela surgir de baixo para cima e não de cima pra baixo, ou seja, como uma vontade e comando dos próprios trabalhadores. Caso contrário, trata-se mais de uma Revolução Política. Dentro do contexto daquela década, Singer (1998, p.11), que a tomada do controle dos meios de produção pelos trabalhadores só acarretaria em uma revolução cultural se fosse “protagonizada pelos trabalhadores, que se transformam, por sua própria iniciativa, de dependentes assalariados- ou ex-assalariados desempregados- em empreendedores coletivos.”

Essa foi uma forma inicial de se pensar em um novo modelo que respondesse às péssimas condições de vida de grande parte dos trabalhadores. Dal Ri (2010) denomina de socialistas utópicos e reconhece a importância histórica desse movimento, pois influenciaram diretamente na formação do cooperativismo moderno.

Com a necessidade de reestruturação econômica advinda da crise a partir de 1973, esse modelo foi repensado e gradativamente substituído pelos preceitos neoliberais. Com o neoliberalismo temos a internacionalização dos mercados; livre comércio; Estado como mínimo para o social e máximo para o mercado, a mobilidade global do capital e do trabalho, mobilidade essa oriunda das novas tecnologias informacionais e de transporte, também responsáveis por novos

modelos organizacionais e diminuição da força de trabalho como até então era organizada.

Como é de se esperar, a redução da jornada de trabalho e os altos índices de desemprego são característicos dessa nova sociedade e modelo de mercado capitalista que se constitui. Desafios sociais advêm dessa realidade.

A reestruturação política e econômica do final do século XX – marcada pela crise ideológica com o fim do bloco socialista europeu, a ausência da perspectiva de revolução social, assim como de questionamento da classe social enquanto agente político – retomou a ideia de solidariedade como condição de inserção, interpretando os direitos presentes na condição salarial como direitos de cidadania a serem estendidos a todos os trabalhadores. (LIMA e SOUZA, 2014, p. 144).

Sob essa nova realidade, as lógicas de vida em sociedade e também de solidariedade se modificam. Na obra “Da divisão do trabalho social”, de Durkheim (2010 [1930]), a solidariedade é vista por duas concepções, por meio dos conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. Na solidariedade orgânica há uma solidariedade corporativa, dos grupos e corporações profissionais. Para esse expoente, a integração da sociedade por esses moldes decorre não só da interdependência e complementaridade de funções dos indivíduos, pela divisão social do trabalho, mas também da existência de um padrão que é considerado legítimo por eles, bem como da distribuição populacional nas várias profissões.

No pensamento durkheimiano, o contrário dessa integração, a anomia, decorre da ausência de harmonia entre o indivíduo e sua função, assim como do fato de as classes inferiores desejarem ter a vida das superiores. A moral que busca evitar tal situação e os conflitos decorrentes da distribuição desigual de recursos e poder é estabelecida pelas organizações que determinam regras de conduta ao conjunto dos indivíduos. (LIMA e SOUZA, 2014, p. 145).

Nesse sentido para esse autor, a moral é ainda mais importante que a econômica à medida que a solidariedade oriunda da divisão social do trabalho é regulada a partir de contratos sociais baseados no princípio da cooperação. Compreendemos que tanto o contexto quanto os significados de solidariedade apresentam-se de formas distintas para diferentes estudiosos, mesmo utilizando do

mesmo termo, que aqui é a solidariedade, sua forma de abordagem e atribuição de significados são diferentes.

Diferentemente das contradições e conflito propagados pela concepção marxista, a partir dessa ordem de cunho moral, o bom funcionamento da sociedade seria garantido, e a ideia de moral profissional teria um papel de integração, minimizando o risco conflitos entre os trabalhadores. Para o Estado e as corporações caberia o papel de extensão de direitos básicos aos trabalhadores como regulação da solidariedade social.

A partir desse contexto, e levando em conta as lógicas do modelo de mercado capitalista que foi se instituindo, a economia solidária surgiu como uma alternativa para a parte da população que está marginalizada no mercado de trabalho. Ela implica uma produção de cooperação que utiliza da solidariedade e outros aspectos para se tornarem responsáveis pela distribuição, utilizando atitudes totalmente democráticas para a socialização desses meios, cooperando entre si.

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade ela constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir gestão democrática da empresa ou participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representações, repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A cota básica de capital de cada colaborador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado. (SINGER, 2000, p.13).

A autogestão é um dos aspectos destacados nesse cenário. Ela molda-se como modo de organização que vislumbra uma possibilidade de gestão que repensa as posições hierárquicas em um empreendimento, a jornada de trabalho, o envolvimento em tomadas de decisões etc. alterando o “valor” e a relação da vida do ser humano em sociedade. Nesse sentido, os empreendimentos de economia solidária, ao utilizarem como princípio da autogestão e não heterogestão são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática. (SINGER, 2008). Entendendo essa concepção autogestionária, é possível relacionar

com seu processo educativo à medida que alterando sua lógica de trabalho estará possibilitando a emancipação dos sujeitos e construção de autonomia.

As discussões da economia solidária concebem as possibilidades de construção de projetos econômicos, sociais e pedagógicos que rompem com os padrões de conhecimento, de valores e de práticas hegemônicas na sociedade capitalista globalizada instituída que vão à contramão das macrororganizações, ao invés disso, representam as micrororganizações. A economia solidária comunga de uma perspectiva que se baseia na formação da experiência do trabalho associado.

Segundo Fischer e Tiriba (2009), entende-se por saberes do trabalho associado os saberes produzidos coletivamente pelos trabalhadores tendo como características a apropriação coletiva dos meios de produção, a distribuição igualitária dos lucros do trabalho e pela gestão democrática que discute com a participação de todos sobre os rumos da produção e do excedente que se produziu.

Dal Ri e Vieitez (2010, p.71) reconhecem a visibilidade que o trabalho associado vem demonstrando a partir da década de 1980, principalmente na América Latina, mas, acentuam sua importância mais como “potencial de resistência dos trabalhadores ao capital do que propriamente por sua presença quantitativa na sociedade”.

Segundo esses autores, o trabalho associado está intimamente ligado à mudança social, pois,

A criação ou recuperação de uma unidade de trabalho sob sua égide é um ato de mudança, porque ao afastar-se de imediato do paradigma dominante de organização do trabalho, erige-se sobre relações de produção relativamente democráticas. [...] Para que os benefícios democráticos do trabalho associado sejam de fato historicamente relevantes, estes devem transcender, quantitativa e qualitativamente, uma situação social de subalternidade ou mera complementariedade da atividade capitalista. (DAL RI E VIEITEZ, 2010, p.72).

Levando em conta a complexidade do trabalho associado, Dal Ri e Vieitez (2010) se referem às variantes que têm maior potencial de impulsionar as mudanças sociais e que não necessariamente se configuram no modelo de cooperativa e nem é parte constituinte do cooperativismo, organicamente falando. O trabalho associado

pode se delinear fora dos trâmites que o cooperativismo apregoa, mesmo que seus aspectos e ideais se cruzem em alguns momentos.

Trabalho associado aparece mais usualmente como uma expressão equivalente a cooperativas populares ou de trabalhadores. De fato, na vigência do capitalismo e da hegemonia política burguesa, a maior parte das organizações de trabalho associado (OTAs) toma forma jurídica de cooperativas. Entretanto, há diversas formas de OTAs sob regimes jurídicos legais ou simplesmente de facto. (DAL RI E VIEITEZ, 2010, p.73).

Historicamente falando, as organizações de trabalho associado apresentam-se desde meados do século XIX e surgem com as mesmas motivações e preocupações que apresentam o cooperativismo, economia solidária, economia social, dos empreendimentos de autogestão e diversas outras formas organizativas que apresentam a cooperação como metodologia. Isso não significa que toda cooperativa se organiza pelos preceitos do trabalho associado, ou que seus membros compactuam desse arranjo.

Os saberes do trabalho associado dizem respeito aos conhecimentos historicamente acumulados e que se fazem ao longo do próprio trabalhador em relação com seus pares e com seu trabalho. Assume um perfil autogestionário na produção de bens e serviços indo na contramão da lógica do mercado capitalista, que afasta o fazer (o trabalhador) do planejar (o gerente).

E nem sempre é esse formato de organização que encontramos nas cooperativas, por isso, falar em trabalho associado vai além da postura que algumas cooperativas adotam. Claro que, ao retomar exemplos como da COOPERNONTE, onde os próprios trabalhadores, por suas experiências e conhecimentos adquiridos, passam de um para o outro, ou entre seus filhos e familiares, é considerar um conhecimento adquirido ao longo da vida e que se perpetua por ser transmitido de geração em geração ou entre seus colegas de labuta. Esses exemplos aparecem nas falas dos cooperados da COOPERNONTE, quando foi questionado sobre sua experiência com vaca leiteira, que é a principal atividade e condição para ser cooperado, ele diz *“Desde criança. É que nós começamos tirar leite tinha o quê? Uns 10 anos né, mãe? (responde olhando em direção à sua mãe que participava da conversa)”* (FALA DO SENHOR MÁRCIO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018). Na conversa estavam perto de nós a esposa e a filha, e Márcio afirma *“Essas duas*

acordam e já vão lá embaixo” orgulhoso de poder contar com a presença da família na atividade de retirada do leite que é o sustento de todos. Perguntado ainda

“Pesquisadora - E entre os vizinhos, vocês se ajudam, assim, nessas coisas?”

Márcio: não, bem pouco... Quer dizer, assim, quando nós entramos aqui, nós mexíamos, e tinha muita gente que não mexia, então a gente auxiliava bastante gente. Mas agora todo mundo já aprendeu né. Já faz 18, 19 anos que estamos aqui.

Pesquisadora- Porque nem todo mundo que pegou terra nessa época sabia?

Márcio- Não. A maioria trabalhava com outras coisas, não mexia não.

Pesquisadora - Vocês sempre trabalharam com isso né?

Márcio- Sempre trabalhamos com isso, mexendo com isso. É a gente de sábado, domingo, trabalha direto, [...] Hoje não. Sossegou. Cada um já aprendeu, já mexe por conta.

Pesquisadora - Daí já vai ensinando os filhos, tendo gente pra ajudar. Por mais que, igual ela estava falando, os filhos não querem mais ficar né, (risos) crescem, querem estudar, em vez de ficar na propriedade.

Márcio- Essa daí se ela quiser, o que ela quiser ser ela vai ser. Fazer o que?(apontando pra filha mais velha de aproximadamente 5 anos)”. (FALA SENHOR MÁRCIO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

Pesquisadora - Com quem o senhor aprendeu então seu Amilton?

Amilton - Desde o Mato Grosso do Sul, meu pai trabalhava na lavoura. Braçal né. Nós, toda vida, desde menino, no intuito de mexer com gado. Lá tinha o pessoal que tinha dois mil alqueires de terra e mexia com muito gado, gado branco, gado nelore, e nós final de semana que nós não estava trabalhando, porque, as vezes, não ia, nós ia ajudar o povo. Nós levantávamos 4 horas da manhã pra aprender tirar leite. Tinha uma mula da fazenda e nós montava em três irmãos, montava numa mula só, dois ia trabalhar e um voltava com a mula, e aprender tirar leite.

Pesquisadora - E aqui na região tem bastante, da pra ir trocando uma ideia ...

Amilton- e aprendi, graças a Deus, através dessa fazenda lá. Vim praqui, e mexendo, nós mesmo mexendo. Eu faço de tudo com o gado, assim, dependendo o problema né, se não for muito grave eu faço tudinho. Se enroscar um bezerro, uma vaca, eu tiro. Eu não sei fazer cirurgia, cirurgia já é diferente, mas coisa normal meio fácil assim, remédio, qualquer tipo de remédio, na veia, músculo, qualquer lugar, faço tudinho. (FALA SENHOR AMILTON, DIÁRIO DE CAMPO, 07/02/2018).

Pesquisadora -E vocês já mexiam com leite, ou não?

Ana- Não, nem gostava de mexer com leite. Eu já tinha tirado leite. Eu ajudava meu pai tirar leite né. Mas não... Não era o interesse. Daí foi que ele foi ver... Saiu o PRONAF. Daí o INCRA passou nessa época, e eu estava grávida, aí quando o INCRA passou de novo ele

já queria saber se o bebe era vivo, queria os documento, porque desde a primeira vez já colocou tudo no papel. Saiu o PRONAF. Ai comprou uma vaca branca, mas ai ele falou “ah não vira” porque é pouca terra né. Ai eu falei, “eu sei tirar leite... se é pra sofrer vamos encarar junto né”. Ai ele falou “Ah, mas as vacas vão começar parir...” eu falei “não, é só comprar vaca mansa...o que eu der conta eu faço” . Ai foi. Comecei tirar leite. (FALA SENHORA ANA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

A fala desses produtores mostra que seu trabalho é uma atividade que desde pequeno aprendeu a desenvolver. Vão se aperfeiçoando e mudando as condições físicas do trabalho, como a ordenhadeira para além da retirada manual de retirada do leite, mas as noções de cuidado com os animais, higienização, estrutura dos cochos etc. Têm que existir. No caso de outros produtores que não tinham experiência, contou com o apoio de vizinhos e colegas da cooperativa. Como mostram algumas falas de cooperados:

Pesquisadora- Com leite vocês não mexiam?

Reinaldo- Não leite não, com leite na verdade comecei depois que eu comprei esse direito aqui. (FALA DO SENHOR REINALDO, DIÁRIO DE CAMPO, 06/01/2018).

Pesquisadora - Agora trata melhor né, vai aprendendo um com o outro... o Marcio falou que no começo eles ensinavam bastante os vizinhos, porque nem todo mundo que pegou essas terras sabiam tocar ela né.

Paulo- É, não sabiam não. Foi mexendo, mexendo...

Pesquisadora - Uhum. Ai vai ensinando pros filhos, que vai ajudando também.

Paulo- Ei já tirei 135 litros aqui na mão. (FALA DO SENHOR PAULO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

Pesquisadora - Esse tempo que o senhor ficou com o senhor pai o senhor continuou com a lavoura que ele tinha?

Toninho- Não... Eu só mexia com vaca, vaca, arroz e milho.

Pesquisadora - Com quem que o senhor aprendeu mexer com leite?

Toninho- Com leite? Olha quando eu me mudei pro Paraguai eu já comprei três vacas leiteiras, no primeiro, segundo ano que eu morei lá, já comprei três vacas leiteiras. Aí já tirava leite, só que era só pra consumo, minha mulher fazia queijo, nós comíamos com rapadura. Molecada minha foi tudo criada com queijo e rapadura (risos). Aí eu tirava dois dias da semana pra fazer rapadura e ela fazia o queijo. Aí deixava eles secando assim, aí fazia a rapadura que ela sabia fazer, moendo cana naquele engenho de mão. (FALA DO SENHOR TONINHO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

O conceito de saber que aqui é considerado como sinônimo de conhecimento aproxima-se da ideia de *práxis*, saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do/no trabalho (FISCHER E TIRIBA, 2009).

Ao falar nesses sistemas organizativos, a economia solidária apresenta-se para agregar. Singer (2002) afirma que em meio às crises do sistema capitalista surgem novos espaços para manifestações de novos modelos de produção, e que: “a combinação entre força de trabalho excedente e um conjunto de militantes sociais críticos e engajados tem possibilitado avanços importantes no âmbito da economia solidária”. Defende ainda, que a economia solidária, que se faz como uma nova organização econômica que visa não apenas o lucro, mas a valorização do ser humano “inteiro”, leva em conta a complexidade das relações que são estabelecidas nesse ambiente e que também é educacional, pois percebem que a sociedade onde somos participantes se encontra mergulhada em profunda crise. Assim, somos remetidos a repensar nossos valores e atitudes, que nos faz reconsiderar os modelos que aí vigoram e são dominantes.

Deste modo, a economia solidária pode ser considerada uma proposta de desenvolvimento solidário de nossa sociedade e, que segundo Singer é, antes de qualquer coisa, democrático. Destarte, configura-se partindo de uma constante luta de trabalhadoras e trabalhadores contra o desemprego e a exclusão social.

Para Singer (2017), a economia solidária relaciona-se diretamente com a conquista da democracia. O autor retoma as conquistas da Segunda Guerra Mundial encerrada em 1945 para mostrar que diferente da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), essa foi uma guerra entre direita e esquerda, que alterou totalmente a face político- ideológica do mundo. Esse cenário favorável ao socialismo fortaleceu as lutas da esquerda.

Isso nos favorece, eu digo, nós da economia solidária. [...] A economia solidária foi inspirada pelo socialismo, ou seja, pela crítica ao capitalismo que se originou nos autores chamados utópicos e por discípulos desses utópicos, como chamaram Karl Marx e Friedrich Engels, pois, embora eles tivessem feito uma crítica aos utópicos, eles foram claramente discípulos desses utópicos. [...] eu quero dizer que hoje, graças à queda do Muro de Berlim e ao desaparecimento do chamado socialismo real, que sumiu, não tem mais na União Soviética, não tem na Polônia, não tem, enfim, em dezenas e

dezenas de países que orgulhosamente se afiliaram a isso e perceberam que de socialismo, de que idealismo da igualdade, do bem estar etc. não tinha nada. Essa é a etapa em que o mundo está. O que eu penso e vou colocar sobre o julgamento de vocês é que hoje, o que nós chamamos de socialismo, pelo qual nós lutamos e que nos inspiramos, este socialismo é essencialmente a democracia. (SINGER, 2017, p.17-18).

4.2 Cooperativismo e seu caminho histórico

O cooperativismo é marcado por uma tradição histórica e são inegáveis suas contribuições no âmbito socioeconômico, mas, por vezes é delimitado apenas pelos seus aspectos doutrinários e idealizados ou ainda unicamente pelas lógicas da empresa privada.

Cada experiência de cooperativismo acaba delineando-se pelas suas condições históricas de seu tempo e espaço, de acordo com o regime econômico-político, pelas condições tecnológicas, capacidade organizativa e política do seu meio social e pela ação concreta dos sujeitos.

Costa (2007) apresenta autores como Klaes (2005) e Namorado (2005) para mostrar que o cooperativismo está em discussão há tempos e é verificado em sociedades muito antigas. Para Klaes (2005), ela pode ser vista desde a sociedade feudal ou ainda nas sociedades grega e romana. Namorado (2005) reconhece a existência do cooperativismo antes do século XIX, mas delimita o cooperativismo a partir do movimento operário do século XIX.

No entanto, experiências cooperativas e associativas nesses períodos antigos não podem ser definidas como práticas de cooperativismo como conhecemos hoje, apenas manifestações de sociabilidade inerentes aos grupos sociais. Isso porque,

O cooperativismo, enquanto doutrina, teoria, sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um fenômeno moderno oriundo da oposição operária às consequências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX. (COSTA, 2007, p.58).

Percebemos que o ato de cooperação sempre esteve presente, mas não exatamente o cooperativismo. Afinal, cooperar relaciona-se com a postura de colaborar com outras pessoas e em sociedade e por cooperativismo entende-se

“como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX”. (COSTA, 2007, p.58).

Já se falava em uma sociedade ideal no final da Idade Média e começo da Modernidade, baseando em regras de convivência e exploração racional das riquezas tendo como princípio base a cooperativa. Podemos mencionar obras como “A Utopia”, de Thomas Morus (1478-1536), “A Nova Atlantis”, de Bacon (1561-1626)” para exemplificar pensadores considerados “utopistas”. (BÚRIGO, 2006, p.46).

Portanto, Búrigo (2006) acentua que foram os ingleses Plockboy e Bellers (1654-1725) que influenciaram os expoentes Robert Owen e Karl Marx, os precursores dos princípios cooperativos e da concepção cooperativa moderna. Esses autores almejavam que a sociedade moderna elegesse o trabalho como fonte de riqueza. Estes destacavam como propostas

A consolidação da noção de auto-ajuda, já bastante presente entre os pobres; a criação de associações econômicas livres; a participação democrática dos associados na gestão; a supressão dos intermediários, ampliando os ganhos dos produtores; o estabelecimento de relações entre a agricultura e a indústria e entre a produção e o consumo; e que as idéias cooperativas precisam deixar o plano teórico para serem comprovadas por intermédio de ações práticas (MLADENATZ, 2003, p. 34-35 apud BÚRIGO, 2006,p.46).

Vindo pela contramão do que até então a Europa do século XVI propunha, a nova concepção ocasionou significativas alterações na vida da sua população, tanto ao que diz respeito às formas de pensamento quanto nas relações econômicas e sociais.

As denominadas pré-cooperativas (PINHO, 1966), enquanto primeiros movimentos de cooperativas aparecem no final do século XVIII e início do século XIX na Inglaterra, França, Alemanha e algumas outras localidades europeias estimuladas pelas péssimas condições de vida dos trabalhadores.

A experiência mais conhecida, por ser bem-sucedida, foi a Cooperativa de consumo do “Pobros Pioneiros de Rochdale”, constituída em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Rochdale.

Esta cooperativa foi fruto da iniciativa de 28 operários do setor têxtil, que buscavam melhorar suas vidas. Então em 24 de outubro de 1844 foi fundada “Rochdale Society Equitable Pioneers Limited”. Em 21 de dezembro do mesmo ano começou a funcionar como armazém cooperativo. [...] A sociedade cresceu rapidamente. Em 1845 eram 80 associados, enquanto o capital atingia 180 libras. Em 1851 já contava com 630 associados. Em 1857 atingiu 1850 associados. Depois de dez anos atingiu um número impressionante de 5.300 associados. (COSTA, 2007, p.60).

De acordo com Silva Filho (2002), “Rochdale” e seus valores são inspiração até hoje para o movimento cooperativista, graças a representantes como o economista Charles Gide (1847-1932), esses valores não foram esquecidos. Valores como “solidariedade, igualdade, fraternidade, democracia, equidade, responsabilidade social, transparência”, além de práticas como “adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas, preocupação com a comunidade”.

Assim, o desenvolvimento do cooperativismo e o surgimento de cooperativas especializadas pelo mundo delinear-se como “uma alternativa dentro do sistema e não mais como uma alternativa ao sistema”. (SILVA FILHO, 2002, p.61).

4.3 Cooperativa e cooperativismo: uma organização social

Autores como Camargo (1960), Fleury (1983) e Rios (1976) definem cooperativa como tipo de estrutura organizacional, que embasam sociedades constituídas por maneiras democráticas visando fins específicos. Exemplos disso são as associações baseadas na autogestão que primam pelos princípios de igualdade no que se refere à propriedade, gestão e repartição de recursos. Para Camargo (1960), ao compreendermos enquanto movimento social ou doutrina, o cooperativismo se distingue pela preocupação política de transformação social afirmando a lógica de que a infraestrutura pode determinar mudanças na superestrutura social.

Enquanto ação social articulada, a cooperação delinea-se por objetivos comuns na tentativa de solucionar problemas concretos que, Scopinho (2007, p.85), embasada em Bruni (2005) e Camargo (1960) delimita em dois momentos

(a) como ação-padrão, racionalmente construída à luz de um código e desenvolvida no interior de cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho, os quais têm objetivos comuns e compartilham benefícios ou prejuízos de forma equitativa (por exemplo, o que se pratica de acordo com o regimento interno); (b) como ação espontânea inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes, pré-existente às instituições, fundamentada na reciprocidade adiada – a retribuição é feita quando for possível ou conveniente – ou instantânea – a retribuição é imediata. (SCOPINHO, 2007, p.85).

A cooperativa seria, então, um conjunto de atividades unidas pela comunidade, ou seja, um grupo de pessoas com um objetivo em comum que os unem e que se constitui comportamentos de cooperação organizando-se de forma democrática. Nesse sentido, para Camargo (1960, p.33), enquanto um grupo social constitui por “comunidade, a conformidade e a autoridade”.

Entende-se por comunidade a vida em comum desse grupo social que os aproxima enquanto identidade e que possibilita a interação. É importante ainda que haja “além de sentimentos comuns, uma comunidade de posse, um patrimônio comum, em sinal de unidade do grupo” (CAMARGO, 1960, p.33). Por conformidade, a autora define como sendo a aceitação de regras de conduta em comum. Assim sendo, a sociabilidade se mediria pela predominância de condutas comuns.

São as regras costumeiras e jurídicas que tendem a imprimir em todos os indivíduos as mesmas opiniões e resoluções, a criar uma comunidade de espírito e alma. Assim sendo, a sociabilidade se mediria pela predominância do social sobre o pessoal e a socialização seria a padronização. [...] O uso repetido se transforma em costume e este quando se cristaliza, passa a ser lei. (CAMARGO, 1960, p.33).

Quanto à autoridade, refere-se ao poder criador e que assegura a conformidade, à medida que é construída a partir do consentimento comum do grupo. Camargo (1960, p.34) ainda acentua que se de fato a autoridade predominante no grupo cooperativista “criasse e garantisse regras de conformidade organizadas, dirigidas e erigidas pelos usos e costumes”, a cooperação de fato preexistiria à cooperativa como instituição jurídica.

Para Rios (1989), cooperativa pode ser definida como sendo uma associação com fins econômicos constituídas por pessoas que desenvolvem as mesmas atividades e que têm como sua base organizacional a democracia.

Ao que diz respeito às relações de trabalho, a cooperação e a dinâmica de uma cooperativa representa o alargamento das possibilidades de capacidade de sobrevivência econômica com a ampliação de renda ocasionada pelo crescente da produtividade à medida que se minimizam os custos de produção. Além da questão econômica, há que destacar sua preocupação com os aspectos solidários, sustentáveis e agroecológicos, as melhores condições de melhoria de infraestrutura produtiva etc. No entanto, é verificada enquanto fragilidade que na sua prática fica evidente “as divergências e a predominância dos valores individualistas e, na prática, não elimina as desigualdades e as relações de subordinação típicas do trabalho heterogerido.” (SCOPINHO, 2007, p.84).

Tratando-se do mundo rural, o trabalho, assim como os demais aspectos da vida cotidiana, há uma resistência à cooperativa como modelo organizacional, mas, é visível a importância que dão à cooperação como modo de organização da vida econômica e societária.

Ocorre a fuga da institucionalização, sob a alegação de que isto burocratiza e retira a autonomia, e a retomada das tradicionais formas de organização do trabalho baseadas na cooperação espontânea porque, de fato, cooperar é imprescindível para a sobrevivência desses trabalhadores. Porém, como o associativismo formal tem sido colocado pelo Estado como uma das condições para legalizar os assentamentos, geralmente, opta-se por organizar o que Schneider (1981, p. 31) chamou de “cooperativismo típico”, porque a cooperação entre os produtores não se dá no plano do processo de trabalho, mas da prestação de serviços necessários para produzir (assistência técnica, repasse de crédito, beneficiamento, comercialização), por delegação de responsabilidade dos associados à diretoria administrativa. (SCOPINHO, 2007, P.84-85).

Sendo assim, ao analisar cooperativas, é importante ponderar seu contexto sócio-histórico. Afinal, conhecer o significado e as repercussões das diferentes experiências exige a análise das condições estruturais concretas da sociedade.

A peculiaridade da realidade rural é que o cotidiano das famílias é interligado à sua relação com o trabalho. Por isso, ao falar de cooperação no trabalho, também falamos da cooperação no cotidiano das famílias, em suas interações diárias. “A cooperação espontânea dá continuidade ao movimento político de luta pela melhoria das condições de vida” aumentando e tornando dinâmicas as redes de convivência social que fomenta um perfil de resistência própria do grupo, grupo este que se

reconhece e se fortalece nas condições, muitas vezes, precárias de vida. (SCOPINHO, 2007, p.84)

4.4 Cooperativismo no Brasil

Retomando a necessidade de compreender de onde se fala, há que destacar as nítidas discrepâncias que há sobre o histórico de início do cooperativismo no Brasil do surgimento do cooperativismo na Europa, por exemplo. Para Rios (1989), enquanto na Europa o cooperativismo é marcado por uma reação dos proletários às insatisfações socioeconômicas advindos do capitalismo, no Brasil surge como algo pensado pelas elites econômicas e políticas em uma realidade quase que exclusivamente agroexportadora.

A realidade brasileira é de um grupo que importou e adequou essa prática aos interesses das elites políticas e agrárias. Não como um movimento das bases para pensar um modelo de superação das condições excludentes capitalistas. As ideias socialistas da época tentam justificar o início do cooperativismo no Brasil pelas motivações operárias, no entanto,

São ideias corporativas (facistas) que inspiram, por vezes, a prática e a legislação. Assim como o sindicalismo brasileiro está marcado nas suas origens e organização pelo Estado Novo getulista (da década de 30), o mesmo ocorreu na mesma época com o cooperativismo. (RIOS, 1989, p.25).

Diferentemente da Europa, onde o cooperativismo é um movimento urbano, no Brasil, mesmo sendo um movimento de interesses de uma elite, é marcado por ocorrer no meio rural. Ainda assim, é um movimento cooperativo de serviços e não de produção, onde a instituição cooperativa presta auxílios aos produtores, mas de forma individual.

O aparente caráter reformador do movimento se esgota nas pretensões de modernização agrícola. Não troca, entretanto, no problema da propriedade da terra, dos trabalhadores rurais, questões que entrariam em conflito com os interesses das classes dominantes agrárias. [...] Trata-se de um modelo bem adequado à concentração da propriedade fundiária. (RIOS, 1989, p.25).

Na América Latina como um todo, o cooperativismo tem seu desenvolvimento marcado pelo movimento cíclico onde se confunde em certa medida com suas crises econômicas e políticas ocasionadas pela sua economia dependente.

De acordo com Pinho (2003), o movimento cooperativista brasileiro teve incentivo institucional e jurídico no governo Vargas (1930-1945), na tentativa de impulsionar as cooperativas agrícolas de trigo e soja. Nas décadas de 1960 e 1970, essas associações tiveram um positivo destaque no mercado internacional da soja pelas facilidades de crédito que essa nova realidade comercial propunha. A lei nº 5.764 foi criada em 1971 e rege o funcionamento do cooperativismo brasileiro. Ela tem muitas limitações pelo seu contexto de criação, oriundas do período da ditadura militar, e, mesmo merecendo uma profunda revisão, pelas óbvias mudanças que nossa sociedade passou, ela que está em vigor até hoje.

Mesmo havendo uma lei geral que rege e protege o sistema cooperativo, a Constituição Federal de 1988 determina que as cooperativas tenham autonomia e independência em relação ao Estado. Ou seja, fica vedada a interferência de filiação de qualquer representação oficial de organismos externos, sejam eles estatais, paraestatais ou privados.

No entanto, o que percebemos é que atualmente as cooperativas por si só perdem a essência de cooperação que, para além de melhorar a situação econômica das pessoas, é necessário fomentar a educação cooperativa para que esteja para além unicamente das questões econômicas.

A COOPERNONTE se insere nesse cenário brasileiro. Sobre sua origem, não há documentos oficiais ou materiais que relatem exatamente seu surgimento, mas, no relato de muitos produtores, as primeiras discussões sobre o surgimento da cooperativa surgiram de um secretário da agricultura do município na época, denominado Maik, e, que, reunindo um grupo de 30 produtores formou o que viria a ser a COOPERNONTE.

Começou com trinta -(ficou pensativo)- acho que passou um pouco. Era para cada um dar trinta reais, cota parte, registrar nos documentos, pra levantar um dinheiro. Cada um entrou com trinta reais para fazer esse documento. E ai tinha mais doações. Com o tempo para fazer um dinheiro e funcionar mesmo, foi doado um bezerro cada sócio. Só que dai já tinha mais sócios, porque não tinha dinheiro. Quem não tinha dinheiro dava em bezerro. Na época era 300 reais, hoje seria uns mil reais mais ou menos. (FALA DO SENHOR ARMANDO, DIÁRIO DE CAMPO, 07/02/2018).

É o Maik que inventou isso. E estava dando certo. Mas aí você sabe começou dar aquele problema né (fazendo sinal de não com a cabeça), aí desandou. (JOAO PEDRO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018)

Outros produtores apresentam ainda o interesse individual de um grupo político da época, como forma de “fazer campanha” e angariar a popularidade entre essas famílias. Além disso, percebemos em algumas falas que houve apenas o convite para que participasse sem explicar o que era, qual sua função, seus princípios, opinião, enfim, apenas um local que o preço do leite seria melhor e pudesse comercializar.

Eu nem lembro. Eu sei que era uma frescura, entregava leite ali em Novo Horizonte, daí pediu um resfriador maior. O Maik (Secretário da Agricultura da época) - porque era o Maik que tomava conta ali (da COOPERNONTE) - sei lá tinha uma parceria, uns rolo, daí o Maik não mandou. Mudaram pra Juara de novo. (FALA DA DONA MARGARIDA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Se eu não estou enganado, quando a cooperativa começou foi o finado Valdeci né, que era o linha de frente, o cabeça. Então ele teve aqui, na época. Nós entregávamos pro laticínio de Juara, para a Ivete. Nós conversamos com ele e ele perguntou se a gente tinha a ideia de entregar pra cooperativa. A gente também precisava da cooperativa e passamos entregar ali. (FALA DO SENHOR REINALDO, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Segundo outros relatos, a ideia surgiu dos próprios produtores que não concordavam com as condições que o único laticínio da região colocava para que eles entregassem o leite. Condições de entrega, exigência para qualidade do leite sem investimento e principalmente o preço considerado injusto por eles.

Teve uma época que o leite baixou muito. Os produtores foram pra lá e fizeram um protesto. Mas continuou do mesmo jeito. Aí foi onde surgiu essa ideia de abrir uma cooperativa. Novo Horizonte tinha uma, um tempo. No tempo do forte da lavoura, do plantio de algodão, milho, café, feijão. Tinha uma cooperativa, mas o povo deixou e faliu. Aí surgiu esse negócio de fazer a cooperativa, foi onde reuniu o povo, e vai, vai, todo mundo meio veiaço por causa da outra que tinha falido, mas foram indo, até que conseguiu. (FALA DO SENHOR JOSÉ MARIA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Quando nós chegamos aqui, nós começamos brigar com a mulher, porque eles vinham quatro horas da manhã buscar o leite. Falei “ assim não da”, você trabalhava o dia inteirinho e ter que acordar de madrugada. [...] Nós começamos com a promessa da cooperativa. Começamos fazer reunião. Nós fizemos uma briga com a mulher (se refere a Ivete dona do Laticínio Multibom). Nós paramos aqui. Paramos o assentamento inteiro. Tem gente que ia entregar, nós derramamos leite. [...] Só tinha ela. Aí nós pulamos aqui e conseguimos montar a cooperativa. A cooperativa acho que começou trabalhar com um pouquinho de leite, primeiro mês, segundo mês, até que começou pegar bem. Mas, tinha tudo pra dar certo. Não deu. Fazer o que! (FALA DO SENHOR MÁRCIO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

A importância de a ideia da cooperativa surgir das necessidades reais dos trabalhadores é fundamental, caso contrário, leva esse grupo a procurar alternativas que continuam a reforçar a lógica economicista que os excluiu e que não carrega consigo o poder de emancipação.

A cooperativa, eu vendia leite na Juara, pra mulher lá. Aí foi só baixando, baixando, baixando. Um dia a turma fez uma greve. Estava vinte e um centavos parece e ia baixar mais. A turma fez uma greve. Sem vender, sem entregar. Já estava meio em andamento querendo fazer a cooperativa, juntou todo mundo. O caminhão veio aqui, não deixei entregar leite. Ninguém. Eu, Toninho, Marcio, e o caminhão foi embora vazio. Não levou nada. Foi até o fim do assentamento, ninguém entregou leite não. Fiz, fizemos uma greve lá, na Multibom mesmo, a turma lá. Aí surgiu de fazer essa cooperativa. Aí parei de vender mesmo. Comecei levar no Porto. Nós fazíamos requeijão e leite. Nós levávamos de terça e sexta, pra vender na rua. Quando abriu nós começamos entregar leite. Eu dei um bezerro, mais um tanto de dinheiro pra começar. Todo mundo deu, entramos de sócio. (FALA DO SENHOR PAULO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018)

Percebemos que apesar de o grupo apresentar características que os aproximam, são visíveis as características que os distanciam como a falta de compreensão da potencialidade da Cooperativa e o porquê ela se constituir como uma necessidade nesse cenário. A dinâmica de funcionamento não é igual para todos.

Para Schneider (2003), é necessária uma educação doutrinária. Ele define esse tipo de educação como sendo aquela que abrange metodologias e práticas de cooperação juntamente com os conteúdos educativos.

A educação doutrinária é fundamental, pois é ela que, por meio dos seus valores e princípios, dá sentido a todo o processo, que incentiva

e direciona todas as atividades e práticas cooperativas em prol de maior bem estar e dignidade das pessoas que compõem a cooperativa. [...] A educação cooperativista investe esforços, tanto na formação do homem cooperativo, solidário, responsável e participativo, que opere e viva à luz de uma cultura cooperativa, quanto na formação e capacitação de um bom e competente produtor, prestador de serviços, consumidor e poupador. (SCHNEIDER, 2003, p.14-15).

Rios (1989) aponta o cooperativismo doutrinário para enfatizar seus dois intuitos. São eles: econômico, pois é rentável para os empresários e a questão política, pois é uma possibilidade real e alcançável para os grupos que não dispõem de capacidade competitiva individual. Apresenta-se assim

como “tábua de salvação econômica” para os pobres, mas, equivocadamente, reflete a ideologia liberal clássica, porque pressupõe uma economia de pequenas e médias empresas que funcionam em regime de concorrência perfeita, o que nunca foi realidade no mundo e muito menos no Brasil, país cuja economia é dependente e condicionada pelo capital internacional. Esta ideologia, revestida de apelo igualitário e humanista, é funcional para remendar os graves problemas econômicos e sociais num momento histórico marcado pela presença de grandes corporações, pois trabalha com a idéia de que basta os pequenos se unirem para terem força. (SCOPINHO, 2007, p.86).

Nesse sentido, percebemos uma distinção entre as realidades brasileiras (em sua grande maioria) e europeias, nesse momento falando do cooperativismo maltês, que tivemos oportunidade de conhecer por meio de um estágio⁹. O Brasil, por seu contexto e atual realidade, tem um histórico que o caracteriza diferentemente, não sendo verificada uma cultura de luta pela cooperativa como uma possibilidade de mudança de qualidade de vida como um todo. Limitam-se as questões financeiras.

Malta faz parte da União Europeia desde o ano de 2004. Já no primeiro ano verifica-se a preocupação com a zona rural, estabelecendo o Plano de Desenvolvimento Rural (Development Plan for Malta-RDP) na tentativa de organizar medidas de capacidade de atuação e competição em vistas ao mercado econômico. Esse plano durou de 2004 a 2006.

⁹ Foi realizado um estágio (considerado sanduíche, mas, sem financiamento) junto à Universidade de Malta – MALTA, sob a orientação do Professor Dr. Godfrey Baldacchino. O período de permanência foi de três meses.

Já no ano de 2007 entrou em vigor o segundo Plano de Desenvolvimento Rural que almejou aperfeiçoar os ganhos do primeiro plano e rever suas perdas. Nesse sentido,

It seeks to offer a more deliverable pro, gramme that IS well aware of the strengths of the rural sector while at the same time addressing relevant weaknesses in order to attain a more sustainable development of agriculture. The in, elusion of past, as well as recent experiences both from a technical and from an administrative point of view will strengthen the commitment in focusing on present and future needs of all stakeholders as well on current European and world trends. (ATTARD, 2007, p. 2).¹⁰

Malta procurou se adequar às normas europeias e de exigência de mercado, levando em conta suas especificidades e as organizações que já existiam. Isso porque compreenderam e compreendem (tendo em vista que ainda está em processo de transformação) que a realidade atual é inadequada para atender às necessidades modernas.

A Medida 142 desse plano sugere a cooperação entre os produtores, por entender que ao cooperarem e se reunirem como um corpo só, os “producer organisation has the objectives to improve the market efficiency of the agricultural sector by encouraging and supporting the setting up of producer groups.”(ATTARD, 2007, p. 4)¹¹. O incentivo não se refere especificamente da implementação de uma cooperativa, mas da necessidade de pequenos grupos se unirem, para que fortalecidos estejam à altura de competir no sistema econômico produtivo. Isso, conseqüentemente, fomentou o surgimento de cooperativas.

Segundo Attard (2007), a Portaria das Sociedades Cooperativas (Co-operative Societies Ordinance) entrou em vigor em 12 de dezembro de 1946, sendo a primeira forma de legislação que rege as cooperativas em Malta, sendo em sua maioria no setor agrícola enquanto prestadora de serviço aos seus membros.

¹⁰ “Ele procura oferecer um programa mais produtivo, que esteja ciente dos pontos fortes do setor rural e, ao mesmo tempo, atenda às fraquezas relevantes para alcançar um desenvolvimento mais sustentável da agricultura. A ilusão do passado, bem como as experiências recentes, tanto do ponto de vista técnico quanto administrativo, fortalecerão o compromisso de focar nas necessidades presentes e futuras de todas as partes interessadas, bem como nas atuais tendências europeias e mundiais”. (tradução da pesquisadora).

¹¹ “organização de produtores tem o objetivo de melhorar a eficiência do mercado agrícola, incentivando e apoiando a criação de grupos de produtores.” (tradução da pesquisadora).

O autor enfatiza que, como em muitos locais, inclusive no Brasil, houve falhas na administração dessas cooperativas principalmente ocasionadas pela fraca fiscalização e atuação realmente de cooperação no interior dos empreendimentos. Ainda há que considerar o perfil desses produtores. Como acentua Attard (2007, p. 5)

Further more, the Maltese farmer holds great pride describing himself as an entrepreneur talented to play the markets. This "master" feeling gives them a false sense of security as they perceive themselves as being market drivers, when in reality none are big enough to have any measurable effect on markets.¹²

Pondera, dessa forma, que algumas atitudes conservadoras fazem diminuir a participação e efetiva postura de cooperação, inerentes a esse formato de empreendimento.

Sabemos que, historicamente, o sistema cooperativo é recente, e mais ainda se tratando de Malta, que, mesmo apresentando as primeiras organizações no ano de 1946, apenas em 2004 procurou padronizar seus sistemas pela União Europeia e concorrer com o sistema mundial de produção. Essa postura, tida por Attard (2007) como conservadora, impede, por exemplo, que a cooperação ocorra não apenas entre os principais atores, mas entre vários atores do setor produtivo rural. Além disso, é um problema quando se fala em fortalecimento da produção local e para registrar produtos como sendo típicos de Malta.

Nessa experiência, pudemos notar que o sistema cooperativo enfrenta alguns problemas que também são um entrave para a dinâmica no interior das cooperativas e, principalmente, entre os cooperados. No entanto, Malta, ao fazer parte do sistema europeu de cooperativas, tem um suporte e apoio maior ao que diz respeito aos padrões mínimos exigidos e sua efetivação de fato. Mesmo assim, os malteses reconhecem que há um longo caminho a percorrer para se tornar uma estrutura tida como ideal ao sistema cooperativo.

Concordamos com Pinho (2003), em se tratando do cooperativismo no mundo todo, quando acentua que isso é consequência dos problemas resultantes da própria

¹² "Além disso, o agricultor maltês orgulha-se de se descrever como um empresário talentoso para jogar no mercado. Esse sentimento de "mestre" dá a eles uma falsa sensação de segurança, pois se consideram impulsionadores do mercado, quando, na realidade, nenhum é grande o suficiente para ter algum efeito mensurável nos mercados." (tradução da pesquisadora).

evolução da cooperativa, que não é mais uma simples associação mutualista, mas uma complexa organização social.

Articulando a economia solidária e sua proposta enquanto uma proposta de desenvolvimento solidário que, segundo Singer, é, antes de mais nada, democrática; é necessário que se entenda que a democracia aos olhos do que se é propagado propõe uma autonomia relativa. Perceber que a constante luta de trabalhadoras e trabalhadores contra o desemprego e a exclusão social é fundamental, mas problematizar esse viés social e político contemporâneo e como ele vem se constituindo, é fundamental para não ser uma luta utópica e frágil que não se consolida por não compreender esse movimento macro que circunda nossos espaços.

5 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E DE POLITIZAÇÃO

Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho que, ao mesmo tempo cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza, impede que o estudo do trabalho humano seja unilateralizado ou mesmo tratado de modo binário ou mesmo dual (ANTUNES, 2008, p. 4).

O presente capítulo procura articular autores como Hannah Arendt, Jaques Rancière, Giorgio Agamben, Boaventura de Sousa Santos, Paul Singer, Lia Tiriba, Edward Thompson entre outros, para problematizar conceitos como democracia e formação e participação política, conceitos e posturas que fazem parte da realidade desses sujeitos focos da pesquisa, ao que diz respeito à sua vida individual e em sociedade.

Nessa perspectiva, essa reflexão se justifica por esforçar-se na compreensão dos processos oriundos do cooperativismo e da economia solidária, assim como as relações que estes sujeitos estabelecem entre si e com a natureza, suas definições de trabalho e suas percepções que vêm se modificando com o passar dos tempos e são elementos construtores de sua história.

5.1 Democracia e possibilidades de formação política: do individual ao coletivo

Florestan Fernandes, em seu texto “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” (2009), apresenta que as sociedades modificaram seus modelos de produção (colonialismo – capitalismo) sem deixar que as condições de dependência e subordinação se desfizessem isso porque, reforça-se a ideologia de aceitação da ordem social estabelecida.

Conforme aponta Santos (2002), frente ao avanço da economia embasada pelos preceitos neoliberais, que se caracterizou pela precarização do trabalho, as ações de terceirização, modificação das leis trabalhistas e transformação do mundo do trabalho, faz-se necessário valorizar e cuidar dos projetos ligados ao associativismo, ao cooperativismo e à economia popular, cujo cerne de ação é o

resgate dos sujeitos e de suas relações de cooperação e solidariedade para além da lógica meramente capitalista.

Há aí a necessidade da quebra de paradigma, com um exercício de solidariedade, propondo autonomia aos trabalhadores e superando o assistencialismo.

O trabalho associado encontra-se inextricavelmente ligado à mudança social. A criação ou recuperação de uma unidade de trabalho sob sua égide é um ato de mudança, porque ao afastar-se de imediato do paradigma dominante de organização do trabalho, exige-se sobre relações de produção relativamente democráticas. Esta sua característica encontra-se no fato de que todas as teorizações que buscam a inteligibilidade do fenômeno colocam a questão da mudança da ordem estabelecida. O motivo é evidente. Para que os benefícios democráticos do trabalho associado sejam de fato historicamente relevantes, estes devem transcender quantitativamente qualitativamente, uma situação social de subalternidade ou mera complementariedade da atividade capitalista. (VIEITEZ, DAL RI, 2010, p.72).

Na fala de alguns produtores percebermos o reconhecimento da necessidade da ajuda estatal para se estabelecer e se fortalecer, mas isso vai além de um mero assistencialismo. Isso porque, a maioria dos programas de governo de incentivo ao pequeno produtor, ou ele era beneficiado comprovando realmente sua necessidade (na construção de coxos, poços de água, cercas, energia elétrica, dentre outros) ou vinculava-se à ajuda ao próximo, dando continuidade, passando de um mero auxílio para o estabelecimento desses produtores em suas terras.

Então saiu o fomento [...] saiu de habitação que era pra fazer as casas. Dois mil e quinhentos reais pra cada um, veio do governo federal, do INCRA. Depois veio mais cinco mil pra habitação. [...] Só que não pegava dinheiro, tudo em material, se desse dinheiro eles não faziam a casa. Então todas as linhas de crédito que tinha eu consegui. (FALA DO SENHOR TONINHO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

Alguns produtores percebem a importância do incentivo do governo para iniciar suas produções, afinal apenas receber as terras da Reforma Agrária não garante que se manterão. Quem pegou terras do sorteio do INCRA ainda tinha que abrir as terras para então pensar em se instalar e a tornar produtiva, e como fazer sem um capital inicial? O senhor Toninho, um dos principais responsáveis por esse

benefício (divisão de terras da Reforma Agrária naquela região), reconhece que falta a compreensão das pessoas de saber valorizar o sorteio de terras que foi resultado de muitas lutas e insistências. É com pesar que ele reconhece que alguns beneficiados banalizaram esse momento e venderam seu terreno dias depois a preços muito irrisórios.

Pesquisadora: Nós fomos mais ali pra frente, o Marcio falou que ele comprou a terra dele aqui, ele não pegou do sorteio. A pessoa tinha a opção de vender ou de produzir?

Toninho: Aqui teve 210 famílias beneficiadas no sorteio, ó, então, foi em um sábado o sorteio, quando foi na segunda feira tinha 5 transferências lá no sindicato. Na segunda feira e o sorteio foi no sábado. Cara vendia cada mapinha por 500 reais, outro por 1000 reais, porque eles pegaram só o mapinha “ó seu lote é esse daqui”. Aí cheguei lá, “quero fazer transferência”, eu falei “não faz não”. Já fiquei nervoso, fiquei nervoso, briguei pra terra pra pessoa poder ter um pedaço de terra pra trabalhar... E ela só quis vender.

Pesquisadora: Mas não foi a maioria né?

Toninho: Não, não. Aí eu comecei brecando, denunciando pro INCRA, fiz muita denuncia. Eles ficaram com raiva de mim porque eu falei “não essa terra é pra vocês trabalhar, não é pra vocês vender”. Eu denunciava pro INCRA daí eles pararam. Ficaram uns sete anos sem ninguém transferir terra nenhuma. Estava todo mundo trabalhando. Só que eles chegavam aqui, “ô Toninho, o que que eu vou fazer Toninho, se não sair a energia pra lá eu vou perder meu lote, a mulher não quer mudar pra lá” eu falei “não, pode ficar tranquilo que agora melhorou mais que saiu um projeto da luz pra todos e nós vamos implanta aqui ainda” “Ah, não sei nada, não sei o que...” “vai sair” “Ah, se não sair minha mulher não vai pra lá, e aí tem que vender”. Mas eu cobrava, mandava ofício para o ministro da energia, pra CEMAT em Cuiabá, mandava pra todo lado, até que saiu. Saiu a energia. Aqui saiu tudo as linhas de créditos. Ó, saiu o PRONAF A no valor de 12 mil reais, você fazia o projeto dizendo pra que você ia ocupar: fazer quantos metros de cerca, para comprar vaca leiteira. Eu fiz pra 5 vacas e comprei 8. Eu fiz pra porco. Gosto de mexer com porcada, então eu fiz pra comprar 11 telas de rede, de suíno. Só não fiz - o mais necessário eu não fiz- que era pro poço artesiano. Então o PRONAF A beneficiou. Dessas 200 e poucas famílias, saiu pra 130 ou 140 famílias, não foi pra todos. (FALA DO SENHOR TONINHO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

Isso fomenta a autonomia nos produtores, que se sentem motivados a investir e se manter em terras que antes estavam improdutivas e a melhorar as condições de famílias que não vislumbravam a condição de ter sua própria terra. Além disso, faz com que se sinta pertencente a esse espaço, por trabalhar naquilo que é seu em condições adequadas para sua família.

No entanto, percebemos que, esses direitos que tentam dar autonomia e liberdade individual de competitividade esbarram em questões que vão além do poder de cada sujeito na sua vida em sociedade. Rancière (2014), ao falar em democracia, apresenta sua crítica ao enfatizar que não temos um regime democrático que defina realmente um mundo de liberdades efetivas, como é propagado. Isso porque, segundo esse autor, a democracia se faz relativa na medida em que ela estaria sempre além do Estado.

Rancière (2014) apresenta a democracia pelo aspecto arbitrário que o governo indica, favorecendo nesse escopo a vitalidade da vida privada e de formas de intervenção social que acarreta uma postura de cidadãos indiferentes ao bem público e tiravam de governos a necessidade de responder às demandas que emanam na sociedade.

O enfrentamento da vitalidade democrática assumia assim a forma de um *double lien* [duplo vínculo] simples de resumir: ou a vida democrática significava uma ampla participação popular na discussão dos negócios públicos, e isso era ruim, ou significava uma forma de vida social que direcionava as energias para as satisfações individuais, e isso também era ruim. A boa democracia deveria então ser uma forma de governo e da vida social capaz de controlar o duplo excesso de atividade coletiva ou de retração individual inerente à vida democrática (RANCIÈRE, 2014, p. 17).

De acordo com o autor, esse contrassenso democrático tem que ser analisado, pois, a democracia como forma de vida política e social é o excesso enquanto supremacia. Esse seria exatamente o excesso que acabaria com o governo democrático, ou seja, deveria ser reprimido por ele.

A democracia nesse caso é muito relativa e seu discurso tenta legitimar um espaço ou um grupo, para que embasados pelos preceitos do que é dito democrático, ele passa a ter reconhecimento. É o que ocorre com esse grupo de cooperados que é foco da pesquisa. No entanto, compreender o que realmente se afirma por democracia e como ela é frágil, é importante à medida que a autoconsciência permeia esse processo para a construção da autonomia e emancipação na vida em sociedade.

Percebemos em algumas falas que há noção ou minimamente uma consciência política, no entanto, habitualmente ela se relaciona com seus interesses pessoais, acarretando a não efetivação desses preceitos na prática cotidiana da

cooperativa. Limita-se a ideias pessoais, ou que, em certa medida, beneficia o coletivo, mas a sua motivação principia por um interesse individual. O caso do senhor Toninho, e seu empenho na divisão de terras e Reforma Agrária, é um caso específico e possivelmente pela sua longa trajetória no sindicato rural. Esbarramos no senso democrático e na própria democracia ao compreender que ela está intimamente ligada aos princípios do cooperativismo, da economia solidária, do trabalho associado, autogestão, enfim, com o intuito de fortalecer sua conservação no processo produtivo (que é economicamente frágil perante a subalternidade frente aos grandes produtores).

Rancièrè (2014) enfatiza como ao longo da história a democracia estruturava a percepção dominante de democracia, ao citar, como exemplo, o próprio nazismo e fascismo. Elegia-se como democracia uma sociedade governada por um Estado que garantia a liberdade dos indivíduos assim como a participação da maioria na vida pública. As declarações e os direitos humanos representavam a lei maior, a carta magna, dessa relação de equilíbrio entre o coletivo e a liberdade de cada indivíduo. O contrário da democracia era denominado de totalitarismo.

A linguagem dominante denominava totalitários os Estados que, em nome da força da coletividade, negavam ao mesmo tempo os direitos dos indivíduos e as formas constitucionais da expressão coletiva: eleições livres, liberdade de expressão e de associação. O nome de totalitarismo pretendia significar o próprio princípio dessa dupla negação. O Estado total era o Estado que suprimia a dualidade do Estado e da sociedade, estendendo sua esfera de exercício à totalidade da vida de uma coletividade. (RANCIÈRE, 2014, p.21).

Em um cenário contemporâneo, para esse autor, aquilo que era denominado de totalitarismo, hoje, é conhecido como a própria democracia e como ela se dá atualmente. Há que se criar um campo em comum onde haja a possibilidade de diálogo e aí alguma chance de mudança. Sem a construção desse campo de diálogo, as relações nunca serão promotoras de mudanças sociais e a política não será um espaço das relações desses mundos.

O que é importante em nosso contexto é que o governo totalitário é diferente das tiranias e das ditaduras; a distinção entre eles não é de modo algum uma questão acadêmica que possa ser deixada, sem riscos, aos cuidados dos “teóricos”, porque o domínio é total é a única forma de governo com a qual não é possível coexistir. Assim,

temos todos os motivos para usar a palavra “totalitarismo” com cautela. (ARENDR, 1989, p.343).

Nas assembleias da COOPERNONTE prima-se pela participação de todos. Enfatizam, no início das assembleias que itens nas pautas podem ser incluídos. Todos têm direito à fala. Apresentam-se os itens na pauta e é votada a aprovação deste. A pauta é pensada pela diretoria, que direciona as discussões, esclarecimentos e legitima inclusive itens que foram aprovados por *ad referendum* pelo diretor e conselheiros. A democracia é relativa. Afinal, a forma como são passados e explicados tais pontos é de uma forma não neutra e que, por vezes, passa despercebido pelos cooperados. Isso cria um clima não favorável às discussões e debates, à medida que os cooperados que não estão a par do assunto sentem receio de questionar. Os debates ocorrem quando de fato a diretoria não tem autonomia para decidir algo, principalmente dívidas e outras questões financeiras. Não se pode negar a importância das assembleias e da riqueza do diálogo. No entanto, é uma democracia relativa, pois, não percebemos uma relação de igualdade entre os membros. Na interação entre eles próprios percebemos que há hierarquização, entre aqueles que tomam frente por se considerar mais “entendidos” do assunto, causando a sensação que nem todos tem o mesmo “poder” de fala e decisão. Limitam-se dessa forma ao voto de sim ou não, diminuindo a possibilidade de conversa, esclarecimentos e de fato decisões que têm significado para ele.

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral, não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles. E a direção tende, às vezes, a aceitar o pedido, sobretudo quando se trata de decisões que podem suscitar conflitos entre os sócios. É, em geral, mais fácil conciliar interesses e negociar saídas consensuais num pequeno comitê de diretores do que numa reunião mais ampla de delegados, que têm que prestar contas aos colegas que representam. (SINGER, 2002, p.20).

Esse é um ponto de destaque para diferenciar a economia capitalista da economia solidária. Na economia capitalista “os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas.” (SINGER,

2002, p.17). Isso não deve ocorrer em um empreendimento que supõe igualdade entre os sujeitos que é o caso da COOPERNONTE. Gerir um empreendimento democraticamente requer “um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais” (SINGER, 2002, p.17-18). Esse empenho a mais que muitos cooperados alegam não ser viável, não tem tempo. “*Eu fui lá. Dois anos eu fui do conselho fiscal, depois eu cai fora. Tinha que ir quase todo dia lá, prestação de conta, a gente fazia as reuniões. Depois eu sai.*” (FALA DO SENHOR PAULO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018), argumenta o senhor Paulo ao mostrar as dificuldades de contribuir enquanto conselheiro fiscal.

O local físico da COOPERNONTE é constituído por salas administrativas e no mesmo terreno tem o prédio onde funciona o laticínio. Os produtores de leite não trabalham no laticínio. Houve momentos em que alguns filhos de produtores ocuparam cargos administrativos, mas, nos últimos anos, eram contratados funcionários (que não são produtores de leite) para trabalhar tanto na parte administrativa, quanto nas caldeiras de produção de muçarela e no caminhão que recolhe o leite. A participação dos cooperados é tirando leite dentro das exigências estabelecidas pelo laticínio, transportando até seu respectivo resfriador (espalhado em locais estratégicos e que é recolhido pelo caminhão a cada 02 dias) e indo nas assembleias. A maioria tem o hábito de ir até a cooperativa sempre que vem para a cidade, mas não é toda semana, alguns vão à cidade uma vez ao mês para compras de mercado, farmácia, consultas médicas etc. As propriedades não são tão longe da cidade, uma média de 15 km de estrada de chão, mas, isso dificulta a participação diária nas atividades gerais da cooperativa. Por falta dessas disponibilidades, muitos produtores não passam pela experiência de se engajar nas questões da COOPERNONTE e depois, sente que não têm direito de cobrar, exigir, ou simplesmente aceitam a condição de “deixar acontecer”.

É nas assembleias que institucionalmente verifica-se esse espaço de conversa, politização e, conseqüentemente, democracia, pois, é o espaço que são postas na mesa as necessidades e opções começam a ser levantadas para uma decisão coletiva. A convocação para assembleia ocorre mediante editais que são publicados no jornal impresso local, e fixados em alguns pontos estratégicos da cidade como prefeitura, correio, igreja, EMPAER e é anunciado na rádio local (AM);

eles têm o hábito de ouvir para receber notícias e acontecimentos. As discussões variam de acordo com a pauta do dia. Um cooperado (normalmente da diretoria ou comissão) abre a reunião lendo e aprovando a pauta. Um fica responsável em redigir as atas. Todos têm direito a voz. Ao erguer a mão é dada a fala. As participações são escassas. Normalmente começa na terceira chamada, pois, não dá o *quórum* estipulado no estatuto para começar a reunião.

Uma empresa considerada solidária “administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão” (SINGER, 2002, p.18). Na entrevista com os cooperados, ao questionar sobre a autogestão, nenhum soube conceituar esse modelo de administração e não se denominam autogestários, no entanto, ao participar das assembleias é verificada a preocupação do grupo gestor em informar o que ocorre e tentar pensar em conjunto alternativas disponíveis para resolução dos problemas. Mas essa é uma preocupação do perfil de determinado grupo que está no comando, e não exatamente por exigência ou solicitação dos cooperados. Em outros momentos, a cooperativa passou por momentos de crise financeira, por má administração e endividamento de anos consecutivos sem que os cooperados tivessem conhecimento. *“Não tinha prestação de contas. Eu fui o único que, se você levantar todas as assembleias, eu falava “está errado esses números, essa conta não bate””*. (FALA DO SENHOR IVAN, DIÁRIO DE CAMPO, 06/02/2018). Para o cooperado João Pedro, era necessário ter um perfil específico para ocupar esses cargos, que não é para qualquer um.

João Pedro- “como chegou nesse ponto” a gente fica pensando? Mas é que as pessoas têm outras funções, aí você vai confiar em quem está lá né. E eles ponharam como fiscal ali, uns coitado que não sabia nem... Do jeito que ta tocando ta bom né..

Pesquisadora- **É porque aí não é nem maldade né, a pessoa não sabe fazer.**

João Pedro- É não sabe! Pra entrar num conselho fiscal daquele tem que ser um cara meio sabido também, não pode ser tão besta... Agora o cara não entende nada, não sabe mexer num computador, aí não vai! (FALA DO SENHOR JOÃO PEDRO, DIÁRIO DE CAMPO, 09/02/2018).

Por outro lado, na fala da Ana, esposa do cooperado Durval, é fundamental que seja um representante que tenha as mesmas características dos demais cooperados, pois assim saberá compreender os anseios e expectativas da maioria.

Ana- A primeira coisa que eu e o Durval sempre conversamos, na cooperativa não pode por gente de fora, tem que ser um produtor rural na presidência pra saber o que a gente passa.

Pesquisadora- Foi o que aconteceu no começo né? (ao mencionar sobre os problemas que já passaram, nos endividamentos)

Ana- É. O padrão dele já é um outro padrão. Ele já não é um micro produtor ele já é um fazendeiro né. Apesar de que é uma pessoa muito boa. (FALA DA SENHORA ANA, DIÁRIO DE CAMPO, 15/02/2018).

Há que existir uma rede de comunicação entre os cooperados. A equipe gestora, mesmo ocupando um cargo de destaque, tem que despertar, no diálogo, a participação de todos. Se não houver o sentimento de que cada um tem a mesma importância, dificilmente haverá um engajamento genuíno. Nesse sentido, Arendt (1989) enfatiza a distinção entre política social e política de participação de igualdade. A política social não necessariamente está acompanhada de uma formação que preza pela emancipação e ganho de direitos, enquanto participação política, prima pela igualdade de discussão entre os sujeitos. Dessa forma, um programa social que prevê uma bolsa auxílio, por exemplo, não ocasionará possibilidade de mudança se não prever, em conjunto, um espaço político de discussão. Da mesma forma que simplesmente organizar uma assembleia não garante um espaço político de discussão. Pode ser apenas mais um instrumento para justificar a pseudodemocracia.

Os principais conflitos decorrentes dessas relações coletivas se dão por opiniões distintas, que normalmente permeiam entre decisões financeiras (de como utilizar o dinheiro) e insatisfações com o grupo de conselheiros e diretoria. No entanto, compreendem que a decisão da maioria deve imperar. Por isso, algumas insatisfações fragilizam o grupo, ou seja, aceitam, mas, não há uma disposição em colaborar, prevalecendo certa indiferença. Afinal, a diretoria é escolhida por voto direto. Sendo assim, há candidatos que têm um grupo que o apoia, mas há quem discorda. Eles entram em consenso anteriormente, para que apenas uma chapa se candidate, pois, eles acreditam que essa conversa nos “bastidores” é muito importante para fortalecer o grupo, não precisando do desgaste de duas chapas se candidatarem, tendo a mesma prática para candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores. São as conhecidas “conversas de esquina” em que há especulações e

sugestões, no intuito de investigar a aceitabilidade de um candidato ou outro, antes de haver a candidatura.

Vislumbrando-se dentro do escopo dos direitos humanos que a nossa sociedade deve problematizar a questão dos sujeitos enquanto sujeitos de direitos. Arendt (1989) é enfática ao apresentar que os direitos humanos são uma ilusão, porque são direitos do “homem nu”, à medida que é um sujeito desprovido de direitos. São direitos que existem, por isso, são diretos a serem buscados. Esses direitos são direitos irrealis de homens que foram expulsos de suas casas, de sua terra e de toda cidadania exercido pela tirania.

Há dessa forma, por um lado, uma democracia com o discurso humanitário e libertador de Estado que defendem os direitos daqueles que são considerados excluídos e marginalizados. Por outro lado, um movimento que transforma o Estado de exceção, trazido por Agamben, como uma prática real do que seria a própria democracia.

Para Agamben (2004), esse posicionamento estatal possibilita que as “exceções” ocorram em diferentes lugares e atinjam diferentes “campos” sociais que ocorrem às exceções. À medida que há uma interrupção, mesmo que temporária, dos direitos, está formado um espaço que permanece fora da normalidade legal. Não havendo esse espaço de direito, ou quando ele não ocorre como lhe é garantido, emerge a possibilidade da violência. Consequentemente fica-se à mercê e a vida se encontra exposta aos riscos, desqualifica-se como vida e passa a ser vida nua, passando a transitar entre a vida e a não vida.

De acordo com Agamben (2004), o poder soberano que disposto como Estado de Exceção implica em uma marca essencial e característica de um tipo de poder que suspende a ordem, tornando lei e vida, indiferenciáveis, na política e nos regulamentos do direito.

Para Rancière (2014, p.28), os direitos dos homens são os direitos dos “indivíduos egoístas da sociedade burguesa”. Mas quem seriam esses indivíduos egoístas? Para exemplificar ele traz como exemplo a teoria do próprio Marx que identificava esses sujeitos como aqueles que eram os detentores dos meios de produção, denominados de classe dominante. Para além dessa simples divisão em duas grandes classes, Rancière (2014, p.28) argumenta que:

Em primeiro lugar, substituamos “indivíduos egoístas” por “consumidores ávidos”, o que não deverá causar estranheza. Identifiquemos esses consumidores ávidos a uma espécie social histórica, o “homem democrático”. Lembremos por fim que a democracia é o regime da igualdade e podemos concluir os indivíduos egoístas são os homens democráticos. E a generalização das relações mercantis, cujo emblema são os direitos do homem, não é nada mais que a realização da exigência febril de igualdade que atormenta os indivíduos democráticos e arruína a busca do bem comum encarnada no Estado.

Sendo assim, o homem democrático foi sendo moldado enquanto um homem consumidor e indiferente pertencente a um mundo cotidiano que banaliza as relações, “[...] a impaciência do homem democrático, que trata qualquer relação por um só e mesmo modelo: “as relações fundamentais igualitárias que se estabelecem entre um prestador de serviços e seu cliente”” (RANCIÈRE, 2014, p. 29). A única igualdade pertencente nessa relação é a igualdade mercantil, marcada pela exploração e relação desigual entre o prestador de serviço trabalho e o cliente que compra sua força de trabalho. Nesse caso, diferente da teoria marxista que denomina o sujeito como burguesia, aqui o sujeito é o homem democrático.

Dessa forma, se legitima o campo da exploração em campo da igualdade e identifica a igualdade democrática com a troca igual e “justa” da prestação de serviços.

A equação democracia= ilimitação= sociedade que sustenta a denúncia dos “crimes” da democracia pressupõe, portanto, uma operação tripla: em primeiro lugar, reduzir a democracia a uma forma de sociedade, em segundo lugar, identificar essa forma de sociedade com o reino do indivíduo igualitário, subsumindo nesse conceito todo tipo de propriedades distintas, desde o grande consumo até as reivindicações dos direitos das minorias, passando pelas lutas sindicais, e, em terceiro lugar, atribuir à “sociedade individualista de massa”, assim identificada com a democracia, a busca de um crescimento indefinido, inerente à lógica da economia capitalista. (RANCIÈRE, 2014, p. 31).

O “problema” que enfrentamos em todo campo social ao falar da democracia acontece dentro da COOPERNONTE pelo mesmo motivo que em qualquer outro ambiente que convivemos: falta de compreensão do que realmente compreendemos por democrático. As universidades, escolas e diversos outros locais que frequentamos tenta há décadas implantar o que conhecemos por gestão democrática, compartilhada ou participativa. Historicamente falando, a democracia é

muito jovem no Brasil e creio que demoraremos mais o dobro de tempo para que esses preceitos estejam enraizados em nossas ações, comportamentos, posturas, enfim, na nossa vida cotidiana. Se ela não ocorre organicamente em nossa sociedade, conseqüentemente ela não se efetiva com facilidade em cooperativas, associações, e demais instituições, como também não ocorre na COOPERNONTE. Afinal, os sujeitos, enquanto seres sociais são reflexos de sua organização em sociedade.

5.2 Saberes da experiência e o trabalho enquanto princípio educativo

Assim como é verificado em diversos espaços sociais, na COOPERNONTE, é pelo trabalho que eles se identificam, se ajudam e sobrevivem. Para Antunes (2008), o mundo do trabalho é fundamental para constituir a dignidade, felicidade social e é a máxima para a caracterização do homem em sociedade. Ele relembra Marx para caracterizar o trabalho como uma realização essencialmente humana, pois o trabalho é o que diferencia o homem das outras formas de vida animal. Ou seja, o homem se distingue por planejar, projetar e executar um trabalho intencionalmente enquanto os animais o executam instintivamente. O trabalho enquanto atividade social é, historicamente, cheia de percalços, rica em caminhos de idas e vindas, alternativas e desafios, avanços e retrocessos. O trabalho é a representação máxima de vida em sociedade.

Sendo assim, a forma como ao longo da vida as pessoas se relacionam com o trabalho são fundamentais de serem compreendidas, pois “Se a vida humana necessita do trabalho humano e de seu potencial emancipador, ela deve recusar o trabalho que aliena e infelicita o ser social.” (ANTUNES, 2008, p.1). O trabalho é determinante para os produtores da COOPERNONTE. Ao caracterizá-los, em capítulos anteriores, e ao compreender suas lógicas de ação, percebemos que sua moral, sua credibilidade, a essência que o caracteriza em seu grupo social é algo de muito valor. Eles veem a necessidade de serem reconhecidos pela sua honestidade e dedicação na vida laboral.

Além disso, o trabalho tem poder de unir esses produtores. É pela troca de experiências em atividades muito semelhantes que o grupo se identifica e se fortalece.

Suas atividades diárias se limitam ao seu núcleo familiar, onde as esposas e filhos auxiliam na lida diária. Alguns cooperados têm mais proximidade com outros por serem de propriedades vizinhas e acabam se encontrando mais. O armazenamento do leite é um desses momentos. Os resfriadores ficam em pontos estratégicos e mais de um produtor utiliza o resfriador. Então há combinados para a manutenção desses resfriadores. Fica uma pessoa responsável pela limpeza do local, normalmente o produtor mais próximo do resfriador, ou alguém da sua família. Há uma conta de energia somente para o uso do resfriador e são divididos os custos entre aqueles que o utilizam. Cada produtor leva seu galão de leite que retirou no dia, despeja no resfriador e anota em uma caderneta, que fica ao lado, a quantidade de litros que despejou, o dia e a hora. Ninguém confere. Cada um é responsável pela sua quantidade. A cada dois dias o caminhão do leite vem buscar. Confere a quantidade de litros e paga cada produtor segundo suas anotações. Ao questionar sobre esse método, todos nos disseram que nunca dá grandes diferenças, normalmente bate exatamente, assim como a qualidade do leite, pois, pode ocorrer de não bater a quantidade de litros marcados (e aí não se saberia quem trapaceou) ou então, de ter alterações como, por exemplo, adição de água (igualmente não teria como saber quem adulterou). Há esse vínculo de confiança entre todos. O trabalho, nesse sentido, possibilita que o grupo se reconheça na mesma condição. Entendem que o descumprimento de regras estabelecidas e definidas em concordância desse pequeno coletivo, prejudicará igualmente, todo o grupo.

Figura 17– Entrega de leite ao resfriador. Senhor Reinaldo Leandro.



Fonte: acervo da pesquisadora

Sobre esse viés, abordar o trabalho associado, autogestão e economia solidária é pensar nesses espaços. Pensar em educação popular dentro da perspectiva da economia solidária faz com que reflitamos sobre o nosso papel de e como agente possibilitador de práticas que busquem a autogestão, o pensamento crítico. Assim, ao considerar que o processo de construção do conhecimento, entendemos que o processo de educação popular requer o diálogo como momento de partida para o reconhecimento entre os sujeitos históricos envolvidos neste processo, o “materialismo humanista” ou o “humanismo socialista” de Thompson ressalta que “a análise da experiência, gerada na vida material, contribui para o entendimento das diversas formas de organização da vida social e do sentido histórico da vida dos trabalhadores”. (apud TIRIBA, 2001).

A experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão

determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida. (THOMPSON, 1981, p. 112).

O conceito de “experiência”, portanto, confirma que as “estruturas objetivas” geram efeitos sobre as vidas das pessoas, sobre suas trajetórias, a partir do momento em que essas adquirem determinada consciência social que pode ser verificada pelo ser social. Desse modo, caracterizamos a educação popular como uma educação de classe, na qual trabalhadores educam trabalhadores pelo processo do trabalho cotidiano. Em conseqüente, podemos vincular a educação popular a uma modalidade de ensino vinculada ao mundo do trabalho e esse deve concebê-la “não como reprodução do capital, mas como reprodução ampliada da vida” (TIRIBA, 2011).

Configurando-se como um processo prático-educativo de criação de novas concepções de mundo, a produção associada é uma "escola" que pode contribuir não apenas para driblar o desemprego e outras contradições entre capital e trabalho, mas para que a classe trabalhadora descubra que o capitalismo não é um sistema inexorável. (TIRIBA, 2008, p. 91).

Portanto, de nenhuma forma as experiências em educação popular devem ser apropriadas como modelos explicativos, pois esta é concebida como um processo de grande extensão e profundidade, que contribui para que os sujeitos por meio do processo educativo voltem a acreditar na possibilidade de mudança, melhoria e qualidade de vida, pois ao perceber o mundo, também se conscientizam de que é possível, ao lê-lo, transformá-lo.

A tentativa de alteração da vida material, só surge quando ela enfrenta uma crise, ou quando ela não abarca a grande maioria. Pensar em processos educativos nesse sentido não é pensar somente em espaços educacionais que tradicionalmente conhecemos. A educação e os saberes que nos referimos estão em todas as ações que em conjunto e de forma intencional procuram formas de alterar realidades. Novos meios de produção passam a ser pensados e os já existentes começam a ser questionados. Isso é educativo. O trabalho é central nesse processo, pois, é a “moeda” que os trabalhadores têm para utilizar como possibilidade de mudança. Nesse sentido, Singer (2002) afirma que em meio às crises do sistema capitalista vão surgindo esses novos espaços para manifestações de novos modelos de

produção, e é essencial a junção entre força de trabalho e estudiosos e militantes sociais comprometidos com a causa para que os avanços continuem a acontecer.

Ao respeitar as complexas relações e ao repensar valores dominantes, identificamos que esses pequenos grupos, que por si só já são marginalizados, ganhem visibilidade. O fato de reconhecê-los e torná-los foco de discussão, nos campos científicos como na universidade, por exemplo, é perceber que alterações são possíveis e que os níveis de discussão e entendimento sejam verticalizados. O papel das incubadoras, que fazem a ponte entre universidade e sociedade é um desses espaços. A IESA estreitou a relação entre teoria e prática quando desenvolveu a incubação na COOPERNONTE. São anos de aproximação, que tentam articular os conhecimentos e práticas preexistentes com conceitos e tecnologias sociais de pesquisas científicas que vem sendo discutidas. Desde 2016, muitos encontros foram feitos junto aos cooperados e seus familiares para diminuir o gigante abismo que há entre professores, alunos e profissionais técnicos desses homens do campo. Sempre compreendendo seus interesses, motivações e principalmente respeitando seus limites.

Partir do pressuposto de que a cooperativa é politizada é definir que ela está embasada nos preceitos solidários, de cooperação e demais pressupostos defendidos pela economia solidária. No entanto, a economia solidária engana-se com a ideia de que um curso, palestras ou o engajamento de pessoas que a defendem junto a essas pessoas, vai torná-los solidários. É preciso mais que isso. É necessário ouvir, interpretar, dialogar e compreender o que os sujeitos têm a dizer sobre a cooperativa e não dizer para eles como é que tem que ser uma cooperativa. Isso percebemos na prática. Muitos questionamentos surgiram quando paramos para pensar como funciona a cooperativa real e não a cooperativa idealizada dos cursos de formação, dos estatutos, dos regimentos etc. Os cooperados têm muito o que dizer sobre a cooperativa, eles a conhecem muito bem, porque é criação deles. Sendo assim, previamente, pensamos em conceitos que ao longo da pesquisa de campo, observação e ao dar ouvidos às suas falas pudemos compreender seu modo de funcionamento. Que é diferente do que teoricamente é estipulado.

A COOPERNONTE não é uma cooperativa que tem como a premissa máxima a autogestão, a solidariedade ou economia solidária. Isso pode ser um problema para nós, mas não para eles. Não defender a bandeira da economia solidária, por

exemplo, não significa que esses trabalhadores não estejam trabalhando em conjunto e pensando coletivamente. Percebemos nesses produtores que mais do que pensar conceitos norteadores, seu sentimento de pertencimento a um grupo é que os motiva enquanto cooperativa. O reconhecimento enquanto assentado, pequeno produtor de leite, cooperado e atuante em sociedade é o que fomenta suas lutas diárias e o que os motiva enquanto empreendimento de cooperativa.

Pensamos, sistematizamos e aventuramo-nos à pesquisa com problemáticas e objetivos pré-definidos e, mesmo estando flexíveis a alterações, surpreendemo-nos quando elas tomam rumos distintos dos que almejávamos. Trazemos nas malas inquietações, advindas de investigações anteriores, experiências exitosas, grandes lutas e feitos ao longo da história, modelos, ideias de sociedade que se firmam e que entendemos ser realidade em todo empreendimento da mesma natureza. Isso é inerente e típico do pesquisador que vê a realidade de dentro dos bancos das universidades. Sabíamos que haveria complexas relações entre trabalho e política no cotidiano da autogestão, do cooperativismo, na efetivação da solidariedade e economia solidária e sobre a fragilidade da democracia no cotidiano das pessoas. Porém, à medida que as aproximações com o pequeno grupo da COOPERNONTE foram acontecendo, outras questões derivadas destas surgiram, ganharam corpo e foram aos poucos imantando nossa percepção, de que os cooperados da COOPERNONTE não se intitulam com nenhum dos conceitos que procuramos definir conceitualmente ao longo da pesquisa, mas eles se fortalecem e se sustentam em seu cotidiano sem precisar assim o fazer. É doloroso verificar que na prática o ideal está longe do real. Mas, não deixa de ser um rico painel de experiências e análises.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve centralidade na discussão do cooperativismo e da COOPERNONTE pela ótica de seus componentes que são os pequenos produtores rurais de Novo Horizonte do Norte no Mato Grosso. As análises a respeito da COOPERNONTE se deram para além do empreendimento físico que é cooperativa e o funcionamento do seu laticínio, ela volta olhares aos cooperados levando em conta suas individualidades, histórias, memórias, motivações, anseios e como o trabalho relaciona-se com este pequeno grupo que além de cooperados são produtores participantes das relações de comércio da pequena cidade e assentados da Reforma Agrária.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa que versa em analisar os limites e as potencialidades do cooperativismo e compreender a construção histórica da produção da vida material dos associados da COOPERNONTE para se constituir como cooperativa sustentamos o estudo de cunho qualitativo com pesquisas bibliográficas e documentais além de ouvir os cooperados e em suas falas reconstruir e conectar a história individual dentro das relações coletivas. Em vez de indagar, deixamos que falassem. Ao falar e contar suas histórias, conseguimos compreender seu modo de pensar, a lógica que o move, sua percepção de mundo ideal e real.

Para atingir os primeiros objetivos específicos da tese que almejavam reconstruir a história da cooperativa e da vida dos cooperados que a constitui, é que construímos os capítulos 1 e 2. Estabelecemos um paralelo entre a literatura existente com aquela vivida e contada por pessoas que são parte viva dessa história. A partir de livros, dissertações, teses, artigos científicos, materiais jornalísticos e periódicos regionais sobre o pioneirismo da região costuramos os documentos, considerados oficiais, com a percepção mais nua, real, por vezes dolorosa, mas saudosistas da fala dos cooperados e de seus familiares. As visitas em cada uma das casas dos produtores que fizeram parte da pesquisa fez-nos perceber a importância da pesquisa que considera e torna importante ouvir aqueles que acreditam que sua voz não tem importância. As palavras de pessoas que não percebem como sua dinâmica diária contribui e é fundamental para uma engrenagem maior. Não apenas conversamos, como vimos, sentimos,

experienciamos, respiramos e vivenciamos de fato os espaços. Não acredito que demos voz a essas pessoas, mas, acreditamos que a pesquisa possibilita dar ouvidos. Eles já são sujeitos que têm voz, eles têm anseios, pretensões, potencial de mudança. Mas é preciso começar a entender como pensam, o que almejam, como se organizam, os que os indigna e o que os une.

No capítulo intitulado “Cooperativa como busca da alteração da vida material”, procuramos retomar e problematizar o histórico macro do movimento cooperativo. Para isso resgatamos seu processo histórico no mundo e como ele chega no Brasil. Ao estabelecer paralelos analisamos como ele se modifica a partir do contexto. Segundo Maia (1985) é fundamental o papel das cooperativas porque, além de possibilitar a garantia de um local de entrega do produto com um preço justo, ele mantém a liberdade de trabalhar em comunidade valorizando o artesão, ou seja, torna importante o papel de quem produz, que, ao tirar o antigo atravessador (aquele que intermediava a comercialização) promove a autonomia dos produtores e o liberta das amarras da dominação.

A COOPERNONTE não promove diálogos sobre a solidariedade, sobre a cooperação enquanto conceito, sobre o trabalho associado, não acredita administrar a partir da autogestão e nem se consideram dentro da economia solidária. Mas, reconhecem que tendo como alternativa a COOPERNONTE para comercializar seu produto, eles têm mais autonomia e possibilidade de negociar e regular de forma justa sua mercadoria. Os conceitos acima mencionados são conceitos que são apresentados para que percebamos como eles se entrelaçam e como são conceitos que surgem como alternativas para uma economia que é excludente e que é realidade para pequenos grupos como é o caso desses produtores rurais. O capítulo apresenta expoentes para enfatizar a importância de analisar, problematizar e compreender conceitos que partem de necessidades sociais reais, excludentes e que não primam pelo bem-estar de todos. A COOPERNONTE tem que entender que faz parte de um movimento maior que é caracterizado por muitos ganhos historicamente adquiridos e que ao fortalecer um coletivo possibilitam criar mecanismos que tornem mudanças reais e possíveis utilizando o que sabem fazer, da forma que sabem fazer.

Na tentativa de abranger os demais objetivos específicos que procuraram descrever a dinâmica da cooperativa e compreender os desafios intrínsecos nas

relações do cooperativismo e do trabalho cooperado desse grupo, é que esbarramos em um princípio que é defendido fortemente pelo cooperativismo que é a democracia. A democracia relaciona-se com o ganho de direitos do homem em sociedade e caso ela não se efetive, ela será apenas mais um mecanismo para servir aos interesses econômicos dominantes. Apesar de historicamente nova em nosso meio social, ela deve ser reconhecida em sua importância e defendida a qualquer custo como máxima, pois é o caminho a ser percorrido para a defesa do homem livre e de direitos.

Ao analisar o valor que o trabalho assume na vida desses cooperados, enveredamos pelos caminhos do trabalho associado e o trabalho enquanto princípio educativo. Ao propor inicialmente a promoção de dinâmicas que primassem pela autoconsciência e a promoção da igualdade, esbarramos no sentimento de pertencimento desses pequenos grupos. Eles se identificam, se ajudam, se reconhecem e se fortalecem, pois carregam consigo o orgulho e a satisfação por sua identidade. É em grupo que se legitimam a partir da sua identidade individual e coletiva, seus princípios, questões morais, sociais, também culturais e econômicas que o trabalho, dentro da cooperativa ou no labor diário, que possibilita que as pessoas se reconheçam e fortaleçam como grupo.

Contudo, é sabido que o sistema organizativo da COOPERNONTE não atende aos princípios que consideramos ideais para esse formato de empreendimento, mas é uma forma de organização que tem personalidade, identidade e é genuíno. Eles criaram, a partir de seus conhecimentos e vivências, alternativas para manter suas formas de trabalho. Isso dá ânimo e força para que se sustentem.

Portanto, cumpre refletir sobre as palavras de Thompson (1987) que a classe trabalhadora está sendo se refazendo. Quando diz respeito às causas consideradas perdidas, elas podem ser ganhas em momentos e lugares distintos deste que vivenciamos. Esse grupo de produtores pode pelas suas experiências e memórias auxiliar gerações futuras, a partir de ganhos, perdas e lutas, se refazer, caso percebam que isso seja necessário, mas ocorrerá pelas suas próprias experiências e motivações. Esse é o desafio que eles têm assumido desde sua tenra idade, desde seu processo migratório, desde seus princípios familiares que foram se

modificando e adaptando para manter e possibilitar a manutenção da sua vida material e da sua família.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção: homo sacer II, 1**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ANTUNES, Antunes. **Século XXI: Nova Era Da Precarização Estrutural Do Trabalho?**. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 2008. Anais eletrônicos. São Paulo, FUNDACENTRO, 2008, Mesa 1. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf> Acesso em 09 mar 2018.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ATTARD, George. **Challenges and Opportunities in the Rural Development for Malta**. Institute of Agriculture, University of Malta, 2007.

BARCELOS, Silvânio Paulo de. **O latifúndio e a hegemonia do capital no contexto da história agrária da região Norte de Mato Grosso: fronteiras do humano**. 2012.

BAUER, M.W. & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. 7ª. ed. Petrópolis (RJ), Editora Vozes, 2005.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 3ed. Editora Brasiliense: São Paulo-SP, 1987.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Política de Integração Nacional –PIN** (informe). Brasília: Imprensa Nacional, 1972.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Estatuto da Terra**. Brasília. 1964.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e Solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Tese do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAMARGO, L. C. **Cooperação e cooperativismo**: Vol. 4. Cadeira 20. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1960.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Revisão Técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estud.av., Abr 1991, vol.5, nº11, ISSN 0103-4014.

CHARTIER, Roger. **Do códice ao monitor: a trajetória do escrito**. Estud.av., Ago 1994, vol 8, nº21. ISSN 0103-4014.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fúlvio M.L. Moretto. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

COSTA, Luciano de Souza. O cooperativismo: uma reflexão teórica. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva** (6) 11: 2ºsem 2007.

CRUBELATI, Ariele Mazoti. COSTA, Célio Juvenal. **O fazer historiográfico na Nova História Cultural**. Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá- UEM, 2012.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo:Global, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 27.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GATTI, Bernadete Angelina. **Pesquisar em educação**: considerações em uns pontos chaves. Diálogo Ed., Curitiba, vol. Nº 19, p.25-35, set./dez.2006.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Editorial Presença,1998.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HARRES, Marluza Marques. História oral: algumas questões básicas. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.

HARRES, Marluza Marques. Aproximação entre história de vida e autobiografia:os desafios da memória. In: **História Unisinos**. Vol.8 nº10. São Leopoldo: Unisinos, jul/dez 2004, p.143-156.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

JOANONI NETO, Vitale. A terra do sonho. Igreja e ocupação no Mato Grosso após 1970. Memória da reconstrução da vida privada. **Revista Brasileira de História das Religiões** – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História,2007.

JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. FERNANDES, Tania Maria. ALBERTI, Verena (org.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão . [et al.] – Campinas- SP, Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, J.C. SOUZA, A.R. **Trabalho, solidariedade social e economia solidária**. São Paulo: Lua Nova, 2014.

LOMBARDI, José Claudinei. **História E Historiografia da Educação No Brasil**. Conferência apresentada no III Colóquio do Museu Pedagógico, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA. 17/11/2003.

MIRANDA, Mariana. Colonização e Reforma Agrária. **Bol. De Geografia- UEM- Maringá**. Ano 5, nº1, 1987.

MORAES, Marieta de. **História Oral e Multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora LTDA, 1994.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

RANCIÈRE, Jaques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo** (2. ed.). São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.

SANT'ANA, Daniela Alves Braga. **Alianças Multifacetadas, Colonização de Juara – Mato Grosso - Discursos, práticas culturais e memórias (1971-2008)**. Cuiabá, 2009. 226p. Dissertação - Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

SANTOS, Boaventura, de Souza. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, out., 2002: 237-280.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um Novo Senso Comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 8.ed, 2011.

SCHMITZ, Arno Paulo. BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos versus Celso Furtado. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 3 (52), p. 577-609, dez. 2014.

SCHNEIDER, José Odelso. Pressupostos da educação cooperativa: a visão dos sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, José Odelso (Org). **Educação Cooperativa e suas práticas**. Brasília-DF: SESCOOP, Editora Unisinos, 2003.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Revista Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 84-94, São Carlos-SP, 2007.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante. Repensando o socialismo**. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 1998. P. 9-21

SINGER, P. & SOUZA, A.R. (org.) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Propagação Mundial da Economia Solidária. In: SOUZA, André Ricardo e ZANIN, Maria (org). **A Economia Solidária e os Desafios Globais do Trabalho**. São Carlos: EduFSCar, 2017.

SILVA, Severino Bezerra da. O PRONERA e a Educação do Campo. In: GARSKE, L.M.N. CUNHA, E.V.R. (Org) **Educação do Campo Intencionalidades Políticas e Pedagógicas**. EdUFMT, Cuiabá-MT, 2012.

SILVA FILHO, Cícero Virgulino da. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2002.

SOETHE, José Renato. Educação não formal e o fazer pedagógico. In: SCHNEIDER, J. O. **Educação Cooperativa e suas Práticas**. SESCOOP, Brasília, 2003.

TIRIBA, Lia e FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes do trabalho associado. In CATTANI, Antonio D., LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio e HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 293-298.

THOMSON, Alistair. Aos Cinquenta Anos: uma Perspectiva Internacional da História Oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. FERNANDES, Tania Maria. ALBERTI, Verena (org.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva. Revista do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, vol. 26, n.1, jan/jun., 2008. p. 69-94.

_____. **Economia popular e economia do trabalho: pedagogia (s) da produção associada**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

VIEITEZ, Candido.G.; DAL RI, Neusa M. Trabalho Associado e mudança social. In: DAL RI, Neusa M. (org). **Trabalho Associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevídeu: Editorial PROCOAS, 2010, p.67-94.

APÊNDICE

Apêndice 1 - Ficha técnica dos cooperados entrevistados- acervo da pesquisadora

NOME	IDADE	ORIGEM	CASADO	QUANTOS FILHOS	QUANTIDADE DE LEITE/DIA	QUANTIDADE DE TERRA	ASSENTADO	TERRA COMPRADA OU DO INCRA	ANO QUE FAMÍLIA VIVE PARA O M
Armando Fray	66 anos (24/03/1952)	Rio Grande do Sul- Santa Rosa	Sim	04	Não tira mais	Atualmente nada. Tinha 10 al antes da cooperativa fechar	Não	Era comprada	1956
Amilton Dias De Jesus	66 anos (24/03/1952)	Mato Grosso do Sul - Naviraí sul	sim	02		25 alqueires de terra junto com o pai	Não	comprada	1981
Carlos Mesneruvicz (Cafemil)	60 anos (16/12/1958)						nao		
Durval Rezende da Silva	42 anos (07/01/1976)	Mato Grosso do Sul- Naviraí	sim	02		10 alqueires	sim	Comprada	
João Pedro da Silva	44 anos (28/06/1973)		sim	02		11 alqueires	sim	Comprada	1983
Leonel Brizola	65 anos	Rio Grande do Sul	sim	05	50 litros/dia	10 ?	sim	Comprada	
Márcio José Alves de Medeiros	39 anos 22/11/1979	Paraná- Jesuíta	sim	02	100litros/dia	10 alqueires	sim	comprada	1981
Paulo Bergamin	64 anos 13/05/1954	Paraná- Jesuíta	sim	02		10 alqueires	sim	Sorteio-INCRA	1981
Reinaldo	45 anos 06/01/1973	Iporã- Paraná	sim	nenhum		10 alqueires	sim	comprada	1980
Antonio Azevedo - Toninho	68 anos - / / 1950	São João do Caiuá - Paraná	sim	Teve 8 mas só tem 6 vivos	38 litros/dia	10 alqueires	sim	Sorteio-INCRA	1981
José Maria Xavier- Zé Maria	68 anos- 16/12/1950	Lobato- Paraná	Sim	7 filhos	10litros/dia	10 alqueires	sim	Sorteio-INCRA	1991